

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS
E CULTURA HISTÓRICA

Aristeu Lopes
Euler Fabres Zanetti
Bárbara Denise Xavier da Costa

ORGANIZADORES



casaletras

volume

3

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS
E CULTURA HISTÓRICA

Aristeu Lopes
Euler Fabres Zanetti
Bárbara Denise Xavier da Costa
ORGANIZADORES

volume

3

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPEL com recursos PROAP/CAPES



Porto Alegre
2021

Copyright ©2021 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETRAS.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPEL com recursos PROAP/CAPEs

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Casalettras

Capa:

Adaptação do logotipo do V Encontro Internacional Identidades e Fronteiras (2021) / PPGH/UFPEL, criado por Marcelo França de Oliveira.

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL

Prof. Dr. Elio Flores - UFPB

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL

Profª Drª Maria Eunice Moreira - PUCRS

Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRGS

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H62999 História, Fronteiras e Identidades: trajetórias, memórias e cultura histórica / Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Bárbara Denise Xavier da Costa (orgs.) [edição eletrônica]. Coletânea História, Fronteiras e Identidades, vol. 3 - Coord.: Aristeu Lopes. Porto Alegre: Casalettras, 2021.

227 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-86625-45-5

1. História - 2. Fronteiras - 3. Identidades - 4. Trajetórias - 5. Memória - 6. Cultura histórica - I. Lopes, Aristeu - II. Zanetti, Euler Fabres - III. Da Costa, Bárbara Denise Xavier - IV. Título.

CDU:900

CDD: 153.12


casaletras

EDITORA CASALETRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com

Sumário

Apresentação.....	6
“Por ordem de V. Ex. ^a ”: A trajetória de Antônio Carlos Furtado de Mendonça.....	8
Jeferson dos Santos Mendes	
O silêncio dos campos: família e comunidade entre escravizados e indígenas na fronteira meridional da América ibérica setecentista.....	19
Márcio Blanco Razzera	
Posse escrava em Piratini: como eram formadas as escravarias no município (1811-1871).....	33
Vinícius Cardoso Nunes	
“Entre desonras e ingratidões”: processos das mortes de Carolina e Juliana pelas mãos de seus parceiros.....	46
Bruna Gabrielle Silva Zanetti	
Juvêncio Rodrigues Pereira: um bandido entre a memória e a história (1852-1886).....	60
Dário Milech Neto	
A Revolução Federalista (1891-1896): novas interpretações a partir das correspondências da família Silva Tavares.....	73
Gustavo Figueira Andrade	
Perpassando as ondas sonoras: programa Pelotas à Noite e a formação da Confraria da Madrugada no final da década de 1990.....	88
Charles Ânderson dos Santos Kurz	

Identidade, Cultura e Memórias dos Venezuelanos de Dourados-MS ..98 Ailson Barbosa de Oliveira	
Um estudo sobre vítimas de feminicídio na cidade de Pelotas (2014-2021)111 Elisiane Medeiros Chaves	
O Contestado franco-brasileiro como lugar de memória: História, Identidade e Representações122 Jonathan Viana da Silva	
Educação social da criança de e na rua como mudança paradigmática em Moçambique137 Marlene Vanssa Marques Jamal	
Cinema e Interculturalidade no contexto escolar moçambicano153 Augusto Alberto	
A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para Ensino Médio na nova BNCC165 Cleber Duarte Coelho	
A proposta educacional rompendo fronteiras: uma identidade histórica do luteranismo no sul do Brasil177 Marcio Nilander Avila Barreto	
A revista “O Jovem Luterano” e a educação da juventude luterana ...190 Elias Kruger Albrecht	
O rito do batismo na religião luterana: suas características históricas e culturais204 Karen Laiz Krause Romig	
A formação das jovens aristocratas de Lesbos: um estudo sobre a educação feminina no Período Arcaico através da análise dos fragmentos de Safo217 Ana Beatriz de Santana Bandeira Santos	

Apresentação

A coletânea *História, Fronteiras e Identidades* reúne os textos resultantes dos trabalhos apresentados durante o V Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – V EIFI – realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, entre os dias 14 e 17 de setembro de 2021. Devido ao contexto atual, da pandemia mundial de COVID-19, o encontro foi realizado na modalidade online reunindo, nos doze simpósios temáticos, 200 trabalhos inscritos por 210 comunicadoras e comunicadores de várias instituições nacionais e internacionais em vários níveis de formação.

A presente coletânea está dividida em cinco volumes: Volume 1: *Enfermidades, Epidemias e Pandemias*, organizado por Lorena Almeida Gill, Beatriz Teixeira Weber e Tânia Salgado Pimenta; Volume 2: *Imagens, Mídias e Culturas*, organizado por Daniele Gallindo Gonçalves, Aristeu Lopes e Vinícius Dreger de Araújo; Volume 3: *Trajetórias, Memórias e Cultura Histórica*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Bárbara Denise Xavier da Costa; Volume 4: *Estado, Poder e Ditaduras*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Denise Vieira da Silva e Volume 5: *Trabalho, Memória e Política*, organizado por Darlise Gonçalves de Gonçalves, Taiane Mendes Taborda, Pedro Marco Ribeiro Pires e Jordan Brasil dos Santos.

Os capítulos apresentados ao longo dos cinco volumes abordam estudos desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores doutoras e doutores, mestras e mestres, discentes de programas de pós-graduação e de cursos de graduação. Os trabalhos identificam o quanto as fronteiras e as identidades possuem vertentes diversas de pesquisas, abordagens interdisciplinares e multiplicidade temática. Os capítulos,

igualmente, demonstram as trocas acadêmicas ocorridas nos três dias do evento, ainda que através de interações virtuais entre as participantes e os participantes dos simpósios temáticos. Esperamos que a próxima edição também permita as trocas de ideias, mas em um contexto diferente, com um encontro presencial, com interação entre as pessoas sem necessidade dos computadores e dos celulares como intermediadores.

Desejamos uma excelente leitura dos capítulos.

Pelotas, dezembro de 2021.

As organizadoras e Os organizadores

“Por ordem de V. Ex.^a”: A trajetória de Antônio Carlos Furtado de Mendonça

Jeferson dos Santos Mendes¹

Da freguesia dos Mártires à América portuguesa

As primeiras pesquisas sobre os administradores coloniais luso-brasileiros na América portuguesa apareceram na década de 60 do século XX, com os clássicos trabalhos de Alden, sobre Luís de Almeida, marquês do Lavradio (1968) e Charles Boxer, sobre Salvador de Sá (1973). Ainda podemos destacar o trabalho de Heloísa Belotto sobre a administração do morgado de Matheus (1979). Vice-reis e grandes governadores. Sobre os governadores menores ou da estremadura meridional da América lusa, Fábio Kühn ressalta que “praticamente nada [ou muito pouco] existe a respeito” (2012, p. 329). Antônio Carlos Furtado de Mendonça, além de exercer cargos no Reino e no Estado da Índia, também governou algumas capitâneas na América portuguesa. Como principal objetivo do texto, a partir da história política e de trajetória, é buscar mapear os diferentes espaços de poder e da administração ocupados por Furtado de Mendonça no longo e diversificado Império português.

¹ Doutor em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: mendesjeferson@campus.ul.pt

Na sucessão titular, Antônio Carlos Furtado de Mendonça era filho de Luís Xavier Furtado de Mendonça, 4º visconde de Barbacena. Luís Xavier era irmão de Afonso Furtado de Mendonça – 3º visconde de Barbacena – a quem sucedeu o título e na casa, filho de Jorge Furtado de Mendonça, 2º visconde de Barbacena. “Os Castro do Rio senhores de Barbacena, com uma notória e conhecida ascendência judaica, que usava como primeiro apelido Furtado de Mendonça e receberam título de visconde”. Título esse concedido a Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em 1671. Nuno Monteiro lembra que eram “titulares sem Grandeza”. A Lei dos Tratamentos de 1739 delimitou a primeira elite da monarquia, excluindo definitivamente da Grandeza os viscondes e os barões. Durante a reestruturação, os únicos que ficaram sem Grandeza foram os viscondes de Asseca, Barbacena e barões da Ilha Grande (SOUSA, MDCCXL, Tomo VII, XII; MONTEIRO, 2003, p. 42; MONTEIRO, 2005, p. 6-8; Papeis vários..., MNEJ, 1777; MEIRELLES, 1749, p. 35; MONTEIRO, 2001, p. 251-283; RIHGB, t. 27, 1864, p. 291-331; AHU_ACL_CU_008, C. 25, D. 1603; DE SÁ, 1942, p. 185; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 317; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 180-181-182; CBAGN, t. 3, 1941, p. 295, ABNRJ, v. 98, 1978).

Furtado de Mendonça nasceu na Freguesia dos Mártires por volta de 1720. Com aproximadamente 19 anos já era cabo no Regimento de Campo Maior, companhia comandada por seu irmão, Francisco Furtado, 5º visconde de Barbacena. Passou para cabo de esquadra. Pouco tempo depois, ingressou no Regimento da Corte, sob o comando do conde de Conculim. Sequencialmente, para a companhia de Antônio Rolim, conde de Azambuja. Experiência comum entre os futuros governadores, em 1748, embarcou a 20 de novembro na galera Santa Rita, na qual “se ofereceu com seu irmão Miguel a ir servir na Índia, o qual faleceu na viagem” onde passou alguns anos com a patente de capitão-de-infantaria a serviço da coroa portuguesa na Índia (SOUSA, MDCCXL, Tomo VII, XII; MONTEIRO, 2003, p. 42; MONTEIRO, 2005, p. 6-8; Papeis vários..., MNEJ, 1777; MEIRELLES, 1749, p. 35; MONTEIRO, 2001, p. 251-283; RIHGB, t. 27, 1864, p. 291-331; AHU_ACL_CU_008, C. 25, D.

1603; DE SÁ, 1942, p. 185; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 317; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 180-181-182; CBAGN, t. 3, 1941, p. 295, ABNRJ, v. 98, 1978).

Como boa parte dos governadores nomeados para as capitanias da América portuguesa, sua trajetória, estava marcada pela experiência militar ou administrativa nas índias. Segundo Nuno Monteiro,

Todos tinham, por conseguinte, um passado colonial indiano, ao contrário da esmagadora maioria dos vice-reis. Normalmente, residiam há longos anos na Índia, onde tinham passado por cargos de direção militar, e muitos se tinham casado. Enquanto os vice-reis tinham consolidado seu estatuto de nascimento com valimento e as carreiras nos ofícios superiores da monarquia, os governadores faziam parte dessa massa de fidalgos que nas conquistas havia procurado, quando ainda jovens, uma fortuna cada vez mais difícil, em vários casos para fugir às carreiras eclesiásticas que, como secundogênitos, lhes estavam destinadas. Acrescente-se que praticamente nenhum obteve um êxito retumbante, ao contrário da quase totalidade dos vice-reis, que puderam engrandecer suas casas e sucessores (MONTEIRO, 2001, p. 251-283).

Na Índia, serviu na companhia do brigadeiro Columbano Pinto da Silva, responsável pelo agregamento dos voluntários nas companhias. Esteve presente na tomada da fortaleza de Neutim, a 3 de dezembro de 1748. No Estado da Índia, recebeu as patentes de capitão-tenente e capitão-de-mar-e-guerra, servindo ao lado do capitão-de-mar-e-guerra Bernardo Carneiro de Alcaçova. Durante esses anos, serviu ao lado dos marqueses de Alorna e Távora, e ainda do conde de Alva.

A 11 de dezembro de 1754, apresentou carta de aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo com a licença da rainha para retornar ao Reino. No ano seguinte, voltou a Portugal com a patente de tenente-coronel. “Comandando uma nau de viagem”, desembarcou em Lisboa. Logo recebeu a patente de tenente-coronel do Regimento da Armada. Três anos depois, recebeu a patente de coronel-de-infantaria de Moura. Da praça de Olivença foi destacado para Belém, onde ficou um ano. Durante a Guerra dos Sete Anos, andou pela Beira Alta sob as ordens do conde dos Arcos, Marcos José de Noronha e Brito. Enquanto Luís de Almeida servia, nesse mesmo momento, como coronel do

Regimento de Cascais. Nessa guerra, Furtado de Mendonça manteve estreita comunicação com o secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros, Luís da Cunha Manuel e com o marquês de Pombal. Com o fim da guerra, recebeu a nomeação de brigadeiro e a nomeação para servir na América portuguesa (SOUSA, MDCCXL, Tomo VII, XII; MONTEIRO, 2003, p. 42; MONTEIRO, 2005, p. 6-8; Papeis vários..., MNEJ, 1777; MEIRELLES, 1749, p. 35; MONTEIRO, 2001, p. 251-283; RIHGB, t. 27, 1864, p. 291-331; AHU_ACL_CU_008, C. 25, D. 1603; DE SÁ, 1942, p. 185; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 317; RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 180-181-182; CBAGN, t. 3, 1941, p. 295, ABNRJ, v. 98, 1978).

Interinidade e governo na América

A fidelidade ao monarca e os serviços prestados à Coroa, eram retribuídos com cargos, terras e privilégios concedidos aos vassallos pelo rei. As dádivas trocadas forjavam a obrigatoriedade de retribuições dos súditos. O funcionamento do princípio da *dádiva*, do *dom* e *contradom* teorizados por Marcel Mauss a partir do conceito de reciprocidade (1974), demonstram como numa sociedade de Antigo Regime o gesto de dar e receber se insere numa cadeia de “obrigações recíprocas”. Fernanda Olival, ao formular o conceito de *economia da mercê*, onde a política prevalecia sobre o mercado, lembra que a disponibilidade “para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso, eram realidades a que grande parte da sociedade desse período se sentia profundamente vinculada, cada um segundo a sua condição e interesses” (2001, p. 18). Ronald Raminelli reforça como a concessão real de cargos, de postos e outros ofícios eram pautados numa lógica da “centralidade” do monarca “pois a administração era extensão do poder soberano. Na América, os conquistadores procuravam obedecer ao rei com a finalidade de alcançar privilégios, dependência que, por certo, viabilizou o controle monárquico sobre os novos domínios” (RAMINELLI, 2008, p. 21).

É nessa organicidade política do Antigo Regime, que Antônio Carlos Furtado de Mendonça parte do Reino para à América. Em

1767 foi nomeado governador da praça do Rio de Janeiro pelo vice-rei, António Alvares da Cunha, primeiro conde da Cunha. Três anos depois, já na administração de Luís de Almeida (1769-1779) – 2º marquês do Lavradio – após a morte de João Manoel de Mello governador da capitania de Goiás, assumiu provisoriamente o governo da capitania.

Durante os dois anos de governança experimentou os desmandos da administração local. Com a morte do governador João Manoel, a capitania ficou a cargo de uma junta provisória determinada e formada pelo ouvidor-geral Antônio José Cabral de Almeida, pelo capitão de Dragões Damião José de Sá Pereira e o sargento-mor de cavalaria Antônio Tomaz da Costa. Luís de Almeida não aceitou a formação do governo provisório, acusando-a de arbitrária e de não conter ordens reais. A resistência chegou ao ponto de o novo governador mandar prender e formar um “sumário” contra o capitão de Dragões, José de Sá Pereira. No auto de perguntas, o capitão foi acusado dos mais variados crimes, desde matar, abusar do poder e do cargo, o que facilitou as acusações a ele imputadas. A nomeação de Furtado de Mendonça dissolvia a junta e reorganizava o sistema administrativo (AHU_CU_017, Cx. 89, D. 7840; AHU_CU_017, Cx. 25, D. 1631).

Após deixar o governo da capitania, assumiu outro governo provisório. Luís de Almeida nomeou-o como governador e capitão-geral da capitania de Minas Gerais, em 1773. Laura de Melo e Souza define a administração de Furtado de Mendonça como “custa e desastrosa”. Segundo ela, demonstrou-se “inábil na gestão da coisa pública e das relações privadas, capaz de descontentar gregos e troianos” (2006, p. 351).

Ao analisar os governadores interinos da Capitania do Rio de Janeiro, Hugo Abril lembra que a interinidade é parte das consequências das circunstâncias locais, que requerem homens com capacidade e conhecimento para ocupar tal cargo. Salienta que a Coroa lusa não enviava homens para ocupar cargos interinos de governança, geralmente esses homens já viviam na cidade há algum tempo, tinham conhecimento das “gentes locais”, acumulavam fortunas, casavam

e constituíam família nessas localidades. Dessa forma, Hugo Abril conclui que, os governos interinos foram fundamentais para o bom funcionamento da administração colonial:

[...] governo interino foi uma instituição de sucesso na administração colonial, sendo chave para o entendimento do próprio governo. [...] o cargo interino – que durava, em média, de seis meses a um ano –, alguns retornavam com bens e fortunas, enquanto outros permaneciam no espaço local, com seus terços de infantaria e seus filhos ocupando cargos da administração colonial. Outra função ainda mais importante é a de porta-vozes dos governadores titulares que esses homens assumiam (2015, p. 22).

Dentre as qualidades desejáveis num vice-rei, capitão-geral ou governador, Russell-Wood destaca “para além das qualidades de coragem, uma boa capacidade de julgamento, integridade moral, experiência, lealdade à Coroa e defesa do cristianismo”. Preferia-se “que os nomeados fossem de sangue nobre, de idade madura e com capacidade de liderança comprovada, de preferência sobre homens de baixo fogo” (1998, p. 173). Na mesma perspectiva, para Alden, dentre as qualidades de um governador estavam à prudência, responsabilidade e a experiência em guerras (1968, p. 3-4). Contava, também, segundo Maria de Fátima Gouvêa, a circulação pelas diversas partes do Império (2001, p. 308).

Administração nas franjas do império

A 25 de fevereiro de 1774, Luís de Almeida solicitou ao ministro Martinho de Melo e Castro “mandar para a Ilha de Santa Catarina um oficial hábil para servir de socorro ao Governador daquela Ilha”. A 19 de setembro, Martinho de Melo e Castro informou a Luís de Almeida que, por ordem da própria rainha, nomeasse “para o comandamento militar de todas as praças, portos, guarnições e mais forças da ilha de Santa Catarina”, Antônio Carlos Furtado de Mendonça (RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 317).

Sebastião José de Carvalho e Melo – marquês de Pombal – a 9 de julho de 1774 escreveu uma longa missiva a Luís de Almeida. Nela enviava as instruções secretas e o chamado *Plano Militar*. Nele

constavam a necessidade de organizar as tropas, negociar os soldos em atraso e reparar as fortalezas do extremo sul. Além de lembrar da importância da Ilha de Santa Catarina para o império luso, a coroa ordenou ao vice-rei passar carta patente de marechal-de-campo ao brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e o mesmo “passe à referida ilha, encarregado da guarda de defesa dela” (RIHGB, t. XXXI, 1868, p. 180-182; BOHM, 1:13-14, 1939; CBAGN, t. 3, 1941, p. 295; ABNRJ, v. 98, 1978).

Na Ilha de Santa Catarina, formou-se uma administração dual, que tinha como governador o coronel Pedro Antônio da Gama Freitas e como responsável pela defesa militar o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Augusto da Silva lembra que não era uma divisão simples de poderes civis e militares. Furtado de Mendonça, além de ocupar o posto mais alto na hierarquia militar, estava também investido de maiores poderes que o governador, chegando, muitas vezes, a intervir em questões civis e econômicas do governo da Ilha (SILVA, 2008, p. 214). Essa divisão de poderes e a nomeação do coronel foi duramente criticada por Furtado de Mendonça. Para ele, pelos riscos que sofria a capitania de um ataque estrangeiro, ela “necessitava de um governador hábil, com o maior conhecimento da guerra, proveito em experiência, inteligente em fortificações, e consumado o mais que o de ser na arte militar” (RIHGB, 1864, T. XXVII, p. 301).

Em novembro de 1776, a coroa espanhola formou uma das maiores esquadras organizada na Europa. Com um total de 11.524 homens, tinha como objetivo tomar as possessões portuguesas no extremo sul da América. Até chegar ao seu destino fez três paradas nas ilhas atlânticas: Tenerife, Canárias e Cabo Verde. No dia 17 de janeiro de 1777, buscando reunir as embarcações, efetuaram uma parada nas proximidades da ilha da Trindade, próximo ao Rio de Janeiro. Em média, 12 naus que estavam perdidas se agruparam à esquadra. Em meio a viagem, ocorreram duas mil baixas, e durante 13 dias a esquadra permaneceu na ilha. Nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro, aprisionaram três embarcações portuguesas com destino à coroa. No dia 16 do mesmo mês, avistaram as velas portuguesas próximas às

ilhas do Alvoredos, já no litoral catarinense. O comandante a serviço da coroa portuguesa que ali estava, o inglês Robert Mac Douall, logo que percebeu a presença espanhola, zarpou para o Rio de Janeiro. Os espanhóis entraram pelo lado norte da ilha. No dia 20, estavam atrás da ilha do Loro. Três dias depois desembarcavam na praia das Canasvieiras. Os luso-brasileiros abandonaram as fortalezas sem qualquer resistência. Não exigiram dos espanhóis que montassem um único trem de guerra.

Os espanhóis não permaneceram por muito tempo na ilha, pois o Tratado de Santo Ildefonso restituiu a posse aos portugueses. O Tratado, que foi assinado em 1777, só teve as prerrogativas efetuadas em 1778. O secretário Martinho de Melo e Castro, foi quem se encarregou de punir os responsáveis pela perda da ilha. No despacho de 22 de setembro de 1777, aprovou as prisões efetuadas por Luís de Almeida, no Rio de Janeiro, concomitantemente, a devassa e o sequestro dos bens do governador Gramma Freitas, do marechal-de-campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ainda os demais oficiais envolvidos no evento. A principal culpa recaiu sobre Furtado de Mendonça. Era acusado por Luís de Almeida de não ter executado as ordens recebidas. Furtado de Mendonça defendia-se das acusações dizendo que o responsável era o chefe da esquadra, Robert Mac Douall, que no momento da chegada dos espanhóis singrou para o Rio de Janeiro. Por sua vez, Mac Douall dizia seguir ordens do vice-rei. Após longos anos de processos, foram declarados inocentes, com restituição dos postos e cargos.

Considerações finais:

Com a trajetória de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, buscamos demonstrar a importância de analisar a administração de governadores menores para a compreensão das dimensões políticas e administrativas da América portuguesa e do Império luso no Ultramar. Governadores de pouca expressão, se comparados aos governadores das capitanias principais, governadores de trajetórias pouco “ilustres”, que governavam capitanias anexas/subordinadas, dependentes das capitanias principais e do centro do Império sediado

em Lisboa. Esses homens fizeram parte das dinâmicas que ligavam e conectavam esse corpo imperial.

Fontes documentais:

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98.

Campanha del Brasil, antecedentes coloniales. AGN, t. III. Buenos Aires: Kraft, 1941.

DE SÁ, José d'Almeida Correia. **Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º Marquez de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

Defesa de António Carlos Furtado de Mendonça, respeito a entrega da Ilha de Santa Catarina, (Copiada de um manuscrito da Biblioteca Fluminense). **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864. Tomo XXVII.

MEIRELLES, Manoel Antonio de. **Relação dos felices successos da India desde o primeiro de janeiro até o ultimo de Dezembro de 1748, no governo do Illustrissimo e Excellentissimo senhor D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquês de Alorna, conde de Assumar, dos Conselhos de S. Magestade, e Guerra, Védor da Casa Real, e Vice-rey da India**, Parte quarta. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa, 1749.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1864, tomo XXVII.

Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: Garnier, 1868, tomo XXXI, parte primeira.

SOUSA, António Caetano de. **Historia da genealogia da Casa Real Portugueza, desde sua origem até o presente, com as Famílias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida ao ElREy D. João V**. Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, MDCCXL, Tomo VII, XII.

Referências:

ABRIL, Victor Hugo. **Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BOXER, C. R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1973.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Maria Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-316.

KÜHN, Fábio. Os governadores da fronteira meridional, Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1809). In: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil, Estudos de história militar na Idade Moderna**, São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 329-344.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Lambert Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs). **Modos de governar: Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime, poder simbólico, império e imaginário social. In: **almanack brasileiro**, n. 02, nov. 2005, pp. 4-20.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: (org's) FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa** (séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 251-283.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculos de Leitores, v. 3, 1998.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Laura de Melo e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

O silêncio dos campos: família e comunidade entre escravizados e indígenas na fronteira meridional da América ibérica setecentista

Márcio Blanco Razzera¹

Introdução²

O extremo sul foi possivelmente a mais belicosa fronteira da América ibérica colonial (HAMEISTER & GIL, 2007, p. 278-279). Os conflitos e negociações ocorridos no terceiro quartel do século XVIII transformaram a política imperial de Portugal e Espanha. O Tratado de Madri redefiniu os limites entre os domínios das duas potências, e amenizou, momentaneamente, a tensão e contestação territorial existentes há décadas – tal como da fundação da Colônia de Sacramento e Rio Grande. Pelo citado acordo, Portugal cedeu Sacramento e recebeu as sete missões da margem oriental do rio Uruguai – cujas populações deveriam abandonar as reduções e migrar para a outra margem. O território do Rio Grande de São Pedro tornou-se, oficialmente, domínio luso, corroborando as ambições

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marciomunhozblanco@gmail.com.

2 Parte das reflexões apresentadas neste artigo foram tratadas em minha dissertação de mestrado. Ver: BLANCO, 2012.

de expansão territorial; mas necessitava, entretanto, ser colonizado para efetivar-se como posse. Daí a política de ocupação, que recrutou açorianos para ocupar as Missões ao mesmo tempo em que procurou atrair missioneiros para o Rio Grande de São Pedro (GARCIA, 2006).

Neste contexto, Viamão foi particularmente importante. Apesar de não ser o centro administrativo e militar, era o centro econômico do Rio Grande de São Pedro³ e uma localidade que contou com expressiva presença de ameríndios e escravizados de origem africana, além de abrigar famílias de açorianos e membros da elite sulina, conforme explicarei adiante. Assim, Viamão é um micro-cosmo da importância dos campos meridionais para o projeto colonial lusitano.

O presente artigo discute as estratégias familiares e vivências de escravizados e ameríndios. Destacarei laços de compadrio estabelecidos por membros destes grupos que atuaram nas fazendas de Domingos Gomes Ribeiro e João Rodrigues Prates, ambos absenteístas. Focar nestas duas unidades produtivas permite uma melhor observação das escolhas de escravizados e ameríndios. Lanço mão da redução de escala e utilizo o nome com fio condutor para identificar os sujeitos nos registros paroquiais de batismo, óbito e róis de confessados, a fim de recompor parte da trajetória deles e inseri-los no tecido social. Através da redução de escala e observação de trajetórias é possível compreender uma realidade além das normatizações da época ou estatísticas contemporâneas elaboradas com a documentação paroquial. São experiências e estratégias silenciadas nos registros (GINZBURG, 1991 e 1989).

Uma freguesia na fronteira meridional⁴

Viamão era uma freguesia rural. Existia um pequeno arraial que, além da capela, abrigava cerca de duas dezenas de residências. A

3 Segundo o *Mapa das fazendas*, elaborado em 1741, no Rio Grande de São Pedro, as fazendas no norte (Viamão) possuíam, no mínimo, 4/5 dos rebanhos (AHU- Projeto Resgate, *Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro*, 1741, caixa 1, documento 41).

4 Para uma estudo sobre a mão de obra escrava no contexto de crescimento demográfico de Viamão, ver: RAZZERA, 2022a, no prelo.

maioria da população vivia na zona rural e dedicava-se à agricultura e pecuária. Na década de 1750, a freguesia vivenciou uma explosão demográfica, tendo sua população quase duplicada, provando ser uma localidade atrativa para muitas pessoas. Este é, também, o momento em que estavam sendo solicitadas as primeiras sesmarias. Para habilitar-se a tal privilégio, segundo as lógicas de Antigo Regime, era preciso solicitar a terra como mercê, alegando, em contrapartida, um serviço previamente prestado à Coroa. Utilizava-se a posse de escravizados como prova de capacidade produtiva. Parte da população livre em Viamão trabalhava para os grandes estancieiros e/ou estava arranchado nas terras destes, estabelecendo relações clientelares. O acesso a sesmarias e benesses reais, posse de escravizados e redes de clientela colaborou para a formação da primeira elite viamonense (BLANCO, 2012; KÜHN, 2006).

O crescimento demográfico de Viamão é perceptível nos *róis de confessados*.⁵ Em 1751 havia 121 domicílios, número que chegou a 218 em 1758. Os livres foram sempre o grupo mais numeroso e havia contingentes saídos de Laguna, Rio Grande, Colônia de Sacramento, Portugal, Açores e diversas outras localidades da América lusa. Destaca-se o grande número de homens e mulheres escravizados, que representaram, ao longo dos anos 1750, sempre mais de 1/3 da população local. (RAZZERA, 2022a, no prelo).

O contingente de migrantes livres em Viamão era formado, em maior número, por pessoas e famílias que não possuíam escravizados. A maioria das escravarias era de pequeno porte, embora houvesse um grupo de grandes proprietários (com onze ou mais cativos) que mais que duplicou suas posses no período em questão. Este grupo era formado por não mais que seis estancieiros, entre eles Domingos Gomes Ribeiro (RAZZERA, 2022a, no prelo).

Em relação ao contingente indígena em Viamão, a documentação paroquial atesta a presença de ameríndios de várias

5 Os róis de confessados eram listas nominativas elaboradas durante a quaresma para verificar quais feis haviam confessado e comungado no último ano. Elencam adultos e crianças maiores de sete anos de idade, de todas as categorias sociais. Para uma análise crítica desta fonte, ver: RAZZERA, 2017.

localidades – aldeamentos ou não- da América portuguesa e dos Sete Povos das Missões. Nos *róis de confessados*, os nativos representam, no máximo, 5% da população local. Porém, há um sub-registro nesta documentação, conforme constatado por Diehl (2016), sendo a quantidade de indígenas mais expressiva. Acontece que estes indivíduos estão diluídos em outras categorias, aparecendo sem nenhum complemento nominal, sugerindo a condição de livre, e, em alguns casos, arrolados como se fossem escravizados (RAZZERA, 2022b; DIEHL, 2016). Os nativos migraram para Viamão em busca de melhores condições de vida. Para o contingente missioneiro, em particular, alvo da mencionada política metropolitana de atração demográfica, foram criados dois aldeamentos: São Nicolau, em Rio Pardo, e Nossa Senhora dos Anjos, em Viamão – mais tarde este segundo aldeamento tornar-se-ia freguesia. Antes mesmo do Tratado de Madri e da Guerra Guaranítica já havia a presença de missioneiros em Viamão. Estes indivíduos inseriam-se nas redes de dependência e possuíam papel expressivo como força de trabalho local (RAZZERA, 2022a, no prelo; DIEHL, 2016; GARCIA, 2006).

Em busca de um pedaço de chão

O capitão Domingos Gomes Ribeiro foi um dos grandes proprietários de escravizados no Rio Grande de São Pedro. Embora residente na vila de Rio Grande, foi possuidor de duas estâncias - Itapuã e a Figueira- em Viamão. No começo dos anos 1760, ele e sua família transferiram-se para a estância da Figueira. Somando as duas unidades, Gomes Ribeiro explorou o trabalho de dezenas de escravizados (BLANCO, 2012, p. 96-99). Segundo o inventário aberto em 1764, as atividades da estância do Itapuã eram voltadas para a pecuária, pois era onde se localizavam a maioria dos animais (APERS, inventário *post-mortem* de Domingos Gomes Ribeiro- 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, maço 1, estante 31, processo 2, 1764). Esta estância era administrada pelo capataz Pascoal Munhoz e contou, ao longo da década de 1750, com mais de uma dezena de cativos. Lá estavam, também, três famílias nucleares compostas por indígenas.

Embora não fossem assim apontados nos *róis de confessados*, ratificando o sub-registro da fonte, quando foram identificados no livro paroquial de batismos havia o complemento *gentio da terra*. O termo *gentio* foi utilizado, no contexto do império ultramarino português, para designar os povos alvo de catequese e caiu em desuso no século XVIII (SOARES, 2000, p.102-108). Em relação aos ameríndios de Viamão, entretanto, *gentio* foi utilizado para pessoas com sobrenome, diferenciando-os, conforme Diehl (2016), dos administrados e podendo ser indicativo de mestiçagem. Estas famílias viviam arranchadas na estância da Figueira e, diferentemente de alguns outros ameríndios na paróquia, como já mencionado, não foram arroladas junto com os escravizados.⁶ Trata-se de indígenas dos domínios lusitanos e hispânicos, conforme mostrarei a seguir. O próprio capataz Munhoz era, também, das “índias de Espanha” (AHCMPA, 1º LBV). A estância da Figueira ilustra o convívio cotidiano entre escravizados e ameríndios. Mas diferentemente das pequenas escravarias, que buscavam complemento de força de trabalho em indígenas e forros, a presente unidade produtiva dispunha de braços cativos suficientes para a lida. Conheçamos as citadas famílias nucleares indígenas.

Raimundo Fernandes e Natália Oliveira, *forra*, eram naturais da aldeia de Cotia, nas proximidades de São Paulo.⁷ Este casal gerou três filhos. O primeiro foi batizado por um tal José Antônio, de Galiza, na Espanha, sobre quem não encontrei outros registros. A segunda criança, Inácia, foi batizada pelo capataz Munhoz e Rosa Cabral, também ameríndia e natural de Laguna. O terceiro filho, Ângelo, também se tornou afilhado do capataz e como madrinha compareceu Maria Lamim (AHCMPA, 1º LBV, 03/12/1747, fl. 4v; 17/08/1749 fl. 14v; 29/08/1751, fl.97v). Esta família ilustra a ligação entre acesso

6 Este é o caso de Inácio, natural do aldeamento de São Borja, arrolado como escravizado de Antônio José Machado, em 1751. Ver: RAZZERA, 2022.

7 No batismo da segunda filha, em 1749, Raimundo Fernandes é apontado como natural do Paraguai. Entretanto, no batismo do filho seguinte, em 1751, e no registro de óbito, de 1758, foi registrado como oriundo da mesma aldeia que Natália, em Cotia (AHCMPA, 1º LBV, 17/0/1749, fl. 14v; 29/08/1751, fl. 97v; 1º LOV, 08/02/1758, fl. 103, termo 595).

à terra e compadrio, pois eles estavam pelo menos desde 1751 na estância do Itapuã e o capataz foi padrinho de duas crianças. A segunda família era composta por Raimundo Gimenez, do Paraguai, e a citada Maria Lamim. Este casal teve uma criança que foi amadrinhada por Rosa Cabral e seu marido, o português Domingos Rodrigues Correia (AHCMPA, 1º LBV, 05/10/1755, fl.121). Estas duas famílias que estavam arranchadas na mesma estância, uniram-se entre si via compadrio e possuíam uma comadre em comum.

A terceira família era encabeçada por André Lamim, natural do rio São Francisco do Sul, e sua esposa, Cristina Pedrosa, de Curitiba. Eram pais da citada Maria Lamim, já adulta, e dos infantes Pedro e Anacleto (AHCMPA, 1º LBV, 24/07/1752, fl. 103; 29/06/1755, fl.119v). Para compadres foram chamados João de Azevedo e Maria de Magalhães. A madrinha era filha de João de Magalhães, o velho, um dos pioneiros em Viamão, pequeno proprietário de escravos – cujos parentes batizaram crianças cativas – e sem o status desejado na localidade (BLANCO, 2012; KÜHN, 2006). Os padrinhos de Anacleto foram Manuel Ferreira e Ana da Guerra. Esta mulher também era uma das pioneiras na localidade e foi quem mais teve nativos administrados sob seu poder (BLANCO, 2012; KÜHN, 2006).

Destes episódios familiares emerge a diferença de expectativas entre Pascoal Munhoz e André Lamim. No período analisado, Munhoz estava próximo dos sessenta anos de idade, já Lamim era uma década mais jovem.⁸ Munhoz, por ser capataz, possuía uma relação pessoal com Domingos Gomes Ribeiro, tinha acesso à moradia, não se casou e foi chamado para padrinho em duas ocasiões. Lamim era casado, tornou-se compadre de dois pioneiros de Viamão e deixou a estância do Itapuã para, provavelmente, residir nas terras da comadre Ana da Guerra a partir de 1758 (AHCMPA, RCV, 1757 e 1758). Para André Lamim, assim como para Raimundo Fernandes, o compadrio vinculou-se ao estabelecimento em terras alheias, compadrando-se

⁸ Idade deduzida a partir dos registros paroquiais de óbito. André Lamim faleceu de uma “febre maligna”, aos 70 anos, em 1775. O passamento de Pascoal Munhoz, aos 90 anos, se deu por causa de “ataque de moléstia”, em 1784 (AHCMPA, 1º LOV, 23/03/1775, fl. 89, termo 527; 2º LOV, 21/03/1784, fl. 34v).

com pessoas determinantes para este acesso. Observe-se que nenhum dos nativos mencionados era dos Sete Povos das Missões. Eles integravam, portanto, outras ondas migratórias, tanto dos domínios portugueses quanto, a exemplo de Munhoz e Gimenez, dos domínios espanhóis. Para uns e outros o local de moradia e acesso à terra estava ligado ao parentesco. Lamim e Fernandes valeram-se do compadrio como uma aliança *para cima*, conforme Brügger (2007), isto é, um vínculo com indivíduos com mais recursos – Ana da Guerra e o capataz Munhoz, respectivamente – para cuidar dos afilhados.

Na estância do Itapuã, uma das maiores escravarias viamonenses, havia vários homens cativos sem laços familiares e duas famílias escravas nucleares (BLANCO, 2012). A primeira delas era formada por Domingos Bamba e Maria do Rosário. Eles geraram uma filha, Mariana, apadrinhada por Dionísio Rodrigues Mendes e sua esposa Beatriz Barbosa Rangel, casal também no rol de pioneiros da freguesia. Rosário e Domingos batizaram uma criança na escravaria de Francisco Pinto Bandeira (AHCMPA, 1º LBV, 25/07/1751, fl.97v; 14/01/1753, fl.107). Francisco dos Reis e Luzia Antônia⁹ eram o casal mais antigo do plantel de Gomes Ribeiro, formado ainda na freguesia de Rio Grande e posteriormente transferidos para Viamão. Tornaram-se compadres de Manuel Fernandes Vieira e de um outro casal de cativos de Gomes Ribeiro, sobre quem tratarei adiante (AHCMPA, 1º LBV, 29/06/1755, fl.119v). O grande diferencial de Francisco e Luzia é que eles possuíam, a partir de 1758, um domicílio à parte dos demais cativos, residindo na denominada Fazenda de Cima (AHCMPA, RCV, 1758). Este acesso à terra, algo que poucas famílias cativas em Viamão tiveram, além de autonomia e controle alimentar, poderia ser utilizado, de acordo com Slenes (1999), como integração cultural, identidade e fomento de solidariedade entre escravizados. Tal definição coincide com a forma como Francisco foi registrado no rol de confessados: pai Francisco. Muitos homens escravizados possuíam filhos e nenhum foi denominado como “pai”. É possível que este vocativo refira-se ao

9 Utilizei este casal como exemplo em minha dissertação de mestrado e em artigo nos anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Ver respectivamente: BLANCO, 2012; RAZZERA, 2017.

reconhecimento de Francisco como liderança entre os cativos, alguém experiente, depositário da confiança dos pares. “Pai” também é um vocativo para lideranças do campo religioso afro-brasileiro.

A estância da Figueira, também pertencente a Gomes Ribeiro, localizava-se próxima à Guarda de Viamão e era administrada pelo capataz Joaquim de Almeida, auxiliado por Francisco da Costa, o velho. Teve uma quantidade de escravizados superior à estância do Itapuã (BLANCO, 2012). O casal mais antigo nesta unidade era composto por João, barbeiro, e Maria, ambos traficados de Angola. Eles tiveram três filhos: João - apadrinhado por Inácio Fernandes e Maria Fernandes, casada com Anselmo Soares- e José e Santiago, gêmeos “de uma barriga” – apadrinhados por Caetana Rosa e Manuel Cabo Verde, ambos do mesmo plantel (AHCMPA, 1º LBV, 24/06/1752, fl. 102; 03/08/1755, fl. 120). Caetana Rosa já deveria ser adulta nos anos 1750 e era filha de Caetano, africano de Angola, e Rosa, indígena das “missões de Buenos Aires”. Este casal possuía ainda outro filho, Amaro, batizado em 1754 por Felipe e Maria, casal de livres pobres. Já Manuel Cabo Verde e Josefa Angola tiveram duas crianças. A primeira, Maria, foi apadrinhada por João Martins, pai de Antônio José Viegas, homem de algumas posses e um dos pioneiros em Viamão, genro do citado João de Magalhães (AHCMPA, 1º LBV, 30/04/1752, fl.101). Isabel foi batizada por Domingos de Lima Veiga e sua esposa Maria de Lemos. Lima Veiga era militar e seria oficial da câmara de Viamão, juiz de órfãos e escrivão da Fazenda Real nas décadas seguintes. Esta era uma família bastante prestigiada e requisitada para apadrinhar crianças de diversas categorias sociais na freguesia de Rio Grande (HAMEISTER, 2006, 166-167, 333 e 238; KÜHN, 2006, p. 381).

Andando pela vizinhança

João Rodrigues Prates foi capitão-mor na vila de Laguna e, diferentemente de Gomes Ribeiro, nunca se transferiu para Viamão. Possuía, entretanto, uma unidade produtiva nesta última localidade. A estância do Prates era chefiada pelo capataz Antônio Rodrigues Prates, casado com Maria Rodrigues Prates (BLANCO, 2012). Este era

um casal de escravizados, ele Mina e ela Gangela. Um cativo no posto de capataz era algo excepcional em Viamão em meados do século XVIII. Sob o comando dele havia pelo menos outros quatro cativos. Antônio e Maria tiveram três filhos e tornaram-se compadres de uma variedade de pessoas: escravizados, indígenas, livres e proprietários de escravos (AHCMPA, 1º LBV, 05/10/1748, fl.9; 06/01/1753, fl.106v; 20/01/1759, fl.90). No batismo de Mateus foram padrinhos João, mulato, cativo de Feliz Ferreira, e Maria Luís Leme, carijó forra. Anos depois, o infante João recebeu os santos óleos de Rosa, das missões buenairenses, e o português Manuel Pereira Dantas. No batismo do último filho, Salvador, compareceu Feliz Ferreira. Maria e Antônio batizaram um cativo da propriedade de Antônio da Costa Pavão e, anos antes, Maria já havia amadrinhado um cativo da estância de Francisco Pinto Bandeira (AHCMPA, 1º LBV, 16/10/1752, fl.105v; 20/11/1755, fl.121v). Assim como o Pai Francisco, Antônio e Maria tinham uma condição singular: devido ao posto de capataz de uma estância cujo dono era absenteísta, também possuíam controle sobre a produção e alimentação.

A estância de João Rodrigues Prates fazia divisa com a estância da Figueira e as terras de Feliz Ferreira (APERS, inventário *post-mortem* de João Rodrigues Prates- 1ª Vara de Família de Porto Alegre, maço 31 estante 31, processo 9, 1766). Alguns dos compadres do casal de cativos Antônio e Maria eram, portanto, seus vizinhos. Além do mais, as estâncias de Francisco Pinto Bandeira e Antônio da Costa Pavão, localizavam-se na mesma zona paroquial – entre os rios dos Sinos e Gravataí. São compadres e comadres recrutados nas cercanias de moradia, que ratificam estudos de Sirtori e Gil (2011).

Nas sociedades escravistas havia comunidades de escravizados, como uma grande comunidade urbana ou grande plantel. Todavia, um plantel não configura, necessariamente, uma comunidade, principalmente no caso de Viamão em que, se comparado à regiões de *plantation*, só haveria pequenos plantéis. A comunidade transcende os limites de uma sesmaria e conecta pessoas de diversas estâncias e que estão circulando. Nos casos elencados nota-se uma relação entre batismo, matrimônio, acesso à terra e trabalho. Estes são, entre outros,

elementos constitutivos de uma comunidade, conforme Engeman (2006).

Na freguesia de Viamão havia comunidades de escravizados, das quais faziam parte alguns missioneiros, e também comunidades de indígenas livres. Tanto os africanos quanto os ameríndios foram subalternizados pelo projeto colonial e viviam no mesmo espaço, mesma freguesia – mesma unidade produtiva no caso da estância do Itapuã-, mas tinham expectativas de vida diferentes. Os indígenas livres estavam migrando de outras localidades e já conheciam – há mais de uma geração, talvez- os códigos daquela sociedade, enquanto os escravizados estavam lá forçados, conhecendo os valores de Antigo Regime. A mobilidade espacial era fundamental, pois os indígenas poderiam ir e vir, enquanto os escravizados não. A circulação dos escravizados era limitada pelo arbítrio senhorial. Por isto que os plantéis de Gomes Ribeiro e Prates são importantes, pois a ausência senhorial permite ver as estratégias de sobrevivência e sociabilidade dos dois grupos de forma mais espontânea.

Considerações finais

Entender o Rio Grande de São Pedro e a fronteira meridional é, além das disputas por limites e acordos metropolitanos, entender que estava em formação uma economia e sociedade escravistas que produzia para alimentar outras regiões da América portuguesa e estava envolta pelo espírito expansionista e conquistador. Era uma freguesia que buscava complemento na mão de obra indígena, principalmente por parte dos pequenos proprietários. É entender que, muito além de militares e açorianos, havia escravizados e ameríndios que muitas vezes conviveram lado a lado. Ambos tiveram sua força de trabalho explorada, como característica comum, mas possuíam expectativas de vida distintas. Os escravizados eram considerados propriedade, os indígenas não eram juridicamente propriedade; os nativos poderiam ir e vir de uma estância, os cativos não, estavam lá à força. Isto é importante para a formação de expectativas. É necessário compreender a relação entre parentesco e acesso à terra. As oportunidades de compadrio estavam ligadas às oportunidades de

cultivar a terra ou compartilhar a produção com seu compadre. Havia ainda uma conexão entre proximidade geográfica e parentesco, pois vizinhos e moradores das cercanias se aparentavam e eram estes com quem cativos poderiam, eventualmente, compartilhar a produção. Isto denota a mobilidade espacial de alguns escravizados que circulavam pelas redondezas e se afastavam da estância. Residia aí a possibilidade de sociabilidades e laços comunitários. Por fim, existiam diferentes experiências de *ser* escravizado e *ser* indígena. Ser cativo de um pequeno plantel é diferente de ser capataz de um senhor absenteísta. As estratégias de ameríndios livres, seja dos domínios portugueses ou espanhóis, são diferentes das estratégias dos guaranis missioneiros, mais próximos dos escravizados – assim me parece, por enquanto. Então, os poderes, existências e resistências que eram rotineiros naquela vida comunitária, permanecem ainda, para os historiadores contemporâneos, em parte, silenciados naqueles campos fronteiriços de outrora.

Fontes

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)

Livros de batismo

- 1º Livro de Batismos de Viamão (1º LBV), 1747-1759. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). **Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)**.

Livros de óbito

- 1º Livro de Óbitos de Viamão (1º LOV), 1748-1777. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). **Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)**.
- 2º Livro de Óbitos de Viamão (2º LOV), 1776-1817. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). **Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)**.

Róis de confessados

- Róis de Confessados de Viamão (RCV): anos de 1751, 1756, 1757 e 1578.

Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate-RS (AHU-Projeto Resgate)

- *Mapa das fazendas povoadas de gado no Rio Grande de São Pedro, 1741, caixa 1, documento 41.*

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventários post-mortem

- Domingos Gomes Ribeiro- 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, maço 1, estante 31, processo 2, 1764.
- João Rodrigues Prates- 1ª Vara de Família de Porto Alegre, maço 31 estante 31, processo 9, 1766.

Bibliografia

BLANCO, Márcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala:** família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740- c.1760). 2013. 209 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal:** família e sociedade (São João del Rei- séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. **Carijós, mulatas e bastardos:** a administração indígena nos Campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII. 2016. 208 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós:** constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis no sudeste brasileiro nos Oitocentos. 2006. 251 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio:** políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. 2007. 320 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Sinais:** raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais.** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 143-179.

_____. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265- 310.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). 2006. 474 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. 2006. 479 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RAZZERA, Márcio Blanco. Das mãos que amainam o gado e lavram a terra: escravidão, população e trabalho em Viamão (1741-1759). In: **Aedos**. No prelo.

_____. Jogando com escalas: em busca das populações subalternizadas em uma fronteira ibérica no século XVIII. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês; CARNEIRO, Deivy (orgs.). **Práticas de micro-história**: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 832-844.

_____. Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da freguesia de Viamão em meados do século XVIII. **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2017. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marciomunhozblanco.pdf>. Acesso em: 11/05/2020.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luis. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: **5º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos5/sirtori%2520bruna%2520e%2520gil%2520tiago.pdf>. Acesso em: 23/11/2021.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na família escrava –Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Posse escrava em Piratini: como eram formadas as escravarias no município (1811-1871)

Vinícius Cardoso Nunes¹

Onde se localiza o “peixe barulhento”?

Começo localizando o leitor no recorte espacial do trabalho. Piratini é uma cidade que está localizada a 98,2 km de Pelotas, e a 344,2 Km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista hidrográfico é banhada pelos Rios Piratini e Camaquã, o município tem um território de aproximadamente 3.539,688 km² e uma população próxima hoje segundo o IBGE de 20.757 habitantes². Situada na Serra Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, a região é denominada de escudo rio-grandense. Piratini está a 349 metros de altitude e ali fica o serro mais alto da região, o Cerro do Sandim que possui 510 metros de altura. Em algumas regiões como o terceiro distrito de Piratini estes serros fazem com que o solo também seja precário em alguns casos.

Jayme Lucas D’Ávila, autor de *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d’El-rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros*, reforça um

1 Universidade Federal de Pelotas–Doutorando em História – Programa de Pós-Graduação em História –viniciusnunes03@gmail.com

2 Dados atuais de Piratini. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?cod-mun=431460>. Acessado em: 20/03/2017.

passado de Piratini que tinha como características identitárias apenas os açorianos, embora descreva que na região do atual município houvesse também grupos étnicos indígenas que lá viveram, tais como os gês, guaranis e pampeanos. Piratini vem do tupi-guarani “piratinim” que significa “peixe barulhento”. Assim sendo, o nome da antiga Vila pode ser visto como uma combinação das duas tradições étnicas locais: Nossa Senhora da Conceição de Piratini, que pertencia à Diocese de Pelotas, em 1810. A partir do Decreto Imperial de 15 de dezembro do ano de 1830 passou a ser Vila e sede de Município (FORTES; WAGNER, 1963, 324).

A pesquisa sobre a história da escravidão em Piratini no período de 1810-1871 tem como objetivo compreender o perfil dessa instituição no local estudado. A partir da análise da presença dos cativos nos inventários post-mortem irei investigar a estrutura de posse das escravarias, no tocante a quantidade de pessoas escravizadas entre os bens dos falecidos. A partir das informações contidas no Catálogo de Cartas de Liberdade do Arquivo Público do Rio Grande do Sul é possível averiguar dados relativos ao nome, à origem, ao preço e à idade destas pessoas que foram descritas nos inventários.

Dados populacionais de 1814 apresentam uma sociedade que dependia de forma intensa da mão de obra escrava, seguindo o modelo a época de toda a colônia luso-americana, como apresento na tabela a seguir:

Piratini recenseamento da população em 1814	Nº de Pessoas	Porcentagem
Branco de ambos os sexos	1439	39,18%
Indígenas idem	182	5%
Livres de todas as cores idem	335	9,12%
Escravos	1535	41,7%
Recém-nascido de idem em 1814	182	5%
Total	3673	100%

Tabela 1—Mapa Populacional de 1814. **Fonte:** Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950.* Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.50.

Ao analisar os números da Tabela 1, percebi que a maioria da população de Piratini no ano de 1814 não era branca, pois “livres de todas as cores” acredito que fossem os libertos. Além disso, somam-se ainda os indígenas. Logo os brancos europeus ou luso-brasileiros eram minoria em Piratini em 1814. Nos inventários post-mortem, na década de 1810, foram arrolados 65 escravizados de 11 senhores escravistas. Não pude comparar com o ano do Censo, ou com um ou dois anos anteriores pois não houve registros, e isso corrobora a dificuldade de utilização deste tipo de fonte (inventários) em algumas situações, como salienta Vargas.³

Nos dados populacionais de 1858 e 1872, percebe-se que se o número de escravizados em Piratini aumentou, houve uma diminuição do percentual se comparado aomapa populacional de 1814.

3 “É sabido que os inventários post-mortem sobre representam as camadas mais abastadas da população analisada, pois não oferecem um mesmo tratamento aos mais pobres da sociedade, cujos bens praticamente não eram passíveis de serem inventariados” (VARGAS, 2016, p. 59).

Piratini	1º Distrito	2º Distrito	Porcentagem 1º Distrito	Porcentagem 2º Distrito
Escravos	1317	665	39,33%	35,33%
Livres	1938	1140	57,88%	60,58%
Libertos	93	77	2,79%	4,09%
Total	3348	1882	100%	100%

Tabela 2 - A partir dos dados contidos Censo de 1858. **Fonte:** Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.66.

Somando os dois distritos de Piratini em 1858, o número de escravizados era 1982, sendo 37,89% do total da população, somando os escravizados aos libertos, a população preta e parda era de 41,14% de Piratini enquanto a branca era 58,86%. É importante destacar que houve uma leve diminuição da porcentagem de pessoas escravizadas, ao longo de toda a década de 1851-1860, foram arrolados nos inventários 408 escravizados de ambos os sexos, somente no ano de 1858, foram arrolados 56 escravizados, ou seja, de um “universo” de 1982 escravizados, foram arrolados nos inventários 2,82% dos escravizados de Piratini no ano de realização do Censo de 1858, enquanto durante toda a década comparando com os dados do Censo, os escravizados eram 20,58%.

O Censo demográfico de 1872, aponta um número de 1382 escravizados de ambos os sexos, sendo 720 homens e 662 mulheres, o que seria um percentual de 21,26% da população total de Piratini, enquanto os livres de todos os sexos e cores eram 5116, sendo 78,74% da população. Se levarmos em conta que os livres de ambos os sexos se encontram os negros libertos, pardos e caboclos o número de pessoas afrodescendentes era 43%, o que considero um número alto. A partir do Censo de 1872, as crianças de 0 a 15 anos, totalizavam 136 meninas escravizadas, e meninos 180; já entre os escravizados homens de 16 a 50 anos eram 460; as mulheres escravizadas eram

um total de 433; acima dos 51 anos mulheres eram 93 e os homens totalizavam 80.

Condição Social	Nº de pessoas	Porcentagem
Escravos de ambos os sexos ⁴	1382	21,26%
Livres de ambos os sexos	5116	78,74%
Total	6498	100%

Tabela 3 - A partir de informações retirados do Censo de 1872. **Fonte:** do autor com informações retirados do Censo de 1872, p.139.

Comparando o número de escravos no ano de 1858 com o de 1872 percebe-se que houve uma queda de 1982 cativos para 1382.

Posse escrava em Piratini: o perfil dos escravizados em Piratini (1810-1871)

Este tópico do artigo se dedica a traçar um perfil das escravarias em Piratini, como eram compostas, sexo e as possíveis origens destas pessoas, o valor que os senhores informavam ou não aos seus cativos, as profissões, filiação e, em algumas ocasiões, a condição se solteira(o) ou casada(o). Para facilitar temporalmente a compreensão do leitor vou estabelecer aqui um entendimento dos períodos históricos a que vou me ater a seguir. Irei, em um primeiro momento, verificar como se modificaram os perfis das escravarias durante o recorte temporal analisado, a partir das leis que tentaram cessar o tráfico atlântico de pessoas escravizadas, ou seja, 1831 e 1850.

4 Mulheres eram 662 e os homens 720 escravizados.

Tamanho da escravaria	1811-1830		1831-1850		1851-1871		Total	
	Invent.	Escrav.	Invent.	Escrav.	Invent.	Escrav.	Invent.	Escrav.
1-4 escravos	17 (46%)	39 (17%)	54 (55%)	136 (22,5%)	77 (48%)	159 (14%)	148 (50%)	334 (17%)
5-9 escravos	12 (32%)	77 (33%)	26 (27%)	169 (28%)	54 (34%)	371 (33%)	92 (31%)	617 (32%)
10-19 escravos	7 (19%)	94 (40%)	13 (13%)	167 (27,6%)	20 (12%)	250 (22%)	40 (14%)	511 (26%)
20 ou mais Escravos	1 (3%)	25 (11%)	5 (5%)	132 (21,9%)	10 (6%)	341 (30%)	16 (5%)	498 (25%)
Total por década	37	235	98	604	161	1121	296 (100%)	1960

Tabela 4 – Estrutura de posse de escravos em Piratini (1811-1871). **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Catálogo “Inventários: o escravo deixado como herança”. Comarca de Piratini, Porto Alegre: Corag, 2010.

Entre 1811 à 1830, a configuração das escravarias de Piratini mostra que ela era uma Vila de senhores com pequenas escravarias, apresentando um total de 37 inventários, onde foram arrolados 235 escravizados. Posso afirmar que os senhores de poucos escravizados, de 1 a 9 escravizados, que eram 29 inventariados (78%) tinham a posse de 116 escravizados (49%), e os 8 inventários (22%) com mais de 10 escravizados, concentravam 119 cativos (51%). Observando o período entre 1831-1850, quando dada as leis que extinguíam ou que deveriam fazer essa ação, em Piratini nas fontes documentais são descritos 604 escravizados, sendo 320 homens (52,8%), 281 mulheres (46,7%) e 3 (0,50%) não consta a informação sobre o sexo destas pessoas. Os senhores pertencentes às faixas de 1 a 9 escravizados reuniam 80 inventários, ou 82% dos proprietários, e somavam 305

cativos, ou 50,5%. Já os de senhores com mais de 10 cativos reuniam 299 escravizados (pouco mais de 49%) arrolados em 18 inventários (18%). Os africanos nesse período entre 1831-1850, eram um total de 195 escravizados de ambos os sexos, ou seja, 32% dos cativos, já os crioulos de ambos os sexos eram um total de 292 (48%) e aqueles que não consta a origem eram 117 cativos (19%).

João José Reis em *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835* destaca, ao analisar a distribuição da riqueza na Bahia do século XIX, que a posse de “escravos não era coisa apenas de gente rica. Só os muito pobres não tinham escravo algum” (REIS, João José, 2003, p. 31), ou seja, mostra a disseminação da posse escrava em todas as camadas da sociedade. Reis pontua ainda sobre a distribuição da mão de obra escravizada para um grupo de 395 cidadãos baianos do século XIX, que apenas 13% destes não tinha sobre a sua posse um escravizado⁵. Tal padrão foi comum a todo o Brasil, como diversas pesquisas apontaram nas últimas décadas. Jonas Moreira Vargas, ao analisar a elite charqueadora de Pelotas no século XIX, demonstra que naquela localidade se apresentava o mesmo padrão das demais regiões brasileiras sobre a posse escrava, ou seja, que apesar da disseminada existia uma concentração de cativos e cativas, nas mãos de poucos escravistas (VARGAS, 2016).

Partindo do que discorre Farinatti (2004) sobre alterações sofridas nos quadros de trabalho pós fim do tráfico atlântico de 1850⁶, irei abordar como se configurava a posse escrava antes das leis que

5 Para adequar os dados de Piratini para dialogar com os propostos por Reis, em Salvador, dos 250 inventários de senhores de 1-10 escravizados, de Piratini entre 1811-71, estavam concentrados 1051 escravizados 471 cativos de ambos os sexos, ao passo que os senhores acima de 11 escravizados por inventários em Piratini, havia 46 documentos nos quais constava a posse 909 escravizados de ambos os sexos.

6 Sobre as mudanças no perfil dos escravizados antes e pós leis de 1831 e 1850. “Essa configuração por certo também sofreu a influência do fato de que a colonização estável da ‘Campanha’ era relativamente recente, tendo começado nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Assim, se estaria observando ali um fenômeno recorrente em diversas outras regiões do Brasil escravista. Unidades produtivas recentemente instaladas tendiam a apresentar um percentual maior de homens adultos e de africanos, pois grande parte de sua mão-de-obra teria sido adquirida havia pouco tempo (FARINATTI, 2004, pg.6).”

acarretariam com o fim do tráfico atlântico de pessoas escravizadas, e como foi sua configuração após estas leis⁷.

No terceiro recorte temporal para se analisar o perfil das escravarias em Piratini irei abranger o período de 1851-1871. Aqui os senhores com inventários de 1 a 9 escravizados se mantêm como maioria sendo agora 81,4%, enquanto os senhores com mais de 10 cativos eram um total de 18,6% dos inventariados. Os senhores de 1 a 9 cativos possuíam 47% dos escravizados, ao passo que inventariados de acima de 10 escravizados tinham a posse de 53% dos cativos de Piratini. Ao todo foram arrolados nos inventários neste recorte temporal 1121 escravizados de ambos os sexos, e eram 161 escravagistas.

Portanto, assim como nos dois períodos anteriores, aqui também se verifica um padrão que foi comum em todo o Brasil. A maior parte dos escravistas de Piratini eram pequenos proprietários com escravarias de tamanho inferior a 9 cativos. A Tabela 4 mostra que metade dos 296 inventariados entre 1811 e 1871 tinham 4 ou menos escravizados. No entanto, os grandes escravistas, com 20 ou mais cativos em sua propriedade, eram uma minoria e foram aumentando a concentração. No primeiro período, eles possuíam 11% da escravaria, no segundo período eles dobraram para 21,9% e no terceiro período eles saltaram para 30%. Isso demonstra que ao longo do século, com as leis que aboliam o tráfico, em 1831 e 1850, e o consequente aumento do preço dos cativos os mais ricos passaram a concentrar mais ainda a posse escrava.

Analisando o gênero dos cativos que compunham as escravarias de Piratini é possível perceber que em determinados momentos as

7 Sobre o processo de findar com o tráfico Atlântico de pessoas escravizadas em 1810, por exemplo, já havia uma lei que procurava evitar essa prática na parte norte da Linha do Equador (PARÉS, 2018, pg. 83 pdf), a Lei de 1831 foi uma resposta as premissas inglesas de cessar o tráfico, mas, como explica Chalhoub, essa prática que avolumava escravizados no Vale do Paraíba paulista e fluminense burlava as leis, fazendo com que de forma definitiva em 1850 fosse aprovada a lei que de fato cessasse o contrabando de pessoas a partir daquele (ver Chalhoub, 2012, pg. 124-128), sendo o último navio que aportasse no Brasil com africanos escravizados pós 1831, em 1856 (SLENES, 2018, pg. 64 pdf).

mulheres formaram maior número que os homens, mesmo sendo uma diferença pequena.

	1811-1830	1831-1850	1851-1871	Total	% do sexo dos escravizados
Homens	164	320	558	1042	53%
Mulheres	71	281	549	901	46%
Não Consta o sexo	0	3	14	17	1%
Total				1960	100%

Tabela 5 - Divisão de sexo entre as escravarias nos inventários – Piratini (1811-1871). **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Catálogo “Inventários: o escravo deixado como herança”. Comarca de Piratini, Porto Alegre: Corag, 2010.

Para o recorte temporal entre 1811-1830, a diferença entre homens e mulheres era muito superior as décadas dos recortes temporais a seguir, tendo em vista que os homens eram 69,8% da população escravizada, e nos demais recortes eram 53% (1831-1850) e 49,77% (1851-1871), a diferença comparada ao número de mulheres diminui com o decorrer do tempo, uma das causas possivelmente tenha sido o recrutamento para os conflitos na Revolução Farroupilha (1835-1845) e na Guerra do Paraguai, aliada também a necessidade de mão de obra masculina nas charqueadas em Pelotas, principalmente após a lei de 1850 que extinguiu o tráfico de pessoas escravizadas do continente africano, teria sido algumas das causas para a diferença entre homens e mulheres ter diminuído ao longo dos anos.

É relevante destacar também que as mulheres de naturalidade destacadas como crioulas nos inventários foram em números mais informadas nos inventários que os homens de mesma naturalidade no recorte temporal entre 1831-1850 e 1851-1871, enquanto entre os africanos os homens seguiam o padrão de outras localidades do Império brasileiro como apresenta na tabela a seguir.

Origens	1811-1830			1831-1850			1851-1871		
	H	M	%	H	M	%	H	M	%
Africanos	100	36	54	129	66	32	80	39	11
Crioulos	53	42	38	136	156	49	345	378	65
Não Consta Origem	11			55	59	19	133	132	24
	8								
	8								

Tabela 6- Naturalidade e sexo dos escravos nos inventários (Piratini, 1811-1871).

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Catálogo “Inventários: o escravo deixado como herança”. Comarca de Piratini, Porto Alegre: Corag, 2010.

Observando a tabela é visível que com o passar das décadas e o avanço de leis de extinção do tráfico atlântico de pessoas escravizadas africanas, ocorre um aumento de pessoas que “nasceram” nas senzalas brasileiras, os crioulos e crioulas que eram 38% da mão de obra escravizada em 1811-1830, passa 65% no recorte temporal de 1851-1871, e aqueles que não consta origem, que eram 8% no primeiro recorte era 24% ao final do período estudado, possivelmente muitos

destes sem origem destacada fossem também crioulos, ou seja, nascidos no Brasil.

Da lida do campo a da vila: as profissões dos escravizados nos inventários em Piratini (1811-1871)

As profissões dos escravizados mostra como se baseava a economia em Piratini, e para que ramo os escravizados se dedicavam. Em pesquisa anterior observei que muitos dos escravizados envolvidos em algum tipo de crime, era campeiro. Ao transcrever os processos-crimes observei que muitos destes cativos se determinavam tanto como campeiro, quanto como lavradores ou roceiros, dependendo da ocasião. Compreendi que muitos destes eram escravizados de senhores com poucos escravos (NUNES, 2017). Nos inventários entre 1811-1871, 141 escravizados tiveram a sua profissão arrolada, sendo que 51 deles, ou 36%, eram campeiros.

Dos 141 escravizados e escravizadas com profissão informada, além dos 36%, havia 51 campeiros, enquanto 4% dos 141, tinham outras funções mais que a de campeiro, ou seja, se dedicavam a mais de uma atividade na ou nas propriedades dos seus senhores. Dado importante de se enfatizar é que 28% dos escravizados em Piratini se dedicavam a atividade agrícola, e para este cálculo, retirei aqueles que trabalhavam como campeiro, exemplo do campeiro, roceiro e tanoeiro. Os escravizados que se dedicavam a outras atividades, que descrevo aqui para um setor de ganho no meio rural e/ou urbano, 31% do total, o que poderiam trazer ganhos aos seus senhores, sendo alugados vez ou outra, para as necessidades em outras regiões.

Considerações finais:

A pesquisa e suas possibilidades de análise ainda estão em processo de desenvolvimento, com a inserção de outras fontes primárias como os registros de batismos e processos-crime que auxiliaram na compreensão de como era caracterizada a escravidão em Piratini no século XIX. O que posso destacar como conclusivo até aqui é que em Piratini, assim como ocorria em todo Império brasileiro a época, era

que havia muitos senhores de poucos escravizados, e poucos senhores com muitos escravizados. Ou seja, as grandes escravarias pertenciam a uma elite escravista com mais de 10 escravizados por inventário, e as pequenas posses de escravistas com menos de 9 escravizados por inventário como foi apresentado na tabela 4. Corroborando assim com o que apresentado pela historiografia brasileira social da escravidão, o que difere é o número de mulheres escravizadas de naturalidade crioula que em determinados períodos como de 1831-1850 e 1851-1871, eram mesmo que de percentuais não muito distantes, acima ao de homens crioulos.

Referências:

D'ÁVILA, Jayme Lucas. **Povoadores de Piratini**: açorianos (casais d'El-rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros. Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007.

FARINATTI, Luis Augusto. Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). **Ciência e Ambiente** – UFSM, n. 33, jul-dez 2006. Santa Maria, p. 135-154.

FORTES, Armyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Editor: Porto Alegre: Globo, 1963.

Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS:1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981.

NUNES, Vinicius Cardoso. **Escravidão e criminalidade**: os campeiros nos processos-crimes na Vila de Piratini (1850-1870). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), Pelotas, 2017.

REIS, João José. **Sociedade, Economia Rebeliões na época dos malês**. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pg 19-121.

SLENES, Robert. Africanos Centrais. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 64-71 pdf.

_____. **Na senzala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

PARÉS, Luís Nicolau. Africanos ocidentais. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 78-84 pdf.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do Charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). 1. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

“Entre desonras e ingratidões”: processos das mortes de Carolina e Juliana pelas mãos de seus parceiros

Bruna Gabrielle Silva Zanetti¹

Apresentação

Os processos utilizados para essa pesquisa, datam dos anos de 1860² e 1863³. Ambos processos têm como palco dos ocorridos a cidade de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul, cidade muito marcada por ser o lar de grandes charqueadores, possuente de grandes extensões de terra destinadas ao gado e lugar de muito trabalho árduo

1 Mestranda pelo PPGH da UFPel, com ênfase em História Social, crime e gênero. Licenciada em História pela UFPel. Email: bgsz@outlook.com

2 Processo possuente de Juliana como protagonista e ré de um crime de assassinato: APERS. Processo n. 589, ano 1861, Cartório do Cível e Crime, Pelotas (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).

3 Processo em que constam todos detalhes do assassinato de Carolina, primeira mulher a qual tive acesso: APERS. Processo n. 650, ano 1863, Cartório do Cível e Crime, Pelotas (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul). Ver mais sobre esse processo em meu TCC: ZANETTI, Bruna Gabrielle Silva. “Disse o réu que aquilo era o motivo de sua desonra e o motivo de sua desgraça”: Perspectivas acerca de gênero, honra e código criminal a partir do processo-crime desencadeado pelo assassinato de Carolina (1863). Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal de Pelotas. 2019.

e sofrimento vivido pelos trabalhadores em virtude dos serviços pesados que o charque demanda em seu preparo.

De acordo com Vargas (2010), o município de Pelotas destacava-se no campo da economia ao longo do século XIX, como grande núcleo charqueador da província. Devido ao produto ser fundamental na alimentação de escravizados no sudeste e nordeste do país, sua intensa exportação tornou-se responsável por aprofundar relações do mercado do sul com os mercados do restante do Brasil, já que os charqueadores pelotenses comercializavam o charque com grande parte do país, assim possibilitava um significativo acúmulo de riquezas entre esses, o que fez de Pelotas propícia para a formação de uma das elites mais ricas da região.

Ainda segundo Vargas (2010), essa elite foi composta em massiva maioria por charqueadores que constituíram sua fortuna a partir do trabalho escravizado, fato que fez da cidade uma das maiores concentrações de população negra na região sul e com tal abundância de extremos opostos de habitantes e logo, de mulheres: brancas, negras, ricas, pobres, trabalhadoras, livres e escravizadas, o que a torna adequada para um estudo como este, sobre suas residentes mulheres e de realidades tão distintas.

Por volta dos anos de 1830 a cidade de Pelotas possuía um grande número de negros e afrodescendentes e isso inspirava medo e muito pânico entre a elite local. Por isso viam a necessidade de se preparar caso viesse a ocorrer algum movimento por parte dessas pessoas. Segundo Pinto (2018), a solução foi a criação de instituições como a cadeia, guarda nacional, polícia e outras ferramentas para manter a ordem que consideravam necessária.

Pinto (2018) aborda dados do censo do ano 1833, o primeiro feito na cidade de Pelotas. E esse demonstra uma presença expressiva de escravizados tanto libertos, como fugidos, os quais acabavam por utilizar o mesmo espaço e ainda se misturavam em outros lugares nos meios urbanos e rurais. É afirmado pela mesma autora, que muitos escravizados misturavam-se na cidade, convivendo na mesma e assim de determinada forma “instaurando um processo de reinvenção identitária, étnica e cultural pelas ruas de Pelotas” (PINTO, 2018, p.

40). Somava-se no total 65,59% dos habitantes da cidade de Pelotas como não-brancos, o que tornava Pelotas uma região rica em diversidade étnica e social.

O gênero, crime e constituição em meio a pesquisa

O que motiva a escolha do tema é, em boa parte, a necessidade de estudos dentro do campo da história das mulheres, além de igualmente vinculada ao campo de história do crime que ainda não possui muitos trabalhos referentes a gênero. Somada à própria vivência.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o protagonismo de diferentes mulheres e suas distintas participações, pensando nos seus contextos de inserção em sociedade e suas realidades a partir de uma análise dos crimes envolvendo essas duas mulheres. Como já mencionado desde o título, as fontes deste estudo são os processos criminais, fonte que já foi invalidada, mas que hoje tem sido vista como uma rica possibilidade de escrever a história de sujeitos sociais, antes pouco visibilizados pela historiografia

O campo em que a pesquisa se inclui é o da história das mulheres. As mulheres que protagonizam esta pesquisa se envolveram em crimes considerados como de morte, mas é importante frisar o quanto o seu sexo e gênero influenciava o julgamento com um todo. Desde a construção dos testemunhos, as escritas do escrivão, a fala dos juízes, todos evidenciavam o lugar da mulher no mundo.

Para que se possa realizar suas reflexões se utilizará do conceito de gênero, a partir de autoras como Scott, Pedro, Soihet, Rubin, entre outras. Rubin (1993) afirma que uma mulher domesticada é apenas uma mulher, mas que em determinada relação se tornou domesticada. São a partir de algumas relações que uma mulher pode se transformar em doméstica, esposa, prostituta, submissa ou tantas outras formas de ser identificada. Fora dessas relações a mulher automaticamente passa a ser apenas uma mulher.

Ainda segundo Rubin (1993), a opressão feminina advinda das relações sociais tem como ponto de partida o sistema de relações pelo qual as mulheres são transformadas em objetos de dominação

masculina. Tal dominação e ainda a ideia de domesticação das mulheres são abordadas pela autora, tendo em vista as análises de obras de Lévi-Strauss e Freud cujas ideias ali expostas se disseminaram com intensidade em diversas sociedades.

A partir da leitura das obras dos mencionados pesquisadores, a autora afirma ser perceptível a existência de um aparato social sistemático que torna as fêmeas em obra-prima, em passíveis de serem modeladas. Lévi-Strauss e Freud para a autora, foram os responsáveis por fornecer instrumentos conceituais, a partir dos quais foram e ainda são construídas descrições de parte das vidas sociais que, para ela, são “o lócus da opressão das mulheres”. (Rubin, 1993, p. 2), ainda nomeia como o “sistema sexo/gênero” se constitui como um “conjunto de arranjos através do quais uma sociedade transforma o sexo biológico em produtos de atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

A mesma autora enfatiza reflexões acerca do que chama de “sistemas de parentesco” (Rubin, 1993, p. 7) se referindo a ideias de Lévi-Strauss sobre o funcionamento dos vínculos da vida social e familiar. A autora mostra mais um instrumento responsável pela opressão das mulheres, que são as regras de tais relações de parentesco, as quais a autora compara a um complexo jogo de xadrez com muitas limitações e repleto de peças. Tal sistema era possuidor de regras, técnicas e cerimônias, tal como uma simples troca de presentes no intuito de agrado e uma possível negociação caso fosse interessante.

E para Lévi-Strauss, o casamento era uma parte fundamental dessa relação marcada pela troca de presentes, visto que as mulheres participavam dessa relação por vezes, como o próprio presente, e assim o casamento possuía um resultado mais profundo, que não significava apenas reciprocidade ou desejo de agrado em meio a uma transação, mas um elo entre famílias.

Dessa forma, tornava-se evidente que para o sistema que regia as relações sociais, a mulher não passava de uma mercadoria, de um ser inferior e, aparentemente passivo, que carecia de vontade própria, ou seja, uma peça em um jogo que apenas homens disputavam.

Sendo o grande percalço de sua vivência, e a justificativa utilizada para explicar suas limitações, o seu gênero.

Scott (1990, p. 14) é uma das principais e das mais referenciadas pesquisadoras que pensam sobre o conceito de gênero. Para ela:

[...] O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

E dessa forma, Scott pontua o gênero construído a partir de relações sociais, que se encontravam baseadas nas diferenças principalmente culturais. Para Scott, gênero seria como uma organização de caráter social a partir da diferença sexual, um saber geral, advindo do cultural que estabelece significados para as diferenças do corpo. A história seria mais uma responsável por toda essa produção acerca de uma diferença sexual já que não é neutra e também construída em cima de uma dominação masculina.

Segundo Pedro (2005), o que motivava Joan Scott era o mesmo que motivava as feministas e todo o movimento: o desejo de apontar as diferenças advindas das relações de poder.

Pedro (2005) reflete sobre as cientistas que têm como grande objetivo combater o determinismo biológico ao colocar que a pretensão destas é a de compreender o significado de gênero na época em que se estuda, entender o que era ser homem e o que era ser mulher e pensar de forma ampla suas relações. Judith Butler (2003) grande crítica da categoria gênero. Ela também afirma que o sexo é construído a partir do gênero do qual a performatividade é um efeito discursivo. Pontua o sexo como contestável e talvez tão resultado de construção social quando o gênero, sendo mínima a distinção entre esses.

Dessa maneira, o sexo perderia todo o seu significado como grande base sobre o qual constroem o gênero. E acaba sendo questionado da mesma forma que esse último, abrindo espaço para a relativização de seu uso, o que não significa uma inexistência do sexo ou que ele perdera completamente seu sentido biológico, Butler ainda

o entende como natural e anatômico. A historiadora Tania Navarro-Swain (2000) auxilia nessa linha de pensamento ao afirmar:

Isso não significa que não existam corpos humanos sexuados, com um aparelho genital dado. O que é criado pelas redes de significação e pelas práticas sociais é a importância dada a esse fator, é a significação que lhe é atribuída enquanto revelador, catalisador da essência do ser e da identidade do indivíduo. É o sexo que aparece enquanto efeito discursivo, dando forma e perfil ao feminino/masculino binário, pela atribuição de valores a certos detalhes anatômicos (NAVARRO, 2000, p. 47-48).

Butler (2003) julga necessário reformular o conceito de gênero e todo o significado em volta desse. Sugere o gênero como estilização de cada pessoa ou de cada corpo, tendo o gênero como um ato intencional, o conceito utilizado por Butler em seu livro “Problemas de gênero” para se referir à ferramenta responsável pela materialização do sexo, ou seja, de ressignificar os corpos, ao invés deles serem entendidos apenas como organismos compostos por pele, órgãos e ossos. Trata-se de também adicionar aspectos culturais a esses corpos.

O estudo também pensa acerca de características referentes ao gênero dentro do código vigente à época dos documentos, onde percebemos o aspecto cultural recém mencionado. Além do conceito de crime, igualmente importante para a pesquisa devido a fonte escolhida, sendo esse o Código de 1830, posterior e baseado nas ordenações Filipinas.

Esse código era marcado pela construção da imagem da mulher honesta, possuindo menção mínima às mulheres além de diferenciação no caso da mulher adúltera e no de homem adúltero e citava apenas quando se referia à honra masculina e no que tange a mulheres transgressoras de crimes de outra natureza nada era dito.

De acordo com Ramos (2012), é existente um vínculo da honra masculina com a pureza feminina, uma acentuada opressão histórica das mulheres existente por muitos séculos. Dessa forma, a mulher passou por um processo ainda mais severo de anulação, silenciamento e inferiorização, visto que a honra de toda uma família

dependia exclusivamente dela e se fazia questão de torná-las cientes dessa responsabilidade.

Ainda segundo Ramos (2012), todo esse culto a essa “honra masculina” vinculado com o comportamento da mulher muito presente em nosso país, se dá no período de colonização do Brasil já que o legado de honra no Brasil é trazido pelos colonizadores portugueses e não apenas em forma de cultura, como também dentro da própria legislação. Como Ramos coloca muito bem:

[...] o estudo da legislação do Brasil e do contexto histórico da construção da mulher em detrimento da honra masculina, através das transformações legislativas que disseram respeito à mulher, ao longo dos anos nos possibilita o entendimento de como os discursos jurídico e social, munidos de suas técnicas, produziram uma forma de pensar a mulher como um sujeito inumano. Esse discurso, que é produtor de formas de verdade, cerceou e confinou as mulheres ao espaço de controle, da vigilância e da anulação. A legislação, portanto, através de suas estratégias, se propôs a definir as regras do jogo que inscreveram os procedimentos e os domínios do saber, ditando para as mulheres quanto para os homens os lugares cabíveis a cada um dentro da sociedade e do casamento (RAMOS, 2012, p. 55).

E é dessa forma que a honra acaba sendo usada como argumento em um discurso que apoia e incentiva a violência contra a mulher, tendo em vista que objetivava uma submissão dessas, caso contrário se tornava um sujeito passível de agressão.

É trabalhado o conceito de crime baseado em autores como Bretas. E de acordo com o autor (2018), há relação muito próxima entre as práticas consideradas criminosas e o cotidiano social. É possível, portanto, a partir de um ato criminoso, pensar aspectos do cotidiano de determinada sociedade e as concepções e ideias das quais essa se utiliza.

Ainda, é evidente a possibilidade de pensar esses desvios de conduta considerados crimes como atos de resistência, Bretas (1991) exemplifica tal raciocínio ao citar determinados crimes de escravizados como atos de resistência à condição em que viviam, esses podiam ser compreendidos como parte da luta coletiva contra a escravidão. No caso da mulher é igualmente pensável tal lógica,

ao viver em uma sociedade extremamente sexista e patriarcal em meio a um regime da dominação-exploração dessas pelos homens, uma mulher que expressava suas opiniões e que se impunha frente a um homem também estava cometendo um ato de resistência a um sistema que só a limitava, submetia, menosprezava e a inferiorizava.

Indo mais além, segundo Saffioti (2015), se trata de uma ordem social pré-estabelecida em que a criminalidade e a violência são fenômenos masculinos referente à ideia de disparidade muscular, onde o homem é forte e a mulher frágil. E assim é construído o princípio de divisão de papéis sexuais pretendidos e existente até os dias atuais.

Conhecendo as duas protagonistas

Iniciando pela Carolina, protagonista do primeiro processo-crime que realizei a leitura. Uma mulher branca, portuguesa, casada e de certo prestígio econômico, que fora assassinada por seu marido com um punhal. Esse, por sua vez, utilizou da justificativa de ter cometido o crime em legítima defesa da honra por sua esposa supostamente ter o traído. Segundo o que o processo relata, o réu João Pinto Ribeiro, viajava bastante e seu casamento era recente, foi em uma de seus retornos para sua propriedade que o réu ouviu boatos dentre seus vizinhos de que sua esposa Carolina estaria o traindo com o primo do réu, José Pinto Ribeiro, no entanto optou por ignorar a princípio.

Até que chegando de suas viagens, foi realizar suas tarefas de rotina em sua propriedade, como ir a cocheira. E quando voltava, percebeu alguém fugindo pela janela dos aposentos de Carolina, e em seguida foi de encontro com a mesma para confrontá-la, e em meio a esse conflito que se iniciou como uma briga verbal em que o marido buscava a verdade sobre a traição, passou rapidamente para uma briga física, e assim na tentativa de pegar o punhal das mãos de Carolina, que ele a teria atingido. Foi ao sair do local do crime e após esse, que o réu encontrou um de seus escravizados e lhe disse ser Carolina Maria seu motivo de desonra e desgraça como resposta ao trabalhador que lhe perguntara o que ali tinha ocorrido.

Ao chegar à delegacia, o réu se entregou afirmando que a morte teria sido sem intenção e que foi por ela o tê-lo atacado primeiro que o mesmo apenas tentava salvar sua vida tentando desarmá-la, mas que ao fazer isso acabou a acertando. No entanto com os números de testemunhos de seu processo aumentando e o desmentindo sobre uma morte acidental, o réu modifica seu discurso e afirma tê-la assassinado, mas agora por legítima defesa da honra, uma vez que essa o traía.

O processo ainda possibilita mais reflexões do que se imagina. Afinal, a leitura do processo inicia parecendo ser um caso de esposa adúltera assassinada por seu marido fiel, mas agressivo, mas ao longo do processo, uma escravizada do réu de nome Fortunata, foi chamada para depor, uma vez que trabalhava na propriedade do casal e possuía grande convivência com a vítima.

Em seu testemunho, Fortunata⁴ afirma que em diálogo com sua senhora, enquanto a alertava sobre as consequências de possuir um caso com José, a vítima teria lhe falado que poderia terminar tal relação, uma vez que seu suposto amante a estava ameaçando. Fala ignorada em julgamento, mas que possibilita ao leitor e a esta pesquisadora pensar que talvez Carolina tenha sido violentada por duas vezes: pelo homem que a obrigava a manter relações com ele, e por seu marido que sem quase questionar, concluiu que ela o traía e em fúria, a assassinou.

E a outra mulher, uma das últimas protagonistas que conheci: Juliana, uma mulher preta e solteira. Os testemunhos desse processo apresentam a moça como forra, evidenciam ainda que essa fora liberta recentemente, e que adquiriu sua liberdade por meio de compra de alforria. Foi enquanto ainda prestava serviços ao seu senhor, que Juliana conhecera Joaquim, homem para quem a mesma demonstrara suas vontades e desejos de liberdade da escravidão.

4 A sexta dos seis informantes, sendo no total dos testemunhos, sete testemunhas formais e 6 informantes, além disso do total de sete testemunhas, eram todos homens. E dos seis informantes, duas mulheres, incluindo a já mencionada escravizada Fortunata que trouxe as informações singulares.

Segundo o que o processo e os testemunhos afirmam, Joaquim comprara para Juliana sua sonhada alforria, uma vez que essa tanto a desejava. No entanto, esse que é apresentado também como réu em meio ao processo, o faz por outros motivos além de simplesmente agradá-la, o réu entendeu seu gesto como um ato que demonstrasse seu interesse romântico à Juliana e que essa deveria recompensá-lo aceitando suas investidas amorosas.

Foi após sua alforria comprada por Joaquim e este ter tentado por outras vezes argumentar com a vítima as razões de ela ter que ficar com o rapaz, é que o réu vai até a casa que a vítima estava morando para mais uma vez questioná-la por rejeitá-lo e por essa fazer isso mais uma vez, que Joaquim a assassina com uma faca que levava com ele.

Segundo o réu e também os testemunhos, a morte de Juliana teria ocorrido por essa não querer uma relação com o homem que lhe comprara sua alforria, como se fosse uma obrigação sua retribuir o ato dessa forma. O réu afirma ainda que estava tão apaixonado por Juliana a ponto de matá-la, e foi por suas inúmeras ingratidões que ele o fez.

Contextos femininos

Embora ambas tenham sido assassinadas por homens, com os quais tinham relações sexo-afetivas, tornam-se evidentes os diferentes contextos dessas duas mulheres, seu gênero não lhes garantia as mesmas vivências já que possuíam raça, posição social e uma realidade econômica bastante distintas. Da mulher negra e/ou trabalhadora não se esperava necessariamente que fosse uma boa esposa ou que fosse o ideal da feminilidade da mulher branca e de elite, ou mesmo a imagem da “mulher honesta”, incapaz, frágil. Para essas mulheres rótulos machistas ainda que chegassem a elas de uma forma ou de outra devido a insistência de moralidade, não representavam suas realidades e, na maioria das vezes, não se direcionava a elas, a interseccionalidade resultava em mais vulnerabilidades.

A existência de um senhor como autoridade, somada a do companheiro ou amásio, resultava, inclusive, em uma masculinidade

afetada e assim, por vezes, em violência. Ao dissertar sobre o papel social das mulheres na escravidão, Davis (2016) evidencia que as mulheres negras eram entendidas como anomalias no que tange ao padrão de feminilidade do século.

Essas mulheres viviam permeadas por diferenças econômicas, de gênero e de raça. Eram igualmente possuintes de papéis sexuais impostos, pois como será mostrado a seguir são existentes rótulos direcionados a essas especificamente.

E para que essa normativa comportamental fosse levada adiante é que se utilizava de algumas ferramentas como contingências sociais e legais, que auxiliavam no processo que visa a normatização. No caso da mulher, o casamento e as peculiaridades que o acompanham são um exemplo de tais ferramentas, embora não seja a todas as mulheres que a forte tradição do casamento chega, para algumas não era prioridade e para outras não era costumeiro o enlace matrimonial formal e assim já se torna possível perceber apenas a superfície das diversas nuances de diferentes realidades que perpassam a vida das mulheres, possivelmente o caso de Juliana.

Enquanto algumas mulheres se preocupavam com um bom casamento, ter filhos rapidamente, realizações pessoais entre outras coisas, outras mulheres se preocupavam com seu sustento e de seus filhos e, por vezes, com o sustento até de seus companheiros, logo, trabalhavam por necessidade e ainda possuíam as atividades de casa para somar. Essas mulheres eram pobres e tinham uma realidade específica, devido a sua relativa independência financeira que seus trabalhos proporcionavam, é possível que fossem vistas assim com maior grau de independência, já que se ocorresse uma separação de seu companheiro, seu sustento ainda estava garantido.

Entretanto, uma situação financeira independente não era garantia de muito, pois frequentemente estas também eram agredidas por seus maridos, amásios ou companheiros, e por muitas vezes, era justamente esse poder econômico que causava conflitos devido a uma suposta ofensa à honra masculina e o papel colocado sobre o homem de mantenedor e protetor do lar, desobedecendo e invertendo a lógica social imposta. E é nessa linha de uma desobediência da lógica social

pré-estabelecida que diversas mulheres acabaram por se destacar e incentivar a realização desse estudo.

Uma participação feminina mais ativa na historiografia ainda é escassa, pouco valorizada ou reconhecida, realidade que vem sendo alterada nas últimas décadas. Além de uma historiografia focada somente em política, essa também possuía grande desinteresse pela história social e privada, justamente em lugares em que a participação feminina era dominante, justificando essa relativa ausência. Dessa forma, a valorização ocorria apenas nas áreas concernentes ao sexo masculino, enquanto que os referentes ao gênero feminino mesmo que não por escolha, viviam nas sombras e sendo consideradas sem relevância historiográfica.

Considerações finais

Torna-se notável a importância de uma historiografia que valorize as experiências femininas, e que as possibilite como sujeitos e protagonistas de suas próprias vivências, ao mesmo tempo que o campo da história das mulheres faz com que facilite a percepção de tais protagonismos, que os evidencie e que teorize a respeito dos meios de sobrevivência dessas mulheres a partir das limitações que o gênero lhes impunha como foi possível perceber nos casos apresentados.

Dessa forma, é possível concluir que o gênero foi o maior agravante para a violência sofrida por essas mulheres, e que embora com contextos distintos, e com diferentes estereótipos impostos, as duas acabaram em uma situação análoga à de vítimas.

Ainda são perceptíveis ao longo do processo, as limitações na vivência de Juliana por essa ser ex-escravizada e forra, assim como sua condição econômica inferior e o quanto tais intersecções a deixavam ainda mais vulnerável socialmente que Carolina Maria. Enquanto uma teria sua morte justificada por traição e desonra pública, a outra teve sua morte por não ter aceito compromisso com o homem que comprou sua alforria, sendo considerada ingrata.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maíra Chinelatto. **Cativeiros em conflito**: crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888) Tese (Doutorado): PPG de História Social USP, 2015.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **”José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina”**: relações de gênero e violência afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1889-1930). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências. Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos/ Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet.- 3. Ed.- Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ Rio de Janeiro, 1988.

_____. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB**, n. 32, p. 49-61, 2o sem. 1991.

_____. **Entre Crimes e Leis: Imaginação e a História Brasileira do Crime**. Em Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p 295-316.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e gênero**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 1984.

GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina**: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890). Pelotas, UFPel, 2014. (Dissertação de mestrado em história).

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

NAVARRO-SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário? **Textos de História**, Brasília: Ed. UnB, v.8, n.1-2, p.47-84, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Tradução do debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. - São Paulo: Contexto, 2019.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas (1850-1888)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPG de História UFRGS, 2017.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. In: **Políticas do Sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, maio 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.** [conectados]. 2007

VARGAS, Jonas M. **“Pelos margens do Atlântico”**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ZANETTI, Bruna Gabrielle Silva. **“Disse o réu que aquilo era o motivo de sua desonra e o motivo de sua desgraça”**: Perspectivas acerca de gênero, honra e código criminal a partir do processo-crime desencadeado pelo assassinato de Carolina (1863). Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal de Pelotas. 2019.

Juvêncio Rodrigues Pereira: um bandido entre a memória e a história (1852-1886)

Dário Millech Neto¹

No final do século XIX, na região meridional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma quadrilha de salteadores praticou diversos crimes, como roubos e assassinatos. Esse bando era liderado por um homem chamado Juvêncio Rodrigues Pereira, lavrador natural do lugar que hoje é denominado Vila Freire, um distrito do pequeno município de Cerrito.

A história de Juvêncio Pereira é recontada pela comunidade da região da Palma (Arroio Grande) até os dias atuais. Alguns moradores ainda narram o trágico episódio de captura e morte do bandido. Foi através dessas narrativas que iniciamos a nossa pesquisa.

Para a coleta e uso dos depoimentos utilizamos a metodologia da história oral. Foram três entrevistados: Fernando Agendes de Almeida, Orlando Borges de Almeida e Alzir Canielas, todos sexagenários. Eles são herdeiros de uma memória que foi repassada por, no mínimo, três gerações de seus familiares. O acontecimento (assassinato de Juvêncio Pereira) não foi presenciado por esses três indivíduos: o bandido é, para eles, um exemplo daquilo que Michael Pollak (1992, p. 2) chamou de personagem que não pertenceu ao

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em História pela mesma universidade. E-mail: milechnet@gmail.com.

espaço-tempo de uma pessoa. Mesmo assim, a história relatada nos permite encontrar dados que não foram localizados, até o momento, em documentos escritos, tais como jornais, processos ou relatórios.

E um desses dados versa justamente sobre o fim do líder da quadrilha. Em linhas gerais, escolheremos, por questão de espaço, o depoimento de Orlando de Almeida sobre como ocorreu o fato:

Aconteceu que ele (Juvêncio) estava... quando pegaram ele e mataram, ele estava almoçando com a noiva... Ele estava almoçando... As armas dele estavam embaixo de uma escada. Aí os outros sitiaram a casa... Aí pegaram ele, ele tirou a aliança... tirou a aliança do dedo e entregou para a noiva. Ele tinha uma lista de dezoito companheiros dele que ele ia matar... Aí os outros pegaram a lista... E aí foi que saíram com ele de lá do sobrado por aqui... passaram ali num pé de mata-olho que tem ali... Aí ali na passada do arame... Ele... o cavalo tinha uma senha... ele fez e o cavalo disparou. Disparou... e aí meteram uma carga de chumbo e ele entrou num “lagoãozinho” que agora está fechado ali. Aí tiraram ele do cavalo e degolaram. Aí... mataram ele. E depois o sogro dele que mandou puxar ele e enterrar... enterraram ele ali na ilha. [...] [Repetindo a parte final da história, para complementar]: Aí já botaram ele no cavalo dele, e ataram as pernas dele embaixo... Ataram. Para não ter perigo de se atirar ou... fugir. Mas o cavalo diz que era... o cavalo era emprestado, esse cavalo que ele andava. Mas diz que esse cavalo era ensinado. Fazia qualquer movimento em cima... não sei que movimento que ele fazia... o cavalo se arrancava... Foi... e o cara botou o pé em cima do arame... quando ele passou... ele fez o movimento e o cavalo deixou eles para trás. Se mandou o cavalo. E aí eles saíram e fizeram uma descarga de tiro nele... aí balearam ele... o cavalo que eu não sei... eu nunca lembro de perguntar pro pai se o cavalo balearam ele e mataram ou foi só ele. Sei que pegaram ele ali dentro do... ali no pequenininho... no lagoãozinho aquele ali, numa barranca lá... aí mataram ele, degolaram ele, e deixaram por ali. Daí o dono da estância, que era o futuro sogro dele, mandou os empregados arrastar ele e enterrar lá... lá na ilha lá. (Depoimento colhido pelo autor, Arroio Grande, 23 jan. 2018)

Nesta referida “ilha” (chamada assim por se tratar de uma fração de campo que fica isolada após as cheias do arroio Parapó) encontra-se a sepultura de Juvêncio Pereira, demarcada com uma velha cruz de ferro. Os próprios entrevistados confirmaram a informação de que as pessoas vão até o túmulo para fazer alguns pedidos para a alma do criminoso. Juvêncio virou um bandido santificado, algo comum na

região platina e estudado por Hugo Chumbita (2011), autor que deu vários exemplos, tais como o de *gauchito* Gil, na Argentina.

Com esse episódio, fomos procurar pelo nome de Juvêncio Pereira em outro tipo de fontes: as escritas, como os periódicos daquele período. Tentamos assim, a partir do fato, compreender fenômenos mais amplos, pois o particular por ele mesmo não tem importância alguma, ele é apenas um ponto de partida de onde surgem dúvidas e perguntas, devendo essas orientar indagações mais gerais (VENDRAME, 2016, p. 65).

E o fenômeno histórico com o qual nos deparamos foi o do banditismo: Juvêncio Pereira era, de fato, um chefe de uma quadrilha de criminosos, conhecido pelos jornais e pela polícia da região. Diversos estudiosos se debruçaram sobre o tema do banditismo, principalmente os historiadores. Da ampla historiografia sobre o assunto, podemos citar um dos mais relevantes para a nossa pesquisa: Eric Hobsbawm e seu livro *“Bandidos”*, de 1969. Mesmo sendo uma obra que recebeu críticas por ser basear demais no folclore e canções (mitos) sobre esses malfeitores, o estudo de Hobsbawm (2015) segue ainda sendo importante enquanto um “guia questionador” para quem quer entender a complexidade desses malfeitores.

Essas ações de furtos, roubos e mortes em sequência, que caracterizam o que os periódicos chamaram de banditismo, foram frequentes no caso da quadrilha de Juvêncio, sobretudo entre os anos de 1880 e 1886. Os jornais que mais acompanharam os atos do bando foram o *Correio Mercantil* e *A Discussão*, os dois com sede na cidade de Pelotas.

Se o *Correio Mercantil* noticiava tais informações sobre a quadrilha (que eram reproduzidas em outras folhas pelo país), o jornal *A Discussão* buscava “dar voz” ao outro lado da história, mesmo que tratasse o outro periódico com educação. Isso se devia, em grande parte, porque as linhas editoriais possuíam ideologias partidárias diferentes.

Em uma matéria intitulada *“Por uma vítima”* (29 set. 1884), repórteres d’*A Discussão* foram até a cadeia visitar Vicente Gonçalves, um dos possíveis membros da quadrilha, a pedido deste (*“Attendemos*

o pedido e lá fomos”). Depois de ouvi-lo dizer que sua prisão foi uma injustiça, os repórteres requereram do delegado de polícia (Major Caldeira) que passasse para eles a certidão com os detalhes da ordem de encarceramento (“*afim de impetrarmos em seu favor um habeas corpus*”), para mostrar a ilegalidade pela qual estava passando. Segundo Dominique Kalifa (2019, p. 324 e 325), “de fato, a concorrência entre jornais populares muitas vezes leva as redações a condenar nos outros práticas que, no entanto, são generalizadas. No mais das vezes, os jornalistas se esforçam para justificar o caráter salutar das intervenções”.

As fontes indicam que Juvêncio Pereira tinha como braço direito um amigo chamado Francisco Luiz do Couto. Diversos membros da família Couto participaram da quadrilha. Fugas de cadeia, confrontos com policiais e assassinatos eram cometidos sem que as autoridades conseguissem desbaratar o grupo fora-da-lei, o que demonstrava uma ampla rede de conhecidos e parentes que ajudavam o bando em suas tropelias.

Pelotas, Cerrito, Cerro da Buena, Canguçu, Passo do Vieira, Passo dos Marmeleiros, Passo do Acampamento, Passo da Maria Gomes, Passo das Pedras, Palma, Santa Isabel, Arroio Grande, Jaguarão, Herval, Bagé... Esses lugares foram demarcados, sobretudo, pelos relatos da imprensa da época como sendo pontos pelos quais a quadrilha de Juvêncio Pereira se movimentava. Sobre essa relação entre as notícias e os locais de crime, Kalifa (2019) escreveu, acerca do caso francês:

Ligando o acontecimento a um espaço preciso, que ele nomeia, localiza e especifica com riqueza de pormenores – a localidade, ou o lugarejo, o bairro, a rua, o número, o tipo de imóvel, o andar etc. –, o relato de crime também pode ser percebido como uma forma de apropriação espacial. Não só o indivíduo pode produzir história, mas os lugares, mesmo os mais insignificantes, podem guardar uma memória ao mesmo tempo proxêmica e nacional que se apaga muito lentamente. Centrados no mais das vezes no nome da rua ou da localidade, os títulos dos relatos acentuam esse fenômeno numa espécie de pontilhismo topográfico que vasculha o espaço da capital e acaba cobrindo todo o território, desenhando uma geografia irreal, ao mesmo tempo moral e social, marcada por pegadas fatais, poças de sangue e cadáveres. [...] Assim lastreado numa

identidade geográfica, o crime pode entrar para a história do mesmo modo que os Juramentos de Estrasburgo, a Batalha de Rocroi ou o Adeus de Fonaineblau (KALIFA, 2019, p. 424).

Ao demarcarmos os pontos em um mapa de satélite ampliado do estado do Rio Grande do Sul, notamos que as ações do bando se concentraram no que se denomina como planalto sul-rio-grandense. Desta unidade geomorfológica (que tem altitudes médias de 200 a 400 metros, destacam-se duas grandes partes: as Serras do Herval (mais ao sul, na fronteira com o Uruguai) e a Serra dos Tapes (próxima da Lagoa dos Patos). Por isso, esse planalto é também denominado como “serras do sudeste” (GONÇALVES; SANTOS, 1985, p. 8, 12 e 15). Essa foi, portanto, a área em que a maioria dos crimes da quadrilha de Juvêncio foi cometida. Veja o recorte abaixo:

E era, também, a região de moradia dos membros das famílias Rodrigues Pereira e Couto. É o que nos indicam as fontes consultadas: Juvêncio, por exemplo, durante seu interrogatório em 1882, disse ser natural da Freguesia do Cerrito de Canguçu. Honorato do Couto escreveu em 1884 uma carta para *A Discussão*, remetendo-a do Cerro da Buena. Até mesmo a residência de Francisco do Couto, que os jornais indicavam ser no Passo das Pedras (um lugar de relevo plano), ficava entre o Cerro Pelado e o Cerro das Almas.

Sobre a relação do bandido e a sua comunidade, Hobsbawm (2015) citou:

Na verdade, as vezes ele [bandido] jamais deixa de fato a comunidade. Na maioria dos casos, tende a atuar dentro do território de sua aldeia ou parentela, as quais o mantêm como questão de dever familiar, bem como de bom senso... [...] Em áreas remotas ou inacessíveis, o bandido poderá inclusive morar na aldeia, a menos que avisem que a polícia está a caminho; assim acontece nos ermos da Calábria ou da Sicília. Na verdade, nas províncias mais remotas, onde a lei e o governo exercem pouquíssima influência, o bandido pode não só ser tolerado e protegido, como também ser membro influente da comunidade, como tantas vezes ocorre no Balcãs (HOBSBAWM, 2015, p. 72).

Essa questão foi da mesma forma abordada por Osvaldo Raggio, em seu trabalho *“Feuds and State Formation (1550 – 1700): The Back*

country of the Republic of Genoa”. Revisitando e reinterpretando um tema clássico da historiografia (a formação do Estado moderno), através do uso de diversos tipos de fontes com foco na região da República de Gênova, ele escreveu:

Os “bandidos” forneceram o pretexto para uma intervenção extraordinariamente maciça por parte das autoridades genovesas, pelo menos em comparação com a ação governamental anterior. Esses bandidos eram indivíduos que haviam sido julgados e condenados à revelia. Listas com seus nomes foram postadas nos “lugares habituais”: a praça do mercado, portas de igrejas, interseções de vias públicas e assim por diante. Seu banimento os expôs a um nível maior de retaliação por parte de seus inimigos, que poderiam matá-los sem medo de ser processados. Ainda assim, eles permaneceram no vale, em suas casas, sob a proteção de vastas redes de solidariedade de parentesco (RAGGIO, 2018, p. 216).

A citada “rede de solidariedade” formada pela parentela e a comunidade local é uma das principais chaves para compreendermos a proteção que dispunham os bandidos nas mais diferentes épocas da história. Analisando alguns interrogatórios de familiares de criminosos, o historiador percebeu uma outra forma de organização e uso do espaço pelos bandidos, que ia além da comunidade:

Organização em companhias, alto nível de mobilidade, uso qualificado de armamento e uma vasta rede de relações supralocais e diversificadas permitiu que os bandidos construíssem - pelo menos em algumas circunstâncias e situações - um espaço autônomo em relação às estruturas coesas de parentesco e aldeia. Eles poderiam, portanto, se retirarem da maioria dos vínculos territoriais restritivos e de controle comunitário. Este fenômeno pode explicar a ambiguidade de seu papel e posição na estrutura de sociedade local (RAGGIO, 2018, p. 221 e 222).

As companhias, para o autor acima, eram grupos envolvidos em uma grande variedade de atividades. Poderiam ser grupos que participavam de festas de aldeia em aldeia; pessoas que cultivavam terras em conjunto temporariamente; e, “também, indivíduos ligados por laços de parentesco, casamentos ou vizinhança e que se envolviam em atividades de banditismo” (RAGGIO, 2018, p. 229 e 230).

Os periódicos pesquisados indicam algumas ocasiões em que o bando de Juvêncio Pereira teria saído da sua comunidade natural (Cerrito de Canguçu, Buena e Passo das Pedras), entre o final do ano de 1884 e o início de 1886. Nesse intervalo de tempo, a mobilidade do grupo parece ter aumentado, primeiramente para a direção da campanha (Bagé e Candiota) e depois para o sul (Herval e Arroio Grande).

A quadrilha de Juvêncio seria uma “companhia” de bandidos – no sentido que Raggio (2018) empregou o termo –, formada por alianças entre parentes e vizinhos, e que chegou ao ponto de construir esse espaço autônomo para além da comunidade? A documentação sugere que sim. Inclusive, o jornal *Echo do Sul*, de Rio Grande, em outubro de 1884, chegou a usar a palavra “companhia” de forma irônica para classificar o bando que tinha como organizadores Juvêncio Pereira e Francisco Luiz do Couto.

Como já dissemos também, o grupo de parentesco dos Couto parece estar envolvido consideravelmente com a criminalidade: encontramos, em uma busca rápida no índice do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), ao menos oito processos criminais relacionados a essa parentela.

Os bandidos, com suas formas de associação e mobilização, abrigados pelas redes de solidariedade, acabaram se apropriando de espaços geográficos: tornaram esses espaços em territórios. Para Byung-Chul Han em “*Topologia da Violência*”, essa demarcação de poder não se dá apenas no espaço físico (geográfico):

O aumento do poder é o aumento do espaço, a vitória de uma guerra leva a um ganho de espaço, sendo que o reino é uma manifestação de poder; seu alcance tem a dimensão do poder. O aumento de espaço não se dá apenas no nível territorial, mas também no nível (inter)pessoal. O detentor do poder cresce em torno daquele que é submisso ao poder na medida em que se prolonga neste. O corpo astral do detentor do poder tem a dimensão da sua influência (HAN, 2019, p. 148).

Estudando o banditismo na capitania de Minas Gerais no século XVIII, Célia da Silva (2007, p. 37) utilizou a expressão “território de

mando”, que seria o “exercício de poder privado de indivíduos ou grupos, localizados nas áreas de fronteira da capitania, denominada sertões, desde que o seu domínio fosse mantido pelo medo, pela violência e pela justiça costumeira”. Porém a autora percebeu que esses territórios de mando não se sustentavam somente pelo exercício do terror e da violência, mas, também, pelas redes de solidariedade, que poderiam envolver, inclusive, as elites locais.

Ou seja, um poder que fosse baseado somente na violência não seria viável:

A violência que se volta contra o ser do outro não tem meta relacional, esgotando-se no aniquilamento. Um poder absolutamente destrutivo é uma contradição, pois seu núcleo sempre é construtivo. O poder trabalha, organiza e elabora para si um espaço de atuação na medida em que produz normas, estruturas e instituições; na medida em que se inscreve em uma ordem simbólica. Em contraposição ao poder, a violência não trabalha; seu traço essencial não é o de organizar ou administrar. É por isso que ela é destrutiva (HAN, 2019, p. 145).

O conceito de território é amplo, abarca múltiplos entendimentos e gera debates até hoje entre os pesquisadores da área da geografia. Realizando um apanhado bibliográfico acerca desse conceito, o historiador José D’Assunção Barros (2017) explanou sobre as divergências e, sobretudo, as convergências entre três geógrafos que trataram do tema em suas obras: os franceses Claude Raffestin e Yves Lacoste e o brasileiro Milton Santos. Em resumo, a congregação que o historiador faz da produção desses três especialistas permitiu que ele escrevesse as seguintes considerações:

A) O território é uma apropriação de um espaço por um ator histórico/social;

B) O território é uma produção a partir do espaço (pode ser uma representação);

C) Demarcar um território é demarcar um espaço de poder;

D) Na realidade vivida (no cotidiano de um mesmo homem) há territorialidades superpostas, de curta ou longa duração;

E) A territorialização pode afetar simultaneamente porções não contíguas do espaço (por exemplo: feudos formados por glebas separadas durante a Idade Média);

F) Os poderes que se estabelecem ou controlam um território são poderes de participar do controle de um ou mais dos fluxos² que o perpassam.

Levando em conta essas considerações sobre território, podemos compreender um pouco melhor como bandidos em diferentes épocas poderiam utilizar/manejar um determinado espaço. Um dos aspectos a serem assinalados aqui é que, ao estabelecerem territórios com a prática corriqueira de crimes, esses bandidos geralmente entravam em uma disputa, um campo de forças, com os interesses do poder central/oficial. Portanto:

[...] para compreender o banditismo e sua história devemos vê-lo no contexto da história do poder, ou seja, do controle, por parte dos governos ou outros centros de poder (no campo, principalmente os donos da terra e do gado), daquilo que sucede nos territórios e entre as populações sobre as quais pretendem exercer controle. Esse controle se limita sempre a determinados territórios e populações, já que até hoje todos os Estados ou pretendentes ao poder, inclusive os impérios mais poderosos, sempre tiveram que coexistir com outros territórios e populações que se acham fora de seu alcance (HOBSBAWM, 2015, p. 25).

A quadrilha de Juvêncio Pereira não era o único grupo a manejar esse espaço e entrar em conflito com as forças policiais do Estado. Existiam outras quadrilhas no momento histórico do qual nos ocupamos. Mariana Thompson Flores (2012) encontrou referências sobre a ação de bandos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX:

Segundo o Relatório do Presidente da Província João Carvalho de Moraes, de 1875, em fins de junho de 1874 apareceu no município de Dom Pedrito, que também fazia fronteira com o Estado Oriental, um grupo de salteadores que,

2 Para Barros (2017), o termo “fluxos” é usado no mesmo sentido que Milton Santos utilizou em suas obras, ou seja, seriam os movimentos entre os “fixos”. Exemplos de fluxos: produtos e mercadorias (objetos físicos), ou ideias, ordens, mensagens não materializadas (objetos imateriais).

tendo cometido diversas barbaridades, entre assassinatos e roubos, evadiram-se da perseguição da polícia indo para o Estado Oriental. Meses depois, em outubro, o mesmo bando reapareceu em Alegrete, onde perpetraram crimes semelhantes aos anteriores. O grupo, que se estimava ser composto por cerca de dezesseis homens, novamente conseguiu escapar do cerco policial fugindo de volta para o Estado Oriental (THOMPSON FLORES, 2012, p. 109).

Outro aspecto que podemos levantar tendo em conta o conceito de território é o banditismo enquanto um “modo de vida”:

A constituição de qualquer território, como campo de poder, é um processo cumulativo e ordenado, um movimento tanto da política, quanto das formas sociais, das formas linguísticas, do mercado e de outros elementos que traduzam a mobilidade humana num ambiente geográfico, cujo interesse é a sobrevivência, o desenvolvimento e a produção do espaço territorial. [...] Como tal, o território é antes um espaço social vital de uma comunidade (SILVA, 2007, p. 97).

O termo “modo de vida” foi o que Raggio (2018, p. 230) utilizou ao se referir às ações das companhias de bandidos. Os relatos de roubos de artigos de luxo na década de 1580 no vale de Fontanabuana (Ligúria), como veludo de seda, parecia ser uma atividade em que grupos de criminosos se especializaram (RAGGIO, 2018, p. 235). Portanto, nesse caso, os bandidos participavam do controle (poder) sobre um fluxo/mercadoria (tecido) que passava por aquele espaço. Uma economia do banditismo que permitia a subsistência de diversas famílias.

No nosso caso (o espaço sul-rio-grandense do final do século XIX), Thompson Flores (2012, p. 110 e 111) citou que a existência de bandos significava um “meio de sobrevivência” para muitos desses indivíduos que atravessavam a fronteira para praticar roubos, cujos produtos do crime eles vendiam ou utilizavam no retorno.

Um exemplo identificado pela autora em um processo crime seria o de uma “companhia de ladrões”, que assaltava casas de comércio em Uruguaiana no ano de 1883. Não podemos deixar de mencionar o quanto, segundo ainda Thompson Flores (2012, p. 41), essa “fronteira constituía um espaço importante para as estratégias sociais/criminais dos fronteiriços”.

Um dos crimes mais comuns na fronteira, de acordo com a autora, eram os roubos de gado. Homens, de 20 a 29 anos, solteiros e livres, eram o perfil dos réus por roubo de gado na fronteira oeste (THOMPSON FLORES, 2012, p. 262 e 263).

Sejanos Dornelles (1991) abordou o caso do matreiro oriental Martin Aquino (1889-1917), um peão que teria entrado na vida de banditismo após ter matado um outro homem depois de um desentendimento quanto ao número de cavalos em uma tropeada para o seu patrão. Mesmo que Martin Aquino não tenha formado uma quadrilha propriamente dita, ele passou a dedicar-se às vezes com alguns poucos companheiros ao roubo de gado na região norte do Estado Oriental e no sul do Brasil (ele inclusive chegou a ser preso em 1909 no Passo do Centurião, em Herval, região em que o bando de Juvêncio atuou 25 anos antes).

Notamos, então, que essa fronteira está presente. Ela certamente foi manejada pela quadrilha da qual nos ocupamos aqui. Temos referências a membros do grupo como o caso de Torbio “Argentino”, pelas andanças registradas em regiões próximas ao Rio Jaguarão (hoje limite entre Brasil e Uruguai) e apontamentos de que Juvêncio se refugiou em direção à Banda Oriental, em 1885. Contudo, esse manejo da fronteira pelos indivíduos do bando ainda segue difuso – algo que outras fontes possam talvez ajudar a esclarecer posteriormente.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar acerca do termo “território” é o fato de que os componentes do grupo de criminosos sobre o qual estudamos possivelmente não praticaram o “ofício” do banditismo em tempo integral nas suas vidas. Seu dia a dia deveria ser perpassado por diversas “territorialidades”: eles poderiam ter, por exemplo, outras profissões nos quais exerciam o poder de outros papéis durante um tempo, como nos intervalos em que a “companhia” não era colocada em ação. No caso do líder Juvêncio Pereira, por exemplo, sabemos pelas fontes documentais que ele dizia ser “lavrador”, e as fontes orais indicam que ele trabalhava como jornalista/diarista na região da Palma antes de ser morto.

Para um melhor entendimento do que queremos dizer com diversas “territorialidades” no âmbito pessoal e profissional, podemos

citar o conceito da sociologia, chamado de “*pluriatividade*”, utilizado por Ginter Leipnitz (2016). A pluriatividade, para o autor, seria o engajamento de um indivíduo em mais de uma atividade laboral. Através do estudo de fontes criminais de Uruguaiana no período de pós-escravidão, o pesquisador identificou que alguns dos sujeitos que cometiam delitos poderiam mudar de ocupação: como um caso em que o indivíduo era classificado como “jornaleiro” pelas autoridades, mas o próprio sujeito se denominava como sendo um “lavrador”. Essas duas categorias possuíam claras diferenças na prática, pois “necessariamente, um jornaleiro trabalhava empregado por alguém, já um lavrador, não” (LEIPNITIZ, 2017, p. 157).

Por fim, cabe aqui enfatizarmos que muito dificilmente o bando controlaria uniformemente toda a extensão de terras. Não haveria um espaço contínuo de poder do grupo como, por exemplo, desde Cerrito de Canguçu até o Passo do Centurião, com mais de 100 quilômetros de distância. O que provavelmente existiam eram pontos geográficos em que as redes de solidariedade exercidas por parentes e/ou moradores funcionavam e eram ativadas conforme o deslocamento da quadrilha.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CHUMBITA, Hugo. **Jinetes Rebeldes: Historia del Bandolerismo Social en la Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2011.

DORNELLES, Sejanos. **Os últimos bandoleiros a cavalo**. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

GONÇALVES, Jussara M. S.; NEIDA, M. dos; Análise das classificações do relevo para o Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 13: 3-20, agos., 1985.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 - C. 1920)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KALIFA, Dominique. **A Tinta e o Sangue**: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

RAGGIO, Osvaldo. **Feuds and State Formation, 1550 – 1700**: The Backcountry of the Republic of Genoa. Londres: PalgraveMacmillan, 2018.

SILVA, Célia Nonata da. **Territórios de mando**: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). 1ª ed. São Leopoldo: OIKOS, 2016. 400p.

A Revolução Federalista (1891-1896): novas interpretações a partir das correspondências da família Silva Tavares¹

Gustavo Figueira Andrade²

Introdução

O presente trabalho resultou de uma certa inquietude provocada pela constatação de que a historiografia produzida com base nas fontes oficiais ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, de certa forma naturalizou o discurso dos vencedores, tendo estabelecido uma delimitação e periodização da contenda, fundamentada nas versões castilhistas dos acontecimentos.

Assim, no intuito de romper essa perspectiva, apresentamos uma nova periodização acerca desse conflito, resultado obtido após

1 Este artigo é uma versão do primeiro capítulo de nossa tese: ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e territorialização**: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Este trabalho foi financiado por Bolsa CAPES/FAPERGS e Edital CAPES PDSE 041/2018, com período de Doutorado Sanduíche na Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina. E-mail: figueirandrade@gmail.com.

os estudos desenvolvidos em nossa tese de doutorado recentemente defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Cumpre esclarecer que se trata de uma pesquisa produzida a partir de arquivos particulares e fontes produzidas por federalistas, especificamente de cartas e telegramas enviados e recebidos pela família Silva Tavares, periódicos brasileiros, uruguaiois e argentinos, diários pessoais e memórias fac-símiles, escritas por personagens contemporâneos aos eventos, além de bibliografia produzida sobre o assunto.

No sentido de trazer um contraponto à versão historiográfica desenvolvida sobre a Revolução Federalista, em um primeiro momento, realizamos um estado da arte do que vem sendo produzido acerca desse conflito, desde os memorialistas até as coletâneas e estudos recentes. Em um segundo momento, a partir dos diários de personagens contemporâneos ao conflito e das correspondências produzidas por federalistas, especificamente da família Silva Tavares, apresentamos uma nova interpretação da Revolução Federalista, cuja duração foi de 1891 a 1896.

Um estado da arte acerca da Revolução Federalista

Em relação à produção historiográfica sobre o conflito, podemos afirmar que se constituiu em diversos momentos. Dentre eles, destacamos o referente aos primeiros trabalhos escritos no calor dos acontecimentos da Revolução, influenciados pelas visões partidárias, ou seja, pelas questões políticas do contexto do conflito. Nessa linha, podemos citar, como exemplo, as seguintes obras: *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893*, escrita por Euclides Moura (edição de 2000), em 1892; *A verdade sobre a Revolução*, de autoria de Germano Hasslocher (1894) e a célebre obra de Angelo Dourado (edição de 1992), *Narrativa da Revolução de 1893*, escrita em 1896.

Outro período que merece destaque é o compreendido entre 1920 e 1970, quando a Revolução Federalista passou a ser entendida como uma vergonhosa guerra civil que maculava as memórias sobre a “gloriosa Revolução Farroupilha de 1835-1845”, dada a violência

da guerra fratricida. Uma guerra civil em que a prática da degola foi infame característica, ocorrida graças às influências perniciosas trazidas por elementos vindos dos países do Prata e que participaram do conflito ao lado dos federalistas, deveria ter, portanto, a memória acerca desses eventos obnubilada.

Nesse sentido, cabe observar que se tratade um aspecto da historiografia influenciado pela produção de obras do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que privilegiava a perspectiva Castilhistas do conflito (VELLINHO, 1962; FRANCO, 1966).

A partir da década de 1980, o surgimento dos cursos de Pós-Graduação em História, no Rio Grande do Sul, e os trabalhos de pesquisa produzidos marcaram uma renovação da historiografia. Assim, a formação de novas gerações de historiadores, tanto ligados à perspectiva marxista quanto à Escola dos Annales, críticos dos trabalhos anteriormente realizados, possibilitou que a questão do tabu em torno da Revolução Federalista fosse superada. Muito da produção anterior vinculava a ideologia dos partidos aos grupos socioeconômicos, contrapondo liberais da campanha, adeptos de Gaspar Silveira Martins, contra positivistas seguidores de Júlio de Castilhos, desconsiderando, dessa forma, a miríade de relações entre o grupo do poder e interesses que existiam na macro e microrregiões da Campanha (PESAVENTO, 1983).

Cabe destacar, também, dentre os trabalhos produzidos nos anos 1990, relacionados à Revolução Federalista, em parte incentivados pelo centenário deste conflito, a produção de diversas coletâneas que reúnem textos de autores acerca desta temática (FLORES, 1993; POSSAMAI, 1993; ALVES, 1993; FLORES, 1996). Trata-se, na grande maioria, de obras que adotam uma perspectiva de análise mais abrangente e de inter-relação do político, do econômico, do social e do cultural.

Outros estudos surgiram, dentro dessa perspectiva, vindo somar-se aos anteriores, no intuito de destacar a abrangência internacional do conflito, procurando entender as relações dos federalistas não só com o Uruguai, conforme as pesquisas produzidas

por Susana Bleil de Souza (1993) e Ana Luiza Reckziegel (1999), mas também com a Argentina. Como exemplo, podemos citar os estudos recentes de Marcus Vinícius Costa (2006), Tiago Machado (2013), Gustavo Andrade (2017) e Mônica Rossato (2021).

Ainda no que tange à produção acadêmica recente sobre a Revolução Federalista, destacamos a dissertação de Marcelo França de Oliveira (2014), intitulada *A trincheira discursiva: escritos políticos de Angelo Dourado em livros e na imprensa Rio-Grandina na formação do Rio Grande do Sul Republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no Ensino Superior*, ao lado da recente obra produzida por Aristeu Lopes, Gustavo Andrade e Luísa Brasil (2021): *O cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: História, memória e fotografia*.

Importante observar que esses trabalhos transitam entre a História Política, Social e Cultural, buscando conceitos além da história, em outras disciplinas, nas relações internacionais, nas ciências políticas, na literatura, na sociologia, na antropologia, e na geografia. Dessa forma, as análises passam a ser compreendidas a partir de uma ótica do imaginário, do simbólico, das relações de poder, dos discursos, das representações, das identidades e das culturas políticas (ROSANVALLON, 1995; FALCON, 1997; BOURDIEU, 1998; CHARTIER, 1988; RÉMOND, 2003).

Entretanto, em nossa tese recentemente defendida, *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina* (2021), procuramos ultrapassar visões generalizantes que cristalizaram por muito tempo o entendimento sobre este conflito. A grosso modo, o de federalistas pertencentes a uma “região da Campanha Sul-Rio-Grandense, principalmente de uma fronteira dominada por ex-liberais, grandes estancieiros, seguidores Gaspar Silveira Martins e seu modelo Parlamentar”, subestimando a atuação de outros grupos dissidentes e ex-conservadores.

O grupo liderado e articulado pelos Silva Tavares era, em grande parte, composto por ex-conservadores, republicanos, pequenos, médios e grandes proprietários rurais, além de comerciantes,

profissionais liberais, militares e chefes políticos. Muitos desses personagens podem ser encontrados dentre os nomes que vieram a comandar as forças federalistas em operação durante o conflito. A composição desse grupo revela que os Silva Tavares possuíam uma base de poder fronteiriça e sua atuação, bem como a de seu grupo, estendia-se por uma região platina que abrangia Buenos Aires e as províncias do litoral argentino, assim como por diversos departamentos do Norte, Nordeste, litoral e centro do Uruguai (ANDRADE, 2021).

Eram grupos perfeitamente dinâmicos, capazes de estabelecer e defender seus interesses políticos e econômicos. Além disso, constituíram uma importante variável para entender não só os projetos em disputa, mas também os entendimentos acerca da revolução, desde sua organização, realização e pacificação.

Importante observar que muitos documentos relacionados às lideranças federalistas da campanha meridional ainda estão em arquivos privados de famílias que descendem destes personagens. Dessa forma, pode-se dizer que nossa proposta foi privilegiada, uma vez que para o desenvolvimento do nosso estudo contamos com as fontes do arquivo pessoal da família Silva Tavares, dos diários e das correspondências deste grupo, disponibilizados por alguns de seus descendentes. Assim, com base nessa valiosa documentação, foi-nos permitido compreender seu protagonismo, durante este conflito, bem como ampliar o entendimento sobre sua articulação e atuação política e familiar durante a revolução.

Uma nova cronologia e abrangência da Revolução Federalista (1891-1896), pensada a partir da documentação da família Silva Tavares

A proposição de uma nova cronologia e de uma cartografia da Revolução Federalista, a partir da territorialização³ de poder

³ Acerca do entendimento de território, Marcelo Lopes de Souza (1995) assevera que esse conceito deve ser dissociado do conceito de Estado. Dessa forma, deve ser entendido enquanto um espaço construído pela ação humana, para então entendê-lo como construído

expressa pelas redes de relações pessoais (familiar, política e militar) da família Silva Tavares, tornou-se possível especialmente a partir das correspondências trocadas com chefes federalistas, em um espaço que se estendia não somente ao Rio Grande do Sul, mas também a outros estados. Porém, esse espaço não se restringia apenas aos limites brasileiros, ia além, ou seja, expandia-se, ainda, por diversos Departamentos do litoral, Norte e Sul, Nordeste, Centro e Leste da República Oriental do Uruguai; e pelas Províncias do litoral da República Argentina, Entre Rios e Corrientes e Santa Fé, no período que abrangia o conflito, indicando, dessa forma, a existência de uma rede de relações no espaço platino (ANDRADE, 2021).

As pesquisas nas documentações de federalistas, na região da campanha, especialmente na documentação da família Silva Tavares (correspondências, manifestos e ordens do dia), a todo momento faziam referência às reivindicações e à manutenção das conquistas obtidas, desde novembro de 1891. Tal constatação levou-nos a propor uma nova delimitação temporal para pensar a extensão do conflito, qual seja, a divisão em cinco fases, considerando as fontes produzidas pelos federalistas, conforme explicaremos a seguir.

Em novembro de 1891, inicia-se a primeira fase, marcada pelo golpe tentado pelo Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, contra o Poder Legislativo. Esse acontecimento acabou por desencadear uma série de reações pelo país, tanto no Rio de Janeiro, com o bombardeamento da cidade, quanto no Rio Grande do Sul, onde o governador Júlio de Castilhos havia apoiado o intento de Deodoro.

Como consequência, teve início um movimento influenciado por ideias liberais, tanto de reação à Constituição Federal quanto de sua defesa, contando com batalhões do Exército e forças da Guarda Nacional, além de civis em armas, denominado Revolução de Novembro de 1891. Desse levante revolucionário, no qual se

através das relações de poder, podendo obedecer a temporalidades distintas. Ainda para este autor, o território constitui-se enquanto elemento fundamental para o exercício do poder, capaz de gerar solidariedades, identidades e, ao apropriar-se deste território e conferir sentido a ele, ocorre a territorialização deste espaço pelos indivíduos.

destacou a atuação do general João Nunes da Silva Tavares como um dos principais cabeças das forças ao Sul do Rio Grande do Sul, e que contou com a articulação de sua família, resultou a renúncia, tanto de Deodoro quanto de Castilhos. Em decorrência desse fato, Tavares foi alçado como um dos líderes de maior proeminência, no período, e seus irmãos a cargos no novo governo surgido da revolução de novembro, que chegava ao poder.

Com a deposição de Castilhos, inicia-se a segunda fase, período marcado pela posse de uma junta governativa composta por Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, Domingos Alves Barreto Leite e Manuel Luís da Rocha Osório, quando passou a ocorrer uma série de perseguições aos castilhistas, no Rio Grande do Sul (MOURA, 2009). No âmbito das perseguições, ocorreu o afastamento de membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do poder, promovido pelo novo governo formado pela oposição. Também foram revogadas, nessa fase, as ações do governo castilhista pelo novo governo, que acabou restituindo os cargos às antigas lideranças opositoras. Estabeleceu-se, aí, um período que a historiografia oficial alcunhou, pejorativamente, de governicho, adotando a visão da documentação e da interpretação oficial do conflito produzida pelo PRR.

Esse período foi marcado pela escolha, de parte dos castilhistas, de deixar o Rio Grande do Sul e emigrarem para o Uruguai e para a Argentina, na Província de Corrientes, de onde tramaram uma reação, principalmente a partir da convenção de Monte Caseros, realizada por membros do PRR, que planejava reconduzir Castilhos ao poder (O'DONNELL, 1983; VILLALBA, 2017).

Na época, conspirações e movimentos armados eclodiram. No entanto, não obtiveram êxito, já que foram acossados e enxotados em todo o estado por forças da junta governativa, da qual os Silva Tavares e seu grupo fizeram parte. As fronteiras eram vigiadas, um vez que se receava o assalto de forças castilhistas reunidas, também, em Cerro Largo, Rivera e Artigas, no Uruguai, e em Corrientes, na Argentina (ANDRADE, 2021).

Quanto às tentativas de invasão castilhista, estas não obtiveram êxito e foram debeladas. Como ainda não contavam com o decisivo apoio do Exército Brasileiro para tal empreitada, ficava premente a necessidade de obtê-lo, o que conseguiram, efetivamente, somente em 1892, culminando com a deposição do general Tavares, em Bagé, como abordaremos na sequência deste trabalho. Além do mais, importante salientar que se trata de um período em que tanto castilhistas quanto federalistas procuravam obter armas em Montevideu e em Buenos Aires (ANDRADE, 2021).

No âmbito político do Rio Grande do Sul, o governo estava dividido entre os republicanos históricos dissidentes do PRR, parte ainda simpática às ideias positivistas de Castilhos, como o exemplo de João de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, e entre os republicanos adesistas, partidários de um governo parlamentarista – reunidos na União Nacional e, posteriormente, no Partido Republicano Federal –, dentre os quais estavam os Silva Tavares.

As constantes sabotagens internas ao governo, promovidas por indivíduos que eram simpáticos à Constituição promulgada pelo PRR, dentre os quais estava o governador Barros Cassal, o qual manteve o adiamento das eleições e passou a regular a imprensa (FRANCO, 1996), frustrou a expectativa da oposição de que uma nova Constituição efetivasse a vitória da revolução, iniciada em novembro de 1891.

A recusa em promover as mudanças constitucionais esperadas levou à ruptura entre os governistas, com a fundação do Partido Federalista, em março 1892, em Bagé, sob a chefia do general Tavares. Nesse ato, estiveram presentes Gaspar Silveira Martins e outras importantes lideranças que haviam participado da revolução de novembro, retirando a base de apoio ao governo que recusava convocar novas eleições, o que tornou sua manutenção insustentável.

Por sua vez, Barros Cassal elaborou uma Constituição Provisória (RIO GRANDE DO SUL, 1892), em 29 de março de 1892, à qual tentou ainda adequar as pautas dos federalistas, mas que na prática mantinha os contornos da Constituição Castilhista (FRANCO, 1996; FLORES; FLORES, 1999). A iniciativa de Barros Cassal não foi aceita

pelos Silva Tavares e Gasparistas, ocasionando a perda da base de apoio político e no término de seu governo, efeitos que reconduziram o general Barreto Leite ao poder.

Após a renúncia de Barros Cassal, em maio de 1892, o general Domingos Barreto Leite tentou repassar o cargo a Silveira Martins, que também o refutou, recaindo sobre o Visconde de Pelotas a tarefa de governar o estado, tendo o general Tavares por seu vice-governador. Diferente do que aponta Sérgio da Costa Franco (1996), o Partido Federalista não era exógeno ao governo provisório, mas, após o que julgavam ter sido uma traição de Barros Cassal, passou a se revestir da função de representante dos valores da revolução iniciada em Novembro de 1891.

Esses acontecimentos marcam o final da segunda fase, ao mesmo tempo que sinalizam o início de um novo momento histórico. Trata-se da terceira fase, cujo começo deu-se em junho de 1892, quando forças do PRR, aliadas às do Exército, perpetraram um contragolpe e destituíram o Visconde de Pelotas, que imediatamente transferiu o governo ao general Tavares, em Bagé. Nesse momento, na cidade, forças que haviam lutado na revolução que havia começado em novembro de 1891, e tinham deposto Castilhos, agora se reuniam em torno do Partido Federalista, colocando-se ao lado de Joca Tavares no intuito de sustentar o governo que lhe era transmitido, resultado das conquistas de 1891.

Nesse contexto, tem início a quarta fase, constituída pelos acontecimentos que se seguiram, culminando com a vitória sobre a resistência dos Silva Tavares, estapidamente debelada pela superioridade das forças do Exército aliadas à conspiração de Castilhos. Em decorrência desse fato, o general Tavares foi levado a depor as armas tendo, logo após, emigrado para o Uruguai, enquanto outros federalistas partiram para a Argentina.

Porém, antes de passarmos a abordar a próxima fase, torna-se importante salientar, ainda em relação ao fato de Joca Tavares ter sido conduzido ao poder, em Bagé, que os acontecimentos políticos ocorridos desde novembro de 1891, estão dentre as causas profundas que conduziram o general Tavares ao poder em 1892. Defender tal

governo significava garantir a vitória da revolução obtida sobre o PRR, anteriormente, de modo que este período, a partir de novembro de 1891, não constitui seus antecedentes, mas a própria causa e começo da Revolução Federalista.

Ao encontro dessa afirmação, vale observar que, com base nas correspondências e documentos produzidos pelos federalistas, foi possível identificar por meio das assinaturas em cartas, telegramas e manifestos, que a composição de suas forças em armas era marcada pela presença dos nomes daqueles que haviam ombreado o general Tavares, em 1891, e secundado seus esforços desde esse período. Demonstram, também, a existência de um grupo articulado em torno desse personagem, atuando contra os castilhistas desde 1891.

Entrementes, compreender que a revolução teve seu começo em 1892, ou apenas em 1893, significa adotar uma perspectiva unilateral dos eventos, assinalada pela perspectiva do PRR, que apenas considerou os movimentos federalistas e a resistência que impôs ao projeto Castilhista como causadores do conflito, utilizando-se, para isso, de elementos externos.

Tal entendimento significa desconsiderar que os castilhistas, de igual forma, estiveram emigrados, em 1891, conspirando e adquirindo armamentos nas capitais do Uruguai e da Argentina, ou seja, organizando a resistência desde os departamentos uruguaios fronteiriços ao Brasil, até a província de Corrientes, na Argentina. Para isso, faziam o recrutamentos de indivíduos estrangeiros, papel que se inverteu, em 1892, com a emigração dos federalistas para os países vizinhos e a mobilização de seus recursos para reagir ao PRR.

Finalmente, a quinta e última fase referente ao conflito mostra a atuação política dos Silva Tavares, no processo de pacificação da Revolução Federalista. Dessa forma, demonstramos que o conflito também adquiriu uma temporalidade mais ampla, quanto ao seu término. Refere-se, ainda, esta fase, ao período de reveses federalistas, tanto no aspecto político quanto no bélico, que criou um cenário favorável ao estabelecimento de tratativas das quais participaram, ativamente, o general Tavares e seu irmão Dr. Francisco Tavares.

Procuramos salientar, da mesma forma, um processo de pacificação que envolveu a disputa entre perspectivas e interesses de monarquistas e republicanos, civis e militares. Por outro lado, ao comprovarmos uma maior duração do conflito, a assinatura da paz, em 1895, não representou a sua efetiva pacificação, principalmente devido à continuidade das perseguições efetuadas, tanto em relação aos federalistas quanto a suas propriedades (ANDRADE, 2021).

Enquanto parte dos que permaneceram no Rio Grande do Sul buscavam ressarcimento junto à fazenda federal, devido às perdas durante o conflito, para reconstruir suas propriedades destruídas pelas forças governistas, outros ainda continuavam em armas ou mesmo emigrados no Uruguai e na Argentina, esperando condições para regressar ao solo pátrio. As condições favoráveis somente surgiram em 1896, ano que marcou a realização de outra convenção federalista, na cidade de Porto Alegre, – que entendemos ter sido, efetivamente, o fim da revolução –, quando os federalistas se reuniram para pensar os destinos e as reivindicações do partido, após o término do conflito (ANDRADE, 2021).

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos apresentar um estado da arte da Revolução Federalista, destacando, inicialmente, a produção realizada por memorialistas, personagens contemporâneos a este conflito, ainda enviesada por uma visão de história como registro da verdade, na qual os indivíduos buscavam registrar sua versão dos acontecimentos, revelando resquícios dos ódios partidários.

Essa visão deu lugar a produções com um viés nacionalista, que limitavam as interpretações acerca do conflito aos limites políticos brasileiros, e que atribuíam a violência que o caracterizou à influência de estrangeiros que participaram do conflito ao lado dos federalistas. Dessa forma, esse viés acabou por adotar uma perspectiva generalista e pejorativa aos federalistas, ao passo que entendia os castilhistas como representantes dos valores nacionais. Tratava-se de pesquisas produzidas a partir de fontes produzidas por castilhistas, preservadas

nos arquivos oficiais, que revelam uma visão de história do período em que foram constituídas.

No entanto, o surgimento das pós-graduações, no Rio Grande do Sul, trouxe mudanças consideráveis consigo, assim como a proposição de novos horizontes nas pesquisas sobre a Revolução Federalista, a partir das renovações no campo metodológico e da ampliação do entendimento acerca das fontes históricas.

Da mesma forma, o surgimento de novos estudos sobre a Revolução Federalista foram beneficiados por pesquisas que se debruçavam além das fronteiras nacionais, buscando compreender o Rio Grande do Sul como parte de um espaço platino. Nesse sentido, a descoberta e o acesso a novas documentações produzidas por federalistas, possibilitando novos olhares, como o que propusemos neste artigo, também contribuíram para o enriquecimento da produção de conhecimento sobre o conflito.

Entretanto, ao propormos uma nova interpretação da Revolução Federalista, nosso trabalho oferece um contraponto, uma nova perspectiva que amplia a delimitação não apenas temporal, mas também espacial do conflito, para além das interpretações produzidas a partir de fontes Castilhistas. Tais interpretações reproduziram uma generalização acerca dos grupos federalistas, estabelecendo uma delimitação que implícita e explicitamente corroborava um entendimento produzido pelos vencedores da Revolução, mas que não representa sua complexidade nem sua extensão para além do que havia sido anteriormente pensado.

Nesse sentido, utilizando-nos do potencial das correspondências trocadas pela família Silva Tavares, no espaço platino, durante a Revolução Federalista, ao associar aspectos relacionais aos espaciais, a cartografia do conflito revelou uma abrangência maior do que antes era defendida, não apenas em relação ao Brasil, mas também em relação ao Uruguai e à Argentina. Ou mesmo, da própria posição ocupada por esta família na condução do conflito, com interesses próprios e capacidade representativa de seus interesses e poder, corroborando nosso entendimento de que o conflito começou em 1891 e, efetivamente, findou em 1896.

Por fim, a realização da cartografia do conflito, com base nas correspondências da família Silva Tavares, oferece novas possibilidades interpretativas para compreender o quanto as estratégias utilizadas pelos personagens fronteiriços, na mobilização de indivíduos, informações e recursos, estiveram associadas a uma base de poder fronteiriça, nas formas de pensar a guerra e às relações de poder que conferiram as características à Revolução Federalista.

Referências

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ANDRADE, Gustavo. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COSTA Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

DOURADO, Ângelo. **Narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

FALCON, Francisco História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FLORES, Moacyr. (Org.) **1893-95: A Revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FLORES, Mocyry; FLORES, Hilda H. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FLORES, Élio Chaves. **No tempo das degolas: revoluções imperfeitas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FRANCO (Sérgio da Costa). **Júlio de Castilhos e sua época**. Editora Globo. Coleção Província. Pôrto Alegre. 1966.

HASSLOCHER, Germano. **A verdade sobre a Revolução**. Porto Alegre: Livraria Mazon, 1894.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado; ANDRADE, Gustavo Figueira; BRASIL, Luísa Kuhl. **O cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: História, memória e fotografia**. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2021.

MOURA, Euclides. **O vandalismo do Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820- 1822)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, FAPERJ, 2003.

O'DONNELL, Fernando O. M. **Aparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos**. Santa Maria: Pallotti, 1983.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **A trincheira discursiva: escritos políticos de Angelo Dourado em livros e na imprensa Rio-Grandina na formação do Rio Grande do Sul Republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

POSSAMAI, Zita (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3, p. 104.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPE, 1999.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

RIO GRANDE DO SUL, Constituição (1892). Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul (Provisória), decreto n.24, de 29 de março de 1892. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=6aCun4EfdRE%3d&tabid=3107&language=pt-BR> Acesso em: 14/11/2021.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, n. 3, v. 15, 1995, p. 09-18.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 16-47.

SOUZA, Susana Bleil de. A Fronteira na Revolução de 1893. In: POSSAMAI, Z. (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 2534. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3.

VELLINHO, Moyses. **O Rio Grande do Sul e o Prata: contrastes**. Porto Alegre: IEL, 1962.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIGAL, 2017.

Perpassando as ondas sonoras: programa Pelotas à Noite e a formação da Confraria da Madrugada no final da década de 1990

Charles Ânderson dos Santos Kurz¹

Os fragmentos do Rádio

O rádio traz um encantamento por si só. Por depender apenas da audição, o rádio ocupou por muito tempo o papel de companheiro de seus ouvintes, alimentando suas imaginações e participando das transformações da sociedade. Eric Hobsbawm (1996) aponta que:

[...] o rádio transformava a vida dos pobres, e, sobretudo, das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, tocado ou de outro modo expresso em som estava agora ao alcance deles... sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo. (HOBSBAWM, 1996, p.194)

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: charleskurz@gmail.com

Para Lia Calabre (2002), o rádio criou modas, inovou estilos e inventou práticas de sociabilidade, cumprindo um papel de destaque na vida social das pessoas. Em meio aos anseios de uma década de 1920, em que as elites estavam em busca de tudo que era considerado moderno, o rádio, segundo Ferraretto (2002), era um símbolo da modernidade no Rio Grande do Sul. Pelotas não se encontrava distante dos avanços tecnológicos e das novidades que estavam surgindo no início do século XX no Brasil. Não é a toa que, a primeira rádio-sociedade² criada na cidade, foi a Sociedade Rádio Pelotense, em 1925, apenas dois anos após a fundação da primeira rádio-sociedade do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro³, sendo a primeira do Rio Grande do Sul e a mais antiga ainda em funcionamento⁴. Outras emissoras de Amplitude Modulada (AM) foram criadas ao decorrer das décadas, sendo que algumas ainda se mantêm em funcionamento, como a Rádio Cultura (1933), a Rádio Tupanci (1958) e a Rádio Universidade (RU/UCPel) (1967). Além das diversas emissoras de Frequência Modulada (FM) presentes na vida cotidiana do pelotense na atualidade.

Mesmo o rádio sempre possuindo relevância social, participando do desenvolvimento da cidade de Pelotas e fazendo parte do processo histórico pelotense, raramente foi abordado pela

2 As primeiras emissoras de rádio foram criadas em caráter de sociedade e tinham caráter apenas educativo. Os próprios sócios bancavam a estrutura com empréstimos de discos de vinil e participavam das transmissões. A veiculação de anúncios comerciais era proibida e, devido a isso, as emissoras deveriam sobreviver das mensalidades de seus associados. Isso só foi se reverter em 1932 com o Decreto 21.111, onde 10% da programação poderiam ser destinadas para anúncios comerciais (CALABRE, 2002, p.19).

3 Fundada em 1923 por Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize. Foi repassada para o governo no ano de 1936 e atualmente tem o nome de Rádio MEC (Música, Educação e Cultura). No ano de 2021, autores como Luiz Artur Ferrareto e Pedro Vaz Filho passaram a trazer a tona discussões acerca que a primeira emissora radiofônica do país foi a Rádio Clube de Pernambuco, que iniciou suas irradiações no ano de 1919.

4 Um dos *slogans* da Rádio Pelotense é a de ser a primeira emissora no RS, a 3ª em manter regularidade em suas transmissões e a mais antiga ainda em funcionamento no território nacional. Ferraretto (2002) levanta que houve outra emissora anterior a fundação da Sociedade Rádio Pelotense em 1925. Era a Rádio Sociedade Rio-Grandense, que em 1924 na cidade de Porto Alegre, irradiou transmissões nos meses de setembro, outubro e novembro, sendo assim a primeira emissora formada no RS.

historiografia. Nos últimos anos, dentro dos cursos de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), poucos trabalhos de conclusão de curso tiveram o rádio pelotense como principal objeto de estudo. As monografias de Jacqueline Vieira (2010), Charles Kurz (2016) (2019), Cléo Almeida (2018) e a dissertação defendida em 2019 por Silvana Moreira nos mostram que, mesmo que a produção esteja em crescimento, ainda é muito pouco para algo que está prestes a completar seu primeiro centenário.

Da mais antiga emissora AM da cidade, que é a Rádio Pelotense (1925) até a mais nova, a Rádio Universidade Católica (1967), há dificuldade de encontrar arquivos institucionais. Ao passar das décadas, diversas situações ocorreram para contribuir com esse processo, seja a venda das emissoras, troca de diretores que ordenavam a reutilização das fitas magnéticas ou até mesmo um incêndio ocorrido em 1988 que atingiu a Rádio Universidade Católica, resultando na perda dos registros das primeiras transmissões da emissora⁵. Atualmente o que ocorre é semelhante ao citado por Vianna e Pessoa (2017) sobre a Rádio Inconfidência de Minas Gerais:

A Rádio Inconfidência limita-se a cumprir o que está previsto no Código Brasileiro de Telecomunicações (1962), no que diz respeito ao arquivamento da programação transmitida pela emissora. Ou seja, manter por 60 dias, “em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos devidamente autenticados pelos responsáveis”. Após esse período, as gravações são eliminadas. (VIANNA; PESSOA, 2017, p.5).

Devido a essas situações, nesses quase 100 anos desde a fundação da primeira emissora em Pelotas, o que encontramos das transmissões, programas e dos radialistas que fizeram parte do dia a dia dos ouvintes na cidade, se resumem a fragmentos. Como lembranças de transmissões de carnavais pelotenses, jogos de futebol das equipes da cidade e programas marcantes.

5 Artigo institucional sobre a comemoração dos 45 anos da Rádio Universidade. Disponível em <http://www.ucpel.edu.br/noticias/ru-completa-45-anos>. Acesso em 14 de novembro de 2021.

O rádio alcançou toda população, mesmo nos lugares mais remotos, e de modo diferente de outras mídias como a imprensa e o cinema. Em qualquer lugar, era “um bom companheiro”, consolando e entretendo, informando e educando, além de oferecer, em qualquer lugar, conforto para cegos, doentes, solitários e os que estavam confinados em suas casas. Na memória, pelo menos, as imagens que evocava subsistiam tanto quanto as palavras que oferecia. (BRIGGS; BURKE, 2006, p.230)

Para analisar as trajetórias de sujeitos ligados ao rádio pelotense no final da década de 1990 temos os arquivos pessoais dos envolvidos com o meio radiofônico como parcela importante para esta pesquisa sobre a trajetória desses sujeitos em Pelotas. Estes arquivos geralmente são compostos por agendas que continham a organização de seus programas, reuniões e contatos, recortes de jornais, cadernos com anotações, carteiras de sindicato, crachás de imprensa de eventos que participaram e documentos sonoros⁶ compostos por transmissões nas quais atuaram ou gravações que foram marcantes em suas trajetórias. São considerados “troféus” daquilo que realizaram em suas vidas como profissionais do rádio. Podemos considerar, segundo Nora (1993), que os arquivos pessoais de radialistas acabam surgindo como lugares de memória, pois eles nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea e que é preciso criar arquivos para poderem sobreviver e deixarem o seu legado. Além disso, ainda segundo o autor:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p.15)

6 Estamos adotando o conceito de Jaegger e Lyra (1985), onde Documento Sonoro é: “O conjunto de discos e fitas magnéticas que contém gravações originais (passíveis de serem consideradas matrizes) ou regravações em pequena escala de discursos e pronunciamentos diversos; entrevistas, palestras e aulas; reportagens e programas radiofônicos, radioteatros etc.” (JAEGER; LYRA, 1985. p.7)

A partir dos arquivos pessoais de radialistas e também de suas memórias, podemos levantar diversas potencialidades para contribuir com a história do rádio pelotense que ainda não foram trabalhadas e que se encontram apenas na memória dos envolvidos. Mesmo que o rádio seja um dos meios de comunicação mais dinâmicos em que ocorre uma grande aproximação entre radialistas e ouvintes, a figura destes trabalhadores muitas vezes passa despercebida.

O Arquivo Pessoal Sonoro de Roberto dos Reis Costa

Roberto dos Reis Costa⁷, nascido em 1957 e natural de Pelotas/RS, é um radialista pelotense com mais de 30 anos de atuação a frente dos microfones. Atualmente está trabalhando na Rádio Tupanci na cidade de Pelotas. Tem formação como técnico em Edificações e técnico em Contabilidade. Roberto atuou nas principais emissoras AM da cidade de Pelotas, como a Rádio Cultura, Pelotense, Tupanci e Universidade. Também atuou pela Rádio Minuano de Rio Grande e pela Rádio Eldorado de Criciúma de Santa Catarina. Ele esteve à frente de diversos programas e transmissões, atuando em diferentes emissoras e tendo na proximidade com os ouvintes uma de suas principais características. Em sua trajetória, além da área dos esportes e dos programas de estúdio, Roberto sempre teve interesse de cobrir e participar das transmissões de Carnaval em todas emissoras que trabalhou, devido ao caráter popular e ao samba, pelo qual nunca escondeu sua paixão.

Seu Arquivo Pessoal Sonoro é composto por 170 fitas cassete, com jornadas esportivas, gols das equipes de futebol de Pelotas (Esporte Clube Pelotas, Grêmio Esportivo Brasil e Grêmio Atlético Farroupilha), carnaval e, em sua maioria, do programa *Pelotas à Noite* no período em que ele era um dos apresentadores, entre os anos 1998 e 2002. Este arquivo pessoal sonoro foi objeto de minha monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História no ano de 2019, onde tive como objetivo sua organização e a realização de um processo de

⁷ As informações acerca da trajetória de Roberto Costa foram coletadas através de conversas informais ao longo da escrita de minha monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História.

migração tecnológica a partir da digitalização dos conteúdos destas fitas cassete, o que resultou em um total de 150 horas de áudio de programas e transmissões radiofônicas.

Esses áudios digitalizados foram divididos em três grupos: as transmissões esportivas, um de gravações diversas e outro especificamente do programa *Pelotas à Noite*. No grupo das transmissões esportivas foram encontradas 12 fitas cassete. Entre elas, a transmissão completa pela Rádio Universidade, da partida amistosa em preparação para a Copa do Mundo da França entre Brasil e Argentina, realizada no dia 29 de abril de 1998 no estádio Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, para um público de aproximadamente 100 mil pessoas. O maior número dessas fitas esportivas é de compilados de gols das equipes de futebol da cidade entre os anos 1998 e 2002, gravações que eram reutilizadas durante a programação nas transmissões de programas esportivos. Por todas as dificuldades e problemáticas para falarmos sobre a história do rádio de Pelotas, considero importante citar o nome dos radialistas que estiveram participando dessas transmissões esportivas. Os narradores Édson Luís, Paulo Nogueira e Paulo Martins; os comentaristas Wolney Castro, Vinicius Sinnot, Régis Oliveira e Telmo Freitas; os repórteres Roberto Costa, Daniel Kurz, Sérgio Cabral e Darcy Pino; e o plantão esportivo Antônio Carrion.

Nas gravações diversas, encontramos seleções musicais de sambas, bossa nova e música popular brasileira. Essas fitas não foram identificadas se chegaram a ser utilizadas em algum tipo de transmissão radiofônica ou se eram apenas seleções musicais pessoais. Outros conteúdos encontrados foram esquetes de programas enviados às emissoras como propostas para serem veiculados em suas programações, como é o caso das fitas que continham o esquete humorístico do programa chamado *Radionautas*.

O maior número de fitas encontradas neste arquivo é do programa *Pelotas à Noite*, totalizando o número de 146 fitas, o qual será abordado em sequência.

Pelotas à Noite: a formação da Confraria da Madrugada

O programa ocorria na Rádio Universidade em um horário pouco convencional dentro das programações das emissoras de rádio, da 00 h às 03 horas. O programa era apresentado por Roberto Costa e Telmo Freitas, na central técnica, Daniel Kurz e como repórteres da madrugada, Arlindo Link e Giovanne Guimarães. O programa foi ao ar pela primeira vez no dia 1º de abril de 1997 e seguiu com o mesmo modelo até o ano de 2002, quando Roberto se desligou para ir trabalhar em outra emissora.

Figura 1 - Adesivo do Programa *Pelotas à Noite*



Fonte: Arquivo pessoal do autor

O formato do programa era simples. Nos primeiros trinta minutos, um dos locutores apresentava um editorial e lançava um tema/pergunta para ser respondida pelos ouvintes no decorrer do programa. A participação ocorria a partir de ligações telefônicas, nas quais ouvintes ligavam corriqueiramente para expressarem suas opiniões e debaterem sobre os temas propostos. Em dias especiais, havia entrevistas com autoridades locais, políticos, músicos e

também eram realizadas transmissões diretamente de alguma casa noturna da cidade. A participação dos ouvintes era uma das principais características do programa, sendo uma parte deles, junto com os radialistas do programa, se denominavam *Confraria da Madrugada*. Devido ao interesse que os ouvintes demonstravam durante os programas em se reunirem com os membros da Confraria, os responsáveis pelo *Pelotas à Noite* passaram a transmitir mais frequentemente em casas noturnas e também começaram a organizar jantares com música ao vivo. Nestes eventos, diversos ouvintes eram entrevistados e o que se ouvia era um discurso muito semelhante: a felicidade de reencontrarem seus amigos da *Confraria* e também de conhecer outros tantos nos quais só a voz era conhecida.

As relações através do rádio e do *Pelotas à Noite* conseguiam amenizar as solidões da madrugada, fazendo com que esses ouvintes criassem redes de amizade e até mesmo familiares. Essas relações entre ouvintes e rádio podem nos levar a diversos caminhos. Era a partir do telefone que boa parte desses ouvintes conseguiam se fazer ouvir, dar suas opiniões ou até mesmo se sentir menos solitários nas madrugadas pelotenses. O programa *Pelotas à Noite*, nos traz uma percepção sobre a sociabilidade e interatividade entre ouvintes e radialistas, nos mostrando a importância do meio radiofônico para formações de ideias, gostos e memórias.

O público ouvinte do programa era composto pelos mais diversos perfis de pessoas, classes e condições sociais. De professores universitários a trabalhadores noturnos, como porteiros, taxistas e seguranças. Dependendo do dia e da pergunta ou pesquisa, havia cerca de vinte participações de ouvintes no período do programa, sendo que não era difícil de ouvir um ouvinte “reclamar” devido a dificuldade de conseguir completar uma ligação ao programa, graças a grande demanda de ouvintes ligando e participando diariamente.

Conclusão

O rádio é um espaço de construção de memórias. Um programa especial, uma transmissão histórica, uma participação ao vivo ao poder conversar com seu radialista preferido. Identidades se formam

e se criam trajetórias através do meio. O arquivo pessoal em questão, além de possibilitar o estudo de diversos assuntos políticos, culturais e sociais da cidade de Pelotas, nos proporciona perceber aspectos do meio radiofônico, notando a organização técnica, as abordagens e a relação entre radialistas e ouvintes a partir do *Programa Pelotas à Noite*. Por fim, esse acervo, nos revela principalmente um fragmento da trajetória do Roberto, que compõe a história do rádio pelotense na virada do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cléo Rodrigues de. **Rádio Pelotense AM/Pelotas**. A emissora de rádio mais antiga em atividade no Rio Grande do Sul. 2018. 42f. Trabalho de conclusão de curso – Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais**. Canoas: Ed. Da Ulbra, 2002.

FERRARETTO, Luiz Arthur. Por que o rádio brasileiro começou em Recife. **Revista FAMECOS**, v. 28, n. 1, p. e40142, 20 ago. 2021.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX 1914/1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAEGGER, Maria de Fátima Pereira; LYRA, Maria Helena Costa P. de. **Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

KURZ, Charles Anderson dos Santos. **Nas ondas do rádio**. As transformações ao longo do século XX e a busca dos trabalhadores do rádio pelos seus direitos em Pelotas/RS. 2016. 30f. Trabalho de conclusão de curso – Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

KURZ, Charles Anderson dos Santos. **O Rádio pelotense na virada do século XX (1995-2002)**. Organização do Arquivo Pessoal Sonoro do radialista Roberto dos

Reis Costa. 2019. 43f. Trabalho de conclusão de curso – Bacharelado em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

MOREIRA, Silvana de Araújo. **ZYD 579, 107,9 Mega Hertz – Rádio Federal FM. O protagonismo do radialista como sobrevivente das mídias (1980-2017).** 2019. 183f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

THOMÉ, Luis Touguinha et al. **Na onda do progresso: O papel do rádio no desenvolvimento do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Alternativa Consultoria, 2001.

VAZ FILHO, P. S. Rádio Clube de Pernambuco – 1919/2019: Cem anos. Sem esquecimentos. GP Rádio e Mídia Sonora. **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM.** Joinville, 2018.

VIANNA, Graziela Mello; PESSOA, Sônia Caldas. Retrato Sonoro: a experiência do ouvinte na preservação da memória de uma emissora de rádio. In: Comunicação apresentada no GP Rádio e Mídias Sonoras. **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM.** Curitiba, 2017.

VIEIRA, Jacqueline Kappel. **A História do Rádio no mundo, passando pelo Brasil e o Rio Grande do Sul e estacionando nas Emissoras Pelotenses.** 2010. 34f. Monografia – Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Identidade, Cultura e Memórias dos Venezuelanos de Dourados-MS

Ailson Barbosa de Oliveira¹

Introdução

O presente texto visa lançar bases para a discussão dos territórios urbanos – discutidos na perspectiva simbólica de elaboração identitária – estabelecidos pelos venezuelanos no espaço urbano de Dourados-MS. Tomando como conceito principal, a fronteira, o território, e o recorte da totalidade sócio-espacial, a estrutura social, fatores étnicos, econômicos, religiosos culturais, e o espaço urbano.

Tomaremos, aqui, o território, na mesma perspectiva elaborada por Souza (2013), como relações sociais de poder projetadas no espaço. Como nosso recorte é o espaço urbano, ou seja, um produto de relações da sociedade – composta de variados grupos sociais e segmentos de classe – a partir da natureza no decorrer de uma série de gerações (CARLOS, 2007), logo percebemos/notamos que esse *produto* se configura/apresenta como *meio* onde se dão as relações de variados grupos sociais, *condição*² para elaboração/projeção de territórios urbanos.

1 Doutorando em Geografia do Programa de Pós-graduação – PPGG da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Bolsita CAPES. Emails: alibarol@yahoo.com.br.

2 *Condição, meio e produto* da reprodução sócio-espacial do homem ao longo do tempo,

Assim, poderíamos conceber variados territórios urbanos de acordo com os variados grupos sociais (e aí estamos considerando os culturais, econômicos, políticos...). A cidade, dimensão prático-sensível do espaço urbano, se apresenta, nessa perspectiva, com suas correspondentes territorialidades, configurando um mosaico espacial de uma complexidade inegável.

Desse modo, para não nos perdemos no emaranhado de territórios e territorialidades que se processam e se estabelecem/são projetados no espaço urbano, propomos a análise sociocultural dos venezuelanos que vivem no Brasil, mais especificamente em Dourados Mato Grosso do Sul.

Os venezuelanos que estão em Mato Grosso do Sul, em específico em Dourados, em estudos preliminares, estabelecem suas territorialidades de forma difusa e descentralizada, pois seus locais de moradia estão espalhados pelos bairros da cidade, tendo uma leve concentração no Parque das Nações, e a territorialidade é ativada, por meio de grupos de contatos de pessoas através da telefonia móvel. Outro fato percebido é que os venezuelanos mudam constantemente de locais, assim sua territorialidade passa a ser a cidade de Dourados.

Podemos avançar, com base no exposto, no sentido de aproximarmos-nos à discussão de identidade. Pensar na questão de identidade a partir do recorte territorial leva-nos, primeiramente, a pensar o sentido de pertencimento a um determinado território, seja este institucionalizado ou não. Pertencer a um determinado ponto ou situação no território é fruto de relações sociais historicamente ali produzidas e sedimentadas, carregando de significados e afetos os objetos e fenômenos vivenciados e experimentados, ou simplesmente desejados.

A identidade se faz sobre um suporte material (produzido – no nosso caso o espaço urbano), onde determinado grupo (*apropriando-se do mesmo*) estabelece suas relações sócio espaciais, preenchendo de significado essa base material. Território e identidade constituem, nesse sentido, um par dialético. Claval esclarece:

constitui a tríade apresentada por Carlos para entender o espaço urbano. (CARLOS, 2007; 2011)

A organização da vida segundo as normas e os valores afirmados por uma cultura e a execução de sistemas de relações institucionais que ela supõe não podem se fazer no vazio: eles se desenrolam no espaço e o pressupõem em todos os níveis. Ele lhes é necessário como suporte material e lhes fornece uma de suas bases simbólicas. A maior parte das estruturas conhecidas da vida coletiva se traduz através de formas de territorialidade. (1999, p. 23)

Neste sentido, fazer menção aos traços e elementos identitários dos venezuelanos e as porções do espaço urbano que constitui para essas relações.

Metodologia

Para elaboração da pesquisa serão trabalhados, por meio de entrevista, os venezuelanos residentes em Dourados-MS, não na sua totalidade, mas sim uma amostragem de 20 famílias, estabelecendo um diálogo na tentativa de discutir a hibridização cultural, e “reconstruir” a identidade territorial e como suas memórias são ativadas e o que fazem para manter ativa.

A pesquisa deverá focar onde os venezuelanos moram, trabalham e se relacionam, elaborando um mapeamento desses locais na cidade, buscando apreender características comuns, quanto o estudo dos elementos que qualificam o sentido de identidade produzida em um lugar que não de sua origem.

É imprescindível também fazer uma pesquisa no banco de dados que contém informações estatísticas que ajudam no desenvolvimento de algumas características demográficas dos agentes em questão, no caso os venezuelanos as ONGs, a ONU, OIM (Organização Internacional de Migração) e as Cáritas³ serviram de base para levantar dados e informações estatísticas.

3 Cáritas Brasileira – organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). É uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. E em Dourados as Cáritas assistem os imigrantes, dentre eles os venezuelanos, com moradia, alimentação vestimentas e oportunidade e emprego.

Referencial teórico

A referência empírica para pensarmos a questão proposta no nosso trabalho os venezuelanos suas espacialidades e seu modo de vida e os meios de organização temporal fundamentado na territorialidade e nos espaços urbanos e como começa a surgir formas estruturais espaço-temporal e a incorporação de estratégias na construção do discurso identitário a fim de legitimar o direito a territorialidade como forma de acesso de aceitação social e a religião são exemplos aglutinadores das territorialidades urbanas. Diante dessa situação contextual é percebida uma reconfiguração das formas sociais, ou seja, novas identidades começam a surgir no espaço urbano e com isso, um imaginário cultural é forjado e estrutura esse processo.

Assim como Terry Eagleton (2011) afirmou; “nada é uma imagem apropriada dessa interação, uma vez que o narrador cria ativamente a corrente que o sustenta, manejando as ondas de modo que elas possam responder mantendo-o à tona” [...]. Constrói-se, assim, suas linguagens, demandas, suas formas de manifestação e suas estratégias de resistência e de identidade, que é moldada e (re)transformada a todo momento. Essas contradições da nossa sociedade sinalizam as injustiças do nosso tempo e é a partir do conhecimento das múltiplas territorialidades presentes no espaço urbano que podemos assistir os aparatos do poder como sugere Michel Foucault (1995), se quisermos entender as formas de dominação do nosso tempo, temos que olhar para as diferentes formas de resistências. A forma como se resiste revela os meios pelos quais se subverte a resistência de dominação de uma determinada sociedade.

E como sugere Hall (2005, p.12.), esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Compreender as diversas formas da hibridização cultural que o novo apresenta vários sentidos, simbólicos, material, imaterial,

significados, do saber, do ser, significantes, expressões, processos, instituições, afetos, formas, práticas, ações, escalas, gostos, sabores, odores, visões, modos, medos, sujeitos e dentre outros, afetam e reconfiguram as estruturas; sendo assim para podermos os compreender precisamos dialogar com a complexidade do novo. Por esse ângulo, é fundamental o diálogo da compreensão da emergência de novas abordagens sócio-espaciais. Deste modo, vale a pena um diálogo com as reflexões de Carlos.

Como fundamentação desse processo de transformação presenciamos a aceleração do tempo no mundo moderno, com mudanças muito rápidas que se revelam na morfologia da cidade, ao mesmo tempo em que na vida cotidiana, modificando-a. Como resultado surgem novos padrões e formas de adaptação decorrentes da imposição de um novo modo de apropriação do espaço da cidade. Assim nos deparamos com formas cada vez mais mutantes em um tempo cada vez mais efêmero, produto de uma nova racionalidade imposta por profundas mudanças no processo de acumulação. Assim, uma nova relação espaço-tempo domina o mundo, onde a efemeridade do tempo no espaço revela a produção de um “espaço amnésico”. Essa relação entre “tempo efêmero” e “espaço amnésico” é fundamental para definir a pós-modernidade. (CARLOS, 2007, p.13).

E é importante ressaltar que a pós-modernidade é caracterizada por várias facetas e tomaremos algumas, pois não é nosso intuito fazer descrições metódicas e nem muitos menos generalizadoras sobre o que é pós-modernidade e o que não é, mas o que nos apresenta a essa questão é a breve caracterização e discussão sobre migração em um contexto político social neoliberal. Pensamos em um sentido ontológico sendo inerente ao tempo espaço humano e vivenciado em diferentes espaços-temporais, sendo relacionadas ao ato de migrar como elemento central da vivência e a caracterização da identidade territorial, ou seja, tempo e espaço são concomitantes, simbióticos e mutáveis.

Com isso o migrante passa a construir múltiplas territorialidades, sendo um território produzido por processos articulados e/ou moldados pela desterritorialização e reterritorialização, em aproximação a Haesbasert (2004); mas

seguindo, assim proporcionam um ir e vir territorial, cujas dimensões existenciais fazem parte e a problematização da construção da identidade constitui, construindo relações sociais e que fazem parte do mundo contemporâneo neoliberal.

Importante ressaltar que determinados processos sinalizam a vivência social e também exclusão social como processos de ordem moldados por práticas e reproduzidas, como a título de exemplo a religiosidade, em aproximação com Eagleton (2011, p. 103), a religião combina a cultura no sentido de ação dirigida por princípios, ou seja, a nosso ver; como aglutinador social, deste modo, o migrante acaba que até mesmo inconscientemente aderindo tais práticas para uma aceitação social e deixando de lado ou criando conceitos pejorativos referentes à sua própria cultura. Assim o novo é uma complexidade generalizada e de diferentes formas e interpretações e não uma realidade aparente, mas sim cheia de contradições.

Resultados e Discussão

Procurou disutir dois aspectos, primeiro a questão dos diferentes territórios que compõem o espaço urbano e, segundo, questões geográficas relacionadas à territorialidade e a identidade de pertencimento ao local, os enfoques geográficos foram relacionados ao exercício de referenciais teóricos e bibliográficos e culturais no processo de produção espacial no sentido de dialogar com a identidade territorial e fazer uma comparação com o “novo território” que está se estabelecendo em Dourados devida a migração venezuelana.

Deste modo, o que se pretende aqui demonstrar é que essa questão de territorialidade, que não se restringe a mera descrição, precisa ser abordada também de uma forma interpretativa, transformando os sujeitos em participantes-ativos e não coadjuvantes-inativos, tendo por base aspectos culturais, sociais, econômicos e seus determinantes espaciais que constroem a identidade de pertencimento ao local.

Por outro lado, fazer um levantamento das diferentes posições que assumem os venezuelanos nos diferentes locais onde residem. Na tentativa de se fazer um mapeamento das diferentes leituras e interpretações sobre a questão da identidade territorial, somado

amaneira com que se relacionam e produzem determinadas territorialidades a partir dos distintos referenciais culturais e como eles se relacionam.

A abordagem regional desses conflitos será pautada a partir de elementos políticos, culturais e teóricos, com intuito de “definir” a produção da identidade territorial, que ali estão estabelecidas, proporcionando assim um diálogo entre essas diversas culturas, afim de que se aprofunde o conhecimento das possíveis divergências que se sucedem. Portanto, averiguando o choque cultural, multiculturalismo e hibridismo em relação ao sentido de pertencimento com o lugar e a relação com o outro e se o outro é visto como igual e as suas diferenciações.

Deste modo, cabe acrescentar, entre outros, os temas centrais e os sistemas de informações de produção e reprodução social do espaço, consolidando a ideia de que nunca se deve separar o território da população, ou seja, o território só existe, pois o homem está nele e o está transformando, da sua organização social e das condições ambientais em que viveu ou em que vive. Cada grupo apresenta as suas particularidades, interage diferentemente com o contexto em que está inserido e, dessa forma, pode apresentar diversos problemas, diferentes necessidades e diversas relações sociais.

Assim, é necessário que o estudo da identidade territorial negue a ideia de uma sociedade pronta, em que todas as transformações e problemas de conflito já estejam superados e resolvidos. Por outro lado, o encontro com a nova cultura como o deixar as suas referências culturais e familiares são fatores importantes a serem considerados no contexto migratório e as relações que o indivíduo estabelecem com a sociedade são fruto do seu processo de formação e de identificação o tornando ator social, trazendo contigo toda a simbologia da sua formação identitária e ao imigrar se vê forçado a hibridizar sua espacialidade e as simbologias sociais e costumes, pois suas histórias de vida passam a se confrontarem entre a cultura onde nasceu e que está atualmente vivendo. Ou seja, hábitos alimentares, religiosos são bons exemplos.

As estratégias culturais utilizadas pelos imigrantes são a hidridização cultural, ou seja, não abandonam a sua cultura originária e sim passam a incorporar novos hábitos culturais. Mas mesmo com o processo de assimilação cultural, o imigrante tem o sentimento de perda da identidade; podendo ocasionar problemas sócios estruturais de uma dimensão afetiva simbólica de identificação; como por exemplo, o sentido de descontentamento. Ao falar que na “Venezuela às coisas eram mais fácies antes da crise”; “lá não existia venezuelanos nas ruas pedindo esmola” ou quando falam “tenho vergonha de ser venezuelano” e “passar na frente do semáforo e ver aquela família pedindo esmola”; “estão lá pedindo esmola porque não querem trabalhar”, “não tem força de vontade”. Falas reproduzidas durante nosso trabalho de campo.

Uma breve reflexão, os venezuelanos se identificam como venezuelanos e não identifica a família venezuelana que está na rua pedindo esmola como venezuelanos e sim como pessoas que envergonham os venezuelanos, como se eles por estarem na rua é porquê querem e não por que são fruto do sistema opressor capitalista, onde os sujeitos estão destinados ao fracasso em detrimento do sucesso de poucos.

Outra fala que aparece é o medo do “çaça as bruxas”, falam que se a polícia vê aqueles venezuelanos pedindo esmola no semáforo; “vão expulsar” e daqui a pouco “vai achar que todos os venezuelanos são do mesmo jeito ai vão querer expulsar a gente também”. “Ver aqueles venezuelanos lá no semáforo me dá vergonha”, “eles estão lá porque não querem trabalhar”, “não querem pegar no pesado”.

Esses relatos trazidos das entrevistas são reflexos do processo de hibridização cultural que o imigrante está passando, quando ele deixa de reconhecer os seus como iguais e passa a reconhecer o outro como igual, passando a se sentir pertencente à nova cultura e a reproduzir os mesmo estereótipos que a sociedade reproduz como na exemplificação apresentada acima de quem está no semáforo pedindo esmola é porque não quer trabalhar e que não tem força de vontade de vencer na vida.

E de acordo com Pereira, 2010, p.18. “Para se integrar, o imigrante faz ajustes e concessões, interage e constrói imagens de si e do outro, cria vínculos e acumula [sentidos] sobre as quais ancora a sua [...] identidade. Estas mudanças com a necessária adaptação ao novo resultam em alterações comportamentais, são mudanças nos mundos psíquico e cultural, que acabam por levar a um caldo de tradições, as que os imigrantes trazem, com aquilo que encontram na nova sociedade”.

E seguindo os estudos de Pereira (2010), os efeitos culturais geram um choque alterando as percepções que os indivíduos têm de si mesmos, das suas crenças, motivações e valores sociais que passam a serem confrontados constantemente, pela nova cultura, pelo desconhecido, pela nova língua, os estudos ainda seguem, se não for criado um mecanismo de proteção “amortecedor”, deste choque cultural, haverá uma ruptura interior motivada pelo choque cultural, sendo um dos possíveis causadores do desenvolvimento de patologias, principalmente se não tiverem uma rede de amigos ou familiares no novo país.

Mas o que podemos trazer é que o processo migratório é uma diáspora e traumático, causa sofrimento para os que partem em busca e melhores condições de vida e laborais e também para os que ficam, pois passam a sentir e a conviver com um novo sentimento que é a saudade, que até então esse sentimento não existia e passa a existir quando o migrante, parte levando contigo saudade da sua cotidianidade, dos seus amigos, familiares do seu território e também deixa saudade com os que ficam.

É comum que nos primeiros tempos de adaptação os membros familiares experimentem sentimentos de [saudade], saudosismo, vazio e desamparo, os quais poderão ser elaborados de forma e num tempo diferenciado mediante o processo individual de cada um (BECKER, p. 09).

Considerações finais

No nosso último trabalho, que foi em um Lava Rápido; passamos a trabalhar e a conviver com imigrantes venezuelanos, com isso foi possível desenvolver esse ensaio, pois passamos a comungar das suas angustias, medos, receios, preconceitos, conceito e pós-conceitos. A vida de um imigrante é uma vida de diáspora, onde o medo faz parte do seu cotidiano, medo da segregação, medo de fracasso, medo da solidão, medo da saudade de não poder mais voltar à terra natal, medo do Brasil, medo do outro e medo de ter medo.

A diáspora venezuelana se soma também a dificuldades de conseguir emprego, alguns comerciantes não empregam venezuelanos, alegando que não são boas pessoas, que não entendem o que dizem, ou quando são contratados o serviço é exploratório análogo a escravidão. Outro fato abordado pelos comerciantes foi a notícia compartilhada, por pessoas ligadas a segurança privada; emitiram uma nota em grupo de *WhatsApp*, possivelmente uma *Fake News*; para não contratar imigrantes, principalmente venezuelanos, pois estão envolvidos com tráfico de drogas e são membros de Facção Criminosa⁴, a situação não é fácil e ainda ter que lidar com esse tipo de notícia; fazendo com que a vida fique estressante e difícil de se manter fisicamente, emocionalmente e economicamente.

Enfim vários medos que passaram a compor a vida de um imigrante venezuelano e era comum depararmos com os venezuelanos que trabalhavam conosco e também com venezuelanos que vinham pedir trabalho, sempre predispostos a fazer qualquer serviço por uma diária de trabalho abaixo da sua qualificação profissional. Estarem cabisbaixos, tristonhos, com os olhos lacrimejados, ao falarem “aqui não é minha terra”, ou “tenho fome”, “preciso trabalhar”, “faça qualquer tipo de trabalho”, “tenho mulher e filhos na Venezuela passando fome”, “na Venezuela estão morrendo de fome”, “hoje não irei comer, olho para essa comida e lembro-me dos meus parentes que

4 Facção venezuelana cria células de tráfico em Dourados. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/facao-venezuelana-cria-cedulas-de-traffic-em-dourados>, ou <https://www.progesso.com.br/policia/facao-alicia-refugiados-para-trafficarem-na-fronteira-de-ms/368416/>. Acessado em 24/09/2021.

ficaram na Venezuela e não tem o que comer”. Relatos como esses, e muitos outros presenciamos, e muitas vezes o que nos restava a fazer era dar um abraço!

Sob esse aspecto, o estudo procurou discutir o território, territorialidade e a cultura, identidade, espacialidade e diferenciações, de acordo com aquilo que faz com que eles se identifiquem, assim permitindo que se percebesse como se dá a construção e a reconstrução da identidade híbrida, sobretudo, em relação às atividades culturais. Com isso, foi possível estabelecer e, ao mesmo tempo, criar um diálogo na tentativa de se procurar entender e conhecer o “outro”, os seus devires, ires e vires.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Hucitec, 1995.

BECKER, A. P. S., & MARTINS-BORGES. Dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar (no prelo). In: Ana Lídia Campos Brizola. (Org.). **XVII Encontro Nacional da ABRAPSO - Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos** (no prelo). 2ed. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014, p.1-11, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8ª edição. Campinas, SP: Bertrand Brasil, 2006, p. 77-116.

CECEÑA, A E, 2008. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. CECEÑA, A E. **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CGEE). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, Ano VII, n; 11, 12 e 13, 2003.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**. Niterói, UFF, ano I, n. 2, 1999.

EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org., trad. e introdução de R. Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985. 295 p.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p. Traduzido de Michel Foucault: beyondstructuralismandhermeneuts.

GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8ª edição. Campinas, SP: Bertrand Brasil, 2006, p.49 -76.

GUPTA, Akhil& FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, capítulo 2, p.30-49.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagens e lugar, território e meio ambiente. **Rev. Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antonio A. **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, capítulo 8, p.176-185.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Kalr Ritter e Friedrich Ratzel.1 983, 508f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro. Abes, 1999

OLIVEIRA, A. U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense**: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo, Tese de Livre Docência - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ailson Barbosa de; CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. Território Urbano e Inclusão - Os paraguaios de Dourados. In: X Encontro Nacional da ANPEGE, 2013, Campinas. **Anais**.Campinas, 2013.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: SCOTT, Parry; ZAUR, George. **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife, PE: Universitária da UFPE, 2003, p. 27-48.

PEREIRA, Maria Natália Azevedo. **A Depressão no processo migratório**: Um estudo transcultural. Psicologia. PT. O portal dos psicólogos. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/teses/textos/TE0006.pdf>. Acessado em 15/09/2021.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**.São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. O retorno do território, In: Santos, Milton et al. (Orgs). **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-18.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo**: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Um estudo sobre vítimas de feminicídio na cidade de Pelotas (2014-2021)

Elisiane Medeiros Chaves¹

O artigo se refere a uma reflexão sobre o tema da violência contra as mulheres e a ocorrência dos crimes mais letais que são cometidos contra as suas vidas, os feminicídios. A discussão sobre esse assunto ocorre por meio de uma pesquisa que está sendo realizada no Doutorado em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, a qual discute esses tipos de crimes, nas formas consumadas e tentadas, que foram praticados pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

O estudo tem como objetivo investigar os crimes violentos cometidos contra as vidas das mulheres pelotenses e analisar o impacto da lei do feminicídio nas situações de violência contra as mulheres, observando a maneira como o Estado se posiciona na solução destes crimes. As fontes da pesquisa consistem em processos judiciais que tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas e na produção de narrativas que serão construídas por meio de entrevistas com vítimas sobreviventes de tentativas de feminicídio que se dispuserem, voluntariamente, a participar do estudo.

¹ Graduada em Direito e em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elisianemchaves@hotmail.com.

O recorte temporal é compreendido entre os anos de 2014 e 2021, ou seja, se inicia um ano antes da criação da lei do feminicídio e se estende aos dias atuais, sendo, portanto, a pesquisa relacionada à História do Tempo Presente, tendo em vista a análise de processos judiciais que estão tramitando na Justiça e que as pessoas que se pretende entrevistar estão vivas e são contemporâneas à pesquisadora. Segundo FICO (2012), sujeito e objeto compartilham a mesma temporalidade, ou seja, estão inseridos em um tempo e cotidiano próximos. Já, conforme MOTTA (2012), a História do Tempo Presente é o lugar autorizado para que seja construída uma narrativa científica acerca do que é vivido e do que se consagra como memória, e, em vista da sua cientificidade, erudição e criticidade, ela se firmou como um campo de conhecimento dos mais vigorosos.

Em vista da coleta de dados nos processos judiciais, uma das metodologias utilizadas é a análise documental, a qual pressupõe uma ampla e complexa análise de informações em documentos que servem para nortear um estudo categorizado, o qual permite a produção de novos conhecimentos a respeito de um determinado tema.

Para SILVA e DAMACENO (2009, p. 4557): “[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem”.

Também é utilizada na pesquisa a História Oral Temática, a qual se dá pela realização de entrevistas com pessoas que participaram ou têm conhecimento sobre determinados acontecimentos e que por isso são capazes de produzir falas a respeito. Segundo POLLAK (1992, p. 203): “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”.

A produção de narrativas das vítimas sobreviventes tem como objetivo registrar as memórias sobre as suas experiências traumáticas, buscando tirá-las do esquecimento e do silêncio. De acordo com PORTELLI (2001, p. 13): “[...] podemos definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar a outra sobre o passado”. O

registro dessas narrativas é uma maneira de tirar as suas experiências traumáticas do esquecimento.

O trabalho investigativo parte da hipótese de que, durante o perpassar dos períodos históricos, muitos homens aprenderam que podiam dominar as mulheres, cabendo a elas obedecê-los sob pena de sofrerem violências masculinas. Essa forma de encarar as relações de gênero faz parte de uma construção social que foi naturalizada por diversas sociedades e, embora já não tenha mais a mesma força, ela persiste nos dias de hoje, razão pela qual muitos homens ainda matam mulheres, pois continuam valorando-as como seus objetos de dominação, não admitindo perder o controle que, historicamente, aprenderam que podem ter sobre elas.

Para LERNER (2019), os homens não saíam para caçar todos os dias, mas as mulheres exerciam as tarefas de coleta e de cuidados com os filhos todos os dias. Durante o tempo em que ficavam livres, eles construíram interpretações da realidade no sentido de que as mulheres eram inferiores e passaram a dominá-las, inclusive, por meio da violência. Em vista disso, muitas foram mortas.

Já, conforme PESSIS e MARTIN (2005), quando as mulheres tinham filhos, como as crianças precisavam de cuidados para sobreviver, isto as foi distanciando de outras tarefas, fazendo com que deixassem de acessar as novas tecnologias que iam sendo criadas para a manutenção dos grupos e os homens foram tomando conta dos campos políticos, de poder e da própria vida feminina. Essa condição fez com que elas tivessem suas vidas pautadas pela desigualdade de gênero.

Segundo RUBIN (2018), toda sociedade tem alguma forma sistemática e própria de lidar com os sexos biológicos e com os comportamentos de gênero e ela cria o seu mundo sexual de acordo com as suas necessidades, podendo ser igualitário ou estratificado em gênero, como é a maioria delas. Essa criação social das formas de lidar com sexo e gênero, a autora chama de sistema sexo-gênero.

Já conforme BOURDIEU (2005, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de

se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. A determinação cultural de papéis a serem exercidos por ambas as categorias sociais, demonstra o estabelecimento de identidades de gênero que determinam estereótipos norteadores da vida em sociedade.

Refletindo sobre a construção dos papéis de cada categoria social, para PERROT (1988), houve a constituição do espaço público para os homens e do privado para as mulheres, discurso esse que foi bastante forte nos séculos XIX e XX, no Ocidente, cabendo aos homens a economia política e o poder do Estado e às mulheres a economia doméstica e o poder privado, familiar e materno. Ainda assim, os homens também interferiam no espaço privado, pois as mulheres não eram totalmente livres para tomar as decisões da casa. Essa forma de vida opressiva que foi estabelecida para o feminino, foi reproduzida entre gerações e gerações.

Nesse sentido, para LAGARDE (2005), muitas mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Para a autora, o termo cativo é uma categoria de análise antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapazes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver. Assim, o ideal feminino é o de que devem doar-se para os homens em troca da proteção que pensam que necessitam. Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo, sem refletir que ele foi construído para que suas vidas pudessem ser controladas pelos homens, portanto, é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

No nosso país, os costumes portugueses tiveram uma forte influência não só na formação dos modelos de família dos brasileiros, mas também no estabelecimento dos papéis de cada membro dessa instituição, ou seja, o que cabia ao marido ou pai fazer (uso da violência) e o que cabia à esposa ou mãe fazer. E assim também eram estabelecidos os papéis das filhas e dos filhos. Nesse sentido, por exemplo, as legislações portuguesas, denominadas Ordenações

Filipinas², mantinham normas legais repressivas e punitivas voltadas para as mulheres, pois permitiam a violência contra elas e até mesmo seus assassinatos.

A lei previa que o marido ficava isento de pena quando castigasse sua mulher com pau ou pedra, conforme o Livro V, título XXXVI, parágrafo 1º da referida legislação:

E estas penas não haverão lugar no que tirar arma, ou ferir em defesa do seu corpo e vida, nem nos escravos cativos, que com pau ou pedra ferirem, nem na pessoa que for de menos idade de quinze anos [...] nem nas mulheres, que com pau ou pedra ferirem [...] nem em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu escravo [...] enquanto estiverem sob seu mandado.

Em vista disso, é possível afirmar que hábitos discriminatórios em relação às mulheres se tornaram muito fortes na sociedade brasileira, encontrando ampla identificação entre os homens, e também nas mulheres, afinal, elas aprenderam, desde a infância, que tinham que viver conforme os costumes que foram estabelecidos culturalmente para elas.

Foram os movimentos feministas que tentaram modificar os cotidianos de violências masculinas que atingiram muitas mulheres. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres.

Porém, no Brasil, as mudanças foram ocorrendo lentamente, pois, somente no ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340³ (Lei Maria da Penha), a qual passou a tipificar como crimes as agressões contra as mulheres. E os seus assassinatos só foram tratados com mais rigor a

2 Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em outubro de 2021.

3 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em outubro de 2021.

partir da Lei 13.104⁴, de março de 2015 (lei do Feminicídio), quando passaram a fazer parte do rol dos crimes hediondos os homicídios contra mulheres, praticados em razão do seu gênero, nos casos de violência doméstica e de menosprezo ou discriminação à condição feminina, aumentando a pena em 1/3, prescrevendo a mínima de 12 anos e máxima de 30, dependendo dos agravantes.

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças entre sexo e gênero.

Segundo LAGARDE (2008, p. 216), o feminicídio representa a desigualdade estrutural existente entre homens e mulheres e se configura como sendo: “o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres”.

A Lei nº 13.104/2015 passou a nomear as mortes de mulheres sendo esse um ato político que faz aparecer e existir esse crime que ficava escondido na generalidade do termo “homicídio”. Nomear corretamente é uma forma de escancarar para a sociedade a matança de mulheres como uma violência de gênero.

No feminicídio é imprescindível que a conduta do agente esteja motivada pelo menosprezo ou discriminação à condição da vítima ser mulher, segundo LOUREIRO (2017).

No que diz respeito à pesquisa, a mesma está em andamento e, até o presente momento, foram coletados dados em 12 processos e foi observado que uma das ações tramitou como homicídio simples, que é a forma como deveria ser tratada antes da lei do feminicídio, a qual entrou em vigor em março de 2015. Tendo em vista que o crime aconteceu em julho de 2015, o processo deveria ter tramitado sob a égide da nova norma legal. Essa situação é grave tendo em vista que

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em outubro de 2021.

a pena mínima a ser aplicada para o autor de um homicídio simples é de 6 anos e a máxima é de 20. Já nos crimes de feminicídio, a pena mínima é de 12 anos e a máxima de 30 anos. O autor do crime foi condenado ao cumprimento da pena mínima do homicídio, ou seja, seis anos de reclusão, e em regime semiaberto, por ser considerada uma pessoa de boa conduta e sem antecedentes criminais.

Há outros três processos com situações semelhantes, ou seja, que não estão tramitando como feminicídio e nem como tentativa, enquanto, na realidade, pela maneira como os crimes aconteceram, eles se enquadram nas situações previstas na lei que pune com mais rigor os agressores. Por ser desta forma, no tempo presente, se percebe que ainda recaem sobre as mulheres o descaso e a omissão que, historicamente, sempre acometeram o gênero feminino, inclusive nos órgãos que deveriam aplicar devidamente a justiça para todos os cidadãos.

Uma consequência prejudicial às mulheres, decorrente dessas classificações erradas, é que os reais números de feminicídios não aparecem, ficam aquém da realidade e isso impacta diretamente na instituição de políticas públicas, pois, se, aparentemente, ocorrem menos crimes, a preocupação em tomar medidas para evitá-los também pode diminuir.

Para FOUCAULT (2002), as práticas jurídicas são importantes objetos de estudo, pois produzem verdades, saberes e subjetividades, uma vez que, sem cessar no decorrer da história, julgam as ações dos indivíduos em função dos seus erros e da necessidade de reparação ou de punição pelas suas ações. Com isso, a observação das práticas utilizadas nos julgamentos dos autores das mortes de mulheres é um instrumento capaz de revelar quais são as verdades e as subjetividades do Estado que estão em jogo no que diz respeito às relações de gênero, as quais, por sua vez, contribuem para a produção dos saberes que circulam no meio social.

Conforme BOURDIEU (2008), as ações do Estado moderno estruturam as populações, constroem as relações sociais, então, com essa perspectiva, pela sua forma de atuar, ele também produz o que a sociedade pratica e pensa sobre gênero.

De acordo com SOUZA et al (2009), historicamente, no Brasil, a ação estatal, até por meio da legislação, deixa implícito o uso da violência, devido à discrepância do conteúdo das normas, das políticas públicas e é isto que se vê concretamente na dinâmica da vida social, quando muitas mulheres ainda são vítimas da violência masculina. Tal situação demonstra que esse fenômeno não é combatido de forma efetiva e eficaz. Como o Estado, por sua vez, sempre foi discriminatório em relação às mulheres, pode resultar dessa circunstância o seu pouco interesse em auxiliar as mulheres a terem uma vida livre de violências.

VIANNA e LOWENKRON (2017) também afirmam que o Estado contemporâneo não difere muito da atuação machista que sempre teve em relação às mulheres, inclusive fazem uma crítica sobre as políticas voltadas para essa categoria social reiterarem e não transformarem, de fato, as condições simbólicas que garantem a subordinação feminina. Ou seja, o próprio Estado teria uma identidade masculina ao ter elementos que correspondem, conforme as autoras, à (2017, p. 11): “convenções de poder e de privilégio constitutivas do gênero dentro de uma ordem de dominação masculina”.

As autoras também fazem uma relação com um processo no qual as mulheres teriam saído das mãos de um homem “protetor” e teriam passado para as mãos do Estado, ainda machista. Conforme VIANNA e LOWENKRON (2017, p. 13) ele pode ser entendido como um:

[...] veículo importante da dominação masculina na modernidade tardia, na medida em que substituiu muitas das formas de dominação antes desempenhadas por homens individuais, sem abrir mão do caráter socialmente masculino – e branco, devemos acrescentar – das formas de poder exercidas pelos agentes e instituições estatais sobre a vida de mulheres por meio das políticas da proteção ou de regulação.

Cabe ainda comentar que, no ano de 2020 aconteceram, em Pelotas, dois feminicídios não relacionados ao contexto de casal heterossexual, mas sim familiar e duas tentativas de feminicídio. Em 2021, aconteceu um feminicídio na cidade e uma tentativa. Entretanto, em uma perspectiva mais ampla, em 2020, segundo um levantamento

feito pelo Instituto de Pesquisa do Grupo Folha (Datafolha), morreram 1.338 mulheres no país, tendo havido um aumento de 2% nas mortes em relação ao ano anterior. Apesar de Pelotas apresentar, nos dois últimos anos, um número baixo de feminicídios, isso não significa que mulheres estão vivendo com mais segurança, pois ocorreram, na cidade, 313 registros de lesão corporal, 327 de ameaças e 21 estupros, conforme o Observatório de Segurança Pública, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul.

Os números apresentados, tanto no que diz respeito a Pelotas, quanto ao contexto geral no país, apontam que na construção das masculinidades ainda existem homens que pensam ter poder sobre os corpos femininos, conforme LANG (2001, p. 465): “O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres”.

De outro modo, o fato preocupante do número de feminicídios no país ter aumentado em 2020, em comparação a 2019, e que em 2021 esses crimes não pararam de acontecer, demonstra que as hierarquias de gênero prevalecem na esfera social, e o crime de feminicídio pode ser apontado como um instrumento de subjugação das mulheres aos homens que atravessou todos os períodos históricos e que permanece acontecendo na atualidade, porque o interesse em evitar as suas mortes é menor do que a vontade de que elas continuem sendo subjugadas.

Considerações finais

É possível concluir que a pesquisa tem demonstrado a falta de medidas contundentes para erradicar a violência masculina, e, essa situação não acontece por acaso, pois é confortável para muitos homens que as mulheres continuem sendo submissas, tendo em vista que, na maior parte do tempo, eles tiveram o poder em suas mãos, e a vida delas também.

O Estado brasileiro, por sua vez, ainda possui fortes características da cultura da dominação masculina em suas estruturas, o que explica a existência de ações penais relativas às mortes de mulheres não serem devidamente enquadradas como feminicídios, pois o aparelho

estatal não age de forma bem estruturada e eficaz para evitar que isso aconteça. Informações equivocadas a respeito do real número desses crimes impactam negativamente na instituição de políticas públicas para as mulheres

Tais circunstâncias acabam contribuindo para mantê-las sob o jugo masculino, como sempre foi. No entanto, é urgente uma mudança social e política, pois o Estado tem o dever de agir de forma mais contundente para auxiliar as mulheres a viverem livres de violência e a sociedade precisa parar de banalizar essas mortes, devendo qualquer tipo de agressão contra as mulheres ser combatida e erradicada, já que esse não é um fenômeno aceitável, e muito menos normal ou natural, para que se possa continuar convivendo com ele.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2008.

_____, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n 47, p.43-59, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. São Paulo: Nau, 2002.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: Violenciafeminicida y derechos humanos de lasmujeres. In BULLEN. M y DÍEZ. C. (coords.) **Retos Teóricos Y NuevasPrácticas**. Elkartea, p. 209-239, 2008.

_____, Marcela. **Cautiverios de lasmujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LANG, Daniel Welzer. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**. Ano 9, v. 2, p. 460-482, 2001.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, Ythalo. Frota. Conceito e natureza jurídica do feminicídio. **Revista Acadêmica Superior do Ministério Público do Ceará**. Ano IX, n. 1, p.185-210, 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. Das origens da desigualdade de gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, Marcia; Oliveira, Sueli de. **Marcadas a ferro**. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 17-22, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, p.9-36, 2001.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo; DAMACENO, Ana Daniella. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. 2009, p.4554-4566. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. Violência doméstica: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, p.61-82, 2009.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, (51), p.1-61, 2017.

O Contestado franco-brasileiro como lugar de memória: História, Identidade e Representações

Jonathan Viana da Silva¹

APRESENTAÇÃO

As discussões e pesquisas sobre a temática que envolvem os lugares de memória tem conquistado cada vez mais espaço no meio acadêmico. Assunto esse que instiga a necessidade de compreensão sobre as representações de memória e identidade e sua relação direta com a história.

A noção de lugar é algo bem mais amplo e denso por carregar consigo significados e representações que envolvem principalmente a interação humana. “O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (CARLOS, 2007, p. 14), tornando-se assim, objetos constitutivos e auxiliares na formação da memória e identidade daquele indivíduo e também do lugar.

Assim também são os lugares de memória, objetos que permitem ao indivíduo sua apropriação na construção de sua identidade, como uma busca permanente ao processo de legitimação dos grupos que

¹ Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Mestre em Estudos de Fronteiras. Doutorando no Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas-UFPEL. Contato: jon9001@hotmail.com

a detém, pois como bem coloca Nora (1993, p. 27), “Os lugares de memória são nosso momento de história nacional”, que refletem as ideias de pertencimento inclusive entre grupos sociais distintos.

Na história do Contestado Franco-brasileiro, tivemos mais de três séculos de histórias e narrativas que deram ênfase a todo um contexto da época que justificara seu litígio frente a duas grandes nações, França e Portugal (depois Brasil, com a independência em 1822). Esses acontecimentos (história) permaneceram, mas foi justamente a memória que permitiu enquadrar a cidade de Amapá/AP (antiga vila do Espírito Santo), como um lugar de memória símbolo dos ocorridos mais recentes que antecederam o fim do litígio entre ambos os países litigantes formalizado em 1900, conhecido como Laudo Suíço. “A memória pendura-se em lugares como a História em acontecimentos” (NORA, 1993, p. 25).

Para Nora (1993, p. 14), “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história”. Assim, os objetivos deste texto estão em fomentar discussões teóricas que levem à melhor compreensão na tríade “memória-identidade-lugar”, instigando aí conceitos-chaves para cada termo, a qual carregam consigo uma verdadeira bagagem historiográfica e teorias, de modo que, se consiga perceber o elo e as aproximações que existem nesse tripé.

Para além, de apenas rememorarmos os conceitos, significados e representações que possuem os lugares de memória, nossa proposta está (também), em apresentar brevemente a carga histórica que possui a historiografia do Contestado Franco-brasileiro, apontando a cidade de Amapá/AP (antiga vila do Espírito Santo), como lugar de histórias, memórias, identidades e representações intimamente ligada a um recorte historiográfico local e nacional.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: A BAGAGEM QUE CARREGAM OS LUGARES DE MEMÓRIA

Em março de 2020 tivemos o seminário *online* que abordou em sua temática os chamados lugares de memória² e contou com a

2 Palestra completa disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=O0EQV->

participação da professora Heloisa Starling (2021), que explanou um pouco mais sobre essa discussão. Na ocasião, a palestrante utilizou como exemplo algumas abordagens que se passaram no filme “*Blade Runner*, o caçador de andróides”, lançado nos anos 1980. Nessa produção, que se enquadra no gênero cinematográfico de ficção científica, os andróides vivem na terra e são muito parecidos com os seres humanos (clones), inclusive realizam tarefas diversas e vivem meio a sociedade, de modo a ocupar a ausência dos homens e mulheres que ainda habitam o planeta Terra.

Tendo como referência esse filme, Starling (2021) pontua que esses andróides (apesar da perfeita semelhança humana), não dispõem de algo fundamental que nos permite ser quem somos, não possui algo que nos ajuda a possuir identidade (seja individual ou coletiva), que seria a memória. Para Starling, o ato de lembrar nos fornece um conjunto de ferramentas para que possamos ressignificar o passado e assim compreendê-lo. Nessa perspectiva (sobre a memória), que abordaremos ao longo do texto alguns autores, tais como, Joel Candau (2011), Maurice Halbwachs (1990), Michel Pollak (2002) e ainda Pierre Nora (1993), abordam os diversificados conceitos sobre o tema, que pelo senso comum pode ser entendida (de forma cognitiva), como a capacidade que o ser humano possui de guardar suas vivências, seu passado, suas histórias para poder lembrar e trazer para o presente o que está vivo em suas memórias.

Em sua primeira edição nos anos de 1950, a obra “*Memória Coletiva*” de Halbwachs trouxe a compreensão de memória coletiva e oportunizou discussões sobre o assunto ao propor que as lembranças sofrem influência a partir dos contextos sociais que o indivíduo está inserido, e sua posição frente aos demais espaços de conflitos, o que influenciaria diretamente nos trabalhos de reconstrução que a memória utiliza para (re) lembrar. Ainda para Halbwachs (1990), a memória individual somente pode existir a partir da memória coletiva, tendo em vista que as lembranças são constituídas a partir de um coletivo, ou seja, não haveria o “eu” sem um “coletivo afetivo”

para que o indivíduo possa ter como referências nos momentos de rememorar, ou seja, suas lembranças sempre partirão das características do seu grupo social (coletivo a qual faz parte), para o seu individual, sejam elas emoções, sentimentos, características mais particulares que sejam, sempre terão como referência o “coletivo”. Cabendo ainda destacar que, a memória individual que existe em cada um de nós, e que comumente é influenciadora nas nossas percepções, nos sentimentos, nos nossos desejos, opiniões, entre outros status abstratos, na realidade foram influenciadas pelos grupos de sua referência, o que demonstra teoricamente que ela [a memória individual] está enraizada na memória coletiva, pois “[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Assim podemos entender que a memória individual existe em face da memória coletiva, mas não é interdependente, e “ela não está inteiramente isolada e fechada”, pois ela é influenciada de acordo com fatores externos que vive o sujeito, assim, “Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 54). E como disse Jean Duvignaud no prefácio da obra de Halbwachs (1990, p. 14), “interferências coletivas que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na intersecção de várias correntes do pensamento coletivo”, fragmento que nos reporta a obra de Sandra Pesavento (2006), ao abordar sobre fronteiras, que deixaram de ser linhas e demarcações para caracterizar as representações sociais que se manifestam frente a sociedade, as interações sociais. Daí entendermos que a memória dos diferentes grupos sociais na realidade são fronteiras culturais criadas e superadas pelos próprios indivíduos, onde são erguidas e colocadas a baixo a partir da interação que a sociedade vive, pois “é por este viés de compreensão da fronteira que se confrontam a percepção da alteridade e da identidade, ou que se contrapõem às construções imaginárias de referência” (PESAVENTO, 2006, p. 10).

Dadas as explicações da memória individual, então, o que corresponde a memória coletiva? Bem, teoricamente, aquela experiência de vida guardada na memória de um determinado indivíduo, podemos dizer que é pessoal e pertencente àquela pessoa, que diz respeito somente aquele indivíduo, mais ainda, se essa vivência guardada na memória foi praticada somente por ele, o que seria impossível compartilhar com outros exatamente a mesma imagem ou como o evento ocorreu. Todavia, para Halbwachs (1990), este mesmo indivíduo ao interagir com seus pares (em especial seus grupos mais íntimos), utiliza metodologias diversas, que de certa forma, vão socializando aquela experiência, aqueles momentos de vida que deram identidade àquele indivíduo no caminhar do tempo, que não se perderam no esquecimento ou durante o longo processo de seleção que a memória julga ser importante guardar, assim, vão-se construindo histórias ligadas a um passado em comum, que inclusive servirá como referência às formações identitárias desses grupos assegurando sua continuidade no tempo e no espaço.

Diante dessas questões teóricas, a memória, como podemos perceber possui significativa influência sobre a história. Não à toa Heloisa Starling utiliza como exemplo uma ficção para demonstrar os alcances da memória, que no filme, os androides apesar de toda a semelhança biológica e física, não possuem um passado ou ainda identidade que os incorporem à um grupo social, justamente por não possuírem memória. Ainda para Starling, não há acordo fácil entre História e memória, pois nem sempre a História consegue acreditar na memória, e a memória por sua vez desconfia da História porque há alterações de métodos utilizados pela História. Ambas possuem limites para acessar o passado. (STARLING, 2021).

Outro autor que nos presenteia com suas teorias sobre memória é o antropólogo francês Joel Candau (2011), pontuando a ideia de diversos tipos de memórias e as formas como são compartilhadas, além disso, incorpora a discussão sobre identidade e suas relações íntimas que possui com a memória. Ele nos provoca a refletir se há a possibilidade de a identidade existir sem possuir a mínima relação com a memória. Com tais provocações, Candau consegue estabelecer

uma relação com outros autores que tratam sobre memória, entre eles temos, Maurice Halbwachs e Pierre Nora apresentando uma diversidade de conceitos.

Para Candau (2008, 2011), não é possível haver identidade sem memória, bem como o seu inverso, pois a memória é um conjunto de imagens do passado que foram recortadas e guardadas no presente que ao serem utilizadas pelos indivíduos, ajudam na formatação da identidade individual, que por consequência, também de seu grupo social.

Para nos ajudar a compreender melhor essa relação íntima que possui memória-identidade, podemos utilizar como exemplo bastante expressivo e característico à cultura regional, o uso do açaí como produto alimentício presente nas principais refeições do dia a dia e muito comum na mesa de vários estados do Norte do país. Vejam que o consumo do Açaí comumente é servido com outra proteína (peixe, carne, frango entre outros), e dispensa grãos ou hortaliças como acompanhamento. Para o nortista, consumir peixe frito com açaí é o mesmo que servir um verdadeiro banquete, pois desde criança, todos aprendem a valorizar esse cardápio.

Agora imagine esse mesmo indivíduo passar por acidente que culminou na perda de sua memória total. Resumidamente, ele também perde a referência de seu grupo preferencial e deixa de carregar consigo aquela identidade que o caracteriza. Assim, a sua refeição favorita já não será mais àquele peixe frito com açaí, pois já não mais memórias que façam lembrar de seu vínculo. E o que antes era uma ótima refeição, pode passar a ser o pior de todos os alimentos. Não há memórias, então consequentemente não há uma identidade que coexista. Assim,

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nos modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAUI, 2011, p. 16).

Assim, reafirmamos as palavras de Candau em que, “não pode haver identidade sem memória”, o que implica nessa relação íntima e profunda para ambas possam dar e possuir significados.

Candau ainda propõe o entendimento dos conceitos de memória a partir da perspectiva de níveis, o que explicaria memórias adquiridas (e guardadas), através de hábitos pessoais e repetições; Memórias de vivências, saberes, crenças, sentimentos, entre outros; além de memórias que liguem o indivíduo ao seu passado, sua representação.

Longe de definirmos todos os conceitos-chave abordados em sua obra, pontuamos o mais enriquecedor nessa discussão proposto por Candau (2011), que memória e identidade caminham juntas e seria muito difícil tentar explicar ambas de forma isoladas.

O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO: UM LUGAR, MUITAS MEMÓRIAS

Para que possamos caracterizar a região do Contestado Franco-brasileiro, palco de muitas tratativas e disputas centenárias por domínios territoriais, que envolveram duas grandes potências econômicas da época (Portugal e França), será preciso fazermos um breve relato historiográfico, assim, possibilitar seu reconhecimento como lugar de memória do seu povo.

UM BREVE HISTÓRICO

No final do século XIX, o atual estado do Amapá foi palco de disputas territoriais entre Brasil e França, o que resultou no conflito armado entre soldados guianenses (legionários) vindos de *Cayenne* (capital da Guiana Francesa), e brasileiros civis daquela região, provocando uma verdadeira chacina de mulheres, crianças, idosos, além de perdas também do lado francês, o que culminou mais tarde, nas definições fronteiriças entre o Brasil e a Guiana Francesa. Essa região que foi palco para diversos acontecimentos históricos ficou conhecida pela historiografia como Contestado Franco-brasileiro (SILVA e SILVA, 2012).

Anterior a esses acontecimentos mais recentes tivemos uma série de registros com desfecho à neutralização da região em disputa, a citar, em 1713 a assinatura de acordo entre Portugal e França, conhecido por Tratado de Utrecht, que tinha por caráter a resolução definitiva das fronteiras entre a colônia francesa e portuguesa. Apesar disso, com a baixa atuação da Coroa portuguesa na região devido as revoltas pelo Brasil (em especial a Cabanagem), anos mais tarde, nacionais franceses não obedeceram aos acordos assinados e continuaram a adentrar no território que hoje corresponde ao Estado do Amapá (SANTOS, 2006).

Em 1841, viu-se formar várias vilas e povoados por gente vinda de toda parte, não somente de outras regiões da colônia portuguesa e da Guiana Francesa, mas de países como Holanda, Inglaterra e Estados Unidos, atrás de riquezas e da esperança de construir uma vida melhor. Entre estas, duas vilas prosperaram, a vila de Cunani e a vila do Espírito Santo do Amapá, que foram vistas como uma terra de sonhos no imaginário de muita gente naquela época, com propósitos diferentes, nacionalidades diferentes, vivências diferentes. Exatamente pelo fato de essa área ter sido esquecida pelos governos das duas nações litigantes, ela viria a ser um ótimo lugar de refúgio, de recomeço (CARDOSO, 2008).

A partir daí em 1893, com a descoberta dessas jazidas de ouro na região, o governo brasileiro (já independente de Portugal) virou os olhos para essa região visando interesses financeiros, além da oportunidade de povoamento da área em litígio. Nesse sentido, exatamente na vila do Espírito Santo (que hoje corresponde ao atual município de Amapá localizado no Estado do Amapá), brasileiros que lá residiam criaram dentro do Contestado uma estrutura política e administrativa que desse uma espécie de assistência aos brasileiros que viviam na região, com a criação de leis de caráter econômico, social e político, centrando a vila do Espírito Santo como sede principal para essa administração local.

O responsável local eleito pelos seus pares era Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que tratava com mãos de ferro todos os problemas na região, dando preferência aos seus nacionais

brasileiros e dificultando a ação de outros. Tornou-se em uma espécie de administrador da vila, tratando questões pequenas, tais como, familiares ou de organização da estrutura local até questões maiores como de polícia, a citar furtos, roubos e mortes.

Todos esses acontecimentos foram desagradando o governo francês, em destaque ao governador da Guiana Francesa em *Cayenne*, que em 1895, visando defender os interesses franceses enviou **à vila do Espírito Santo**, um navio de guerra tripulado com homens fortemente armados que se deslocaram com o objetivo de levar Cabralzinho para prestar depoimento em *Cayenne* sobre ações cometidas principalmente aos nacionais franceses (SARNEY; COSTA, 1999). Nessa ação, a chegada das tropas francesas corroborou em conflito armado com perdas dos dois lados, principalmente cidadãos brasileiros, como mulheres, crianças e idosos doentes.

Este ocorrido em 1895 abriu pauta para a retomada de discussões a respeito das definições de fronteira entre Brasil e França que estavam paralisadas. Mais tarde, em 01 de dezembro de 1900, após uma série de discussões e dúvidas esclarecidas, ficou provado cientificamente a real fronteira entre ambos as nações, conhecido pela historiografia nacional como Laudo suíço ou Laudo de Berna como é citado nos materiais franceses (BARÃO DO RIO BRANCO, 2008).

O LUGAR DE MEMÓRIA

Durante muito tempo o Contestado Franco-brasileiro ficou conhecido como Eldorado brasileiro escondido na selva amazônica, cravada no imaginário de homens e mulheres como uma terra de riquezas, com ouro em abundância, que bastava chegar, extrair e depois ir embora para viver uma vida que não conseguiriam obter em outro lugar, todavia, tinham os que passaram a viver na região, tais como, escravos fugidos, soldados, desertores, criminosos fugitivos, mocambeiros, aventureiros, entre outros que tinham um sonho comum, a liberdade.

Apesar da região do Contestado ter correspondido a mais da metade do atual estado do Amapá, foi a vila do Espírito Santo que se tornou sede principal de toda a região, sendo centro das principais

decisões administrativas locais e que de certo modo influenciou a vida de todos na região. Além disso, essa pequena vila ainda foi palco para o massacre de inocentes por tropas francesas, passando assim, a ter visibilidade pelos meios de comunicação no Brasil e no mundo (após a tragédia ocorrida em 15 de maio de 1895).

Nos dias atuais, essa antiga vila corresponde ao município de Amapá/AP (no estado do Amapá), e possui muitos significados e representações à comunidade, em especial aos naturais da cidade, que cresceram ouvindo as diversas histórias (re)contadas por seus ancestrais, o que nos leva ao entendimento de que o Contestado Franco-brasileiro se materializou naquela cidade, tornando a cidade como um lugar de memória do Contestado. Além disso, uma cidade de memória não se restringe a estruturas arquitetônicas, ruas e avenidas ou ainda de espaços pré-definidos, com espaços que por regra envolvem a sociedade, está além disso. Lugares de memória,

são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993, p. 21)

Nessa perspectiva, são materiais por permitirem materializar lembranças que se tornam memórias de registros do passado e que carregam consigo uma bagagem de sentimentos; simbólico por oportunizar a manifestação da memória social através de representações identitárias; e funcional por auxiliarem as memórias sociais no momento preciso de sua manifestação. E elas podem se manifestar simultaneamente, mas em níveis distintos a depender das memórias (re)vividas, todavia, não todos os lugares que nos permitem atingir esses sentidos apontados por Nora, pois “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21).

Assim, nos insinua que esses lugares são dotados de história, de imaginários, identidades que a partir da memória coletiva ajudam a forjar os significados e representações daquele grupo social, que se imortalizaram através daquele lugar que intimamente emanam uma

reciprocidade de sentimentos, lembranças, subjetividades diversas, e que na oportunidade sempre nos instiga a (re)memorar, o que para Ana Carlos (2007, p. 14), “o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço [...]”.

As histórias vividas e contadas outrora vila do espírito Santo, hoje município de Amapá estão impregnados nos limites e fronteiras simbólicas do dia a dia daquele lugar, testemunhadas pelos seus moradores em seu meio, sentimentos, lembranças, histórias, e somente estão presentes, porque a comunidade não deixa que ela desapareça, ou seja, são os próprios seres humanos que escolhem o querem definir como um lugar de memória (POLLAK, 1989).

Os lugares de memórias, em alguns casos reconhecidos pelos seus acontecimentos históricos, permitem ainda a construção e a manutenção de representações sociais em seu meio de referência. No caso da cidade de Amapá/AP, houve a oportunidade da construção identitária daquele povo, pois após o final do litígio entre Brasil e França (meados de 1900), a qual definiu os limites territoriais entre ambas as nações, aquele povo que vivia na região (outrora) contestada, pôde escolher se partiria rumo a um novo território de domínio francês ou se continuaria no local assumindo-se brasileiro nato e de direitos, como afirma Sarney e Costa, 1999, p. 13), “o Amapá é o único Estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue. O coração de ser brasileiro estava no peito dos amapaenses”.

Esses acontecimentos no passado serviram de base para rememorar narrativas diversas que ajudassem na consolidação do ideário político vivido na época, pontuando a coragem dos homens e mulheres que “decidiram” ser brasileiros e assim talhar sua identidade. Quanto às ressignificações da memória, Françoise Choay (2006, p. 18), pontua que frente à sociedade “[...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar as identidades de uma comunidade”. E é nessa perspectiva de manter e preservar

a identidade, que os lugares de memória atingem seus principais objetivos, que seria manter vivo a história e memória de passado que não quer ou não pode ser esquecido, de modo que a sua presença traga à tona lembranças e significados que atingem diretamente determinados grupos sociais em comum. Os lugares de memória trazem um passado que comumente é rememorado, mas esse resgate da história vai ser utilizado aos que estão no presente e vivendo o atual presente, daí François Hartog (2013, p. 149), fazer referência a Pierre Nora ao afirmar que os lugares de memória são “portanto, também, os lugares do momento, ou lugares para o momento”.

A história dos homens e mulheres que travaram embates de luta e resolveram continuar em território brasileiro pela vontade de querer pertencer a pátria estimula essa memória histórica propiciando no presente, na cidade de Amapá/AP a formação de uma identidade alimentada pela memória e mantida pela história.

Ao tratar sobre identidade e as relações do indivíduo com espaço e tempo, Carlos (2007, p. 48), pontua que “ao demarcar o lugar [o ser humano], com suas ações, com seu “ir e vir” no uso, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam. Na convivência com o lugar, e nele se produz a identidade”. Assim como Candau (2011), que propõe a memória e identidade serem inseparáveis, para Carlos (2007), a memória se articula com as vivências de seu tempo e a construção do espaço a partir das experiências que o indivíduo adquiri no lugar, de forma que a identidade acaba sendo construída pelo lugar e no lugar, logo identidade e lugar tornam-se indissociáveis. O resultado da relação entre o indivíduo e o lugar forja a sua identidade. Diante de todos esses apontamentos, seria possível reconhecer o Contestado Franco-brasileiro como um lugar que remete a muitas memórias que influenciaram na formação de identidades a partir das vivências de seus indivíduos em grupos que se reconhecem e galgam os mesmos caminhos culturais e simbólicos.

Apesar da complexidade que carregam as explicações do termo identidade, Stuart Hall (2006), em sua obra “a identidade cultural na pós-modernidade”, apresenta algumas discussões que tratam desses

conceitos relacionando-os com os sujeitos modernos e suas afinidades com as identidades culturais, apesar de que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova (HALL, 2006, p. 08). Contudo, chama a atenção (ao que observa ser) mudanças identitárias, que parecem estar em plena ascensão nos tempos atuais, e o que ainda denomina de “crise de identidade”. A obra traz uma reflexão quanto aos tipos de identidades que podemos espelhar, diferentes entre si, mas que passam pelo mesmo processo quando a questão é sua construção influenciada pelas narrativas do local e as diversas simbologias que influenciam o indivíduo dia a dia.

No caso dos moradores de Amapá/AP (antiga vila do Espírito Santo), símbolo do auge do período litigioso entre Brasil e França no século XIX, podemos identificar certo conflito de representações que pairam o tempo presente daquele lugar. Conflito este, somente nos campos das ideias que começaram a estar mais presentes com as investigações históricas feitas por historiadores locais que através de fontes e procedimentos científicos trouxeram às discussões esse momento que entrelaça a história do Amapá e a história nacional. Trata-se na desconstrução da historiografia oficial que por muito tempo coroou uma narrativa dos grandes homens e sua “única” participação na história, descartando a história dos vencidos e pondo à margem sua contribuição na historicidade que cercam as pessoas, o lugar e o tempo.

Essa desconstrução permitiu aos moradores de Amapá/AP entender a história a partir de outra visão, passando a compreender que, os atos administrativos e políticos empregados pelos líderes da época, tinham objetivos claros de grupos oligárquicos da época na consolidação de um regime político que ainda estava nascendo (a República). A partir daí, o indivíduo pode estar em um conflito interno de identidade entre aquela ideia empregada pelos “grandes homens”, heróis, mártires (de um lado), e (de outro) pelas novas narrativas que desconstroem esse ideal republicano mostrando claramente a massa de manobra atribuída ao povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que os lugares de memória são dotados de memória e significados que podem ser caracterizados como identidade, de modo a influenciar e serem influenciados através do espaço e tempo. Outro fato a ser destacado seria não ser possível listarmos os lugares de memória, pois somente é considerado lugar de memória, o que é reconhecido pela comunidade como tal. Por isso, se analisarmos, por exemplo, um cemitério, teoricamente seria um local considerado como lugar de memória, entretanto, se a comunidade não o reconhece como tal, este local será apenas um espaço público onde os indivíduos enterram seus mortos, daí Nora (1993) destacar que a comunidade será a divisora de águas entre o lugar e o que possui memórias.

Nesse contexto, fizemos perceber que o Contestado Franco-brasileiro, materializado na antiga vila do Espírito Santo (atual município de Amapá/AP), está entre os lugares reconhecidos como lugar de memória, formada por histórias, memórias, identidades e suas representações, que deram ao lugar e a mantiveram ao logo do tempo e mudanças no espaço, como representação do seu povo.

REFERÊNCIAS

BARÃO DO RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Questões de Limites Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Vol.97.

CARDOSO, Francinete. **Entre Conflitos, Negociações e Representações: O Contestado Franco-Brasileiro na Última Década do Século XIX**. Belém: UNAMAZ E NAEA, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAU, Joel. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHOAY, Françoise, 1925 – **A alegoria do patrimônio** / Françoise Choay: Tradução de Luciano Vieira Machado. Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DPeA Editora. Rio de Janeiro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. **História Social**, n. 3, p. 127-154, 1996.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.

PESAVENTO, Sandra J. **Fronteiras culturais em um mundo planetário**: paradoxos da(s) identidade(s) Latino-americana(s). *Revista do CESLA*, Varsóvia, v. 8, p. 9-19, 2006. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/228/226>

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal, 1999.

SILVA, Jonathan; SILVA, D. **Cabralzinho**: a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense. Salto/SP: Schoba, 2012.

Educação social da criança de e na rua como mudança paradigmática em Moçambique

Marlene Vanssa Marques Jamal¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos apresentar de forma objectiva a contextualização do estudo que pretendemos desenvolver na Tese de Doutoramento, fazendo uma radiografia daquele que constitui o objecto de pesquisa em alusão, as crianças de e na rua, procurando perceber os esforços por parte do Estado, se é que existem, no que tange a educação dessas crianças, pois entendemos que as crianças encontradas permanentemente nas ruas dos centros das cidades, na aparência desvinculadas de qualquer instituição responsável por um direccionamento educacional, são o indicador mais concreto da ausência dos direitos do cidadão.

Importa destacar que se trata de um retrato da experiência vivida diariamente nas ruas da cidade de Quelimane, província da Zambézia. Referir que a escolha assenta no facto da Zambézia ser uma das províncias com maior número de população e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2013) uma das províncias com

1 Docente da Universidade Licungo; Mestre em Línguas, Literaturas e Cultura pela Universidade de Aveiro, Portugal; Doutoranda em Línguas, Cultura e Sociedade na Universidade Zambeze – Moçambique; E-mail: vanessa.jamal@hotmail.com

maior número de população em idade escolar (6-12 anos), isto é, de um modo geral 923.996 milhões de crianças. Portanto, algumas destas estão abandonadas e fazem da rua sua moradia ou aí permanecem a maior parte de seu tempo, entretanto muitas delas se encontram ligadas, mesmo de forma assistemática, a programas de assistência social, estando desta forma rotuladas como crianças de rua, visto que seu comportamento vai sendo estruturado e moldado sem o controle da sistematização da transmissão dos valores socialmente adquiridos.

Antes de mais é necessário compreender o contexto de violência que gera o(a) menino(a) de rua. Este cenário é consequência de um sistema económico originário da injustiça, que produz a marginalidade e a pobreza. Assim, a globalização económica que compõe a chamada pós modernidade gera, por um lado, a riqueza extrema e, por outro a miséria também extrema. Há necessidade de se criar e a figura do educador social de rua, pois olhamos para ela como uma saída, uma busca, a cultura da solidariedade. Estamos conscientes de que os desafios são enormes, mas é preciso começar de algum lado e além de mexer mentalidades (algo que leva o seu tempo) é preciso atender com urgência essas crianças e adolescentes de rua por meio de trabalho, do estudo, de criação de ambientes propícios que minimizem a falta de laços afectivos. Acreditamos que não existam problemas humanos para os quais não tenhamos dentro de nós recursos para ultrapassá-los.

Como pressupostos teóricos apresentamos principalmente abordagens da autora Graciani, pois esta discute profundamente a actuação do educador social, frente a esta nova concepção pedagógica, a Pedagogia Social de Rua, através de suas descobertas e anseios por uma pedagogia da emancipação do sujeito, sustentada na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. A Pedagogia da indignação de Paulo Freire também merecerá a nossa especial atenção.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre a educação social da criança de e na rua constitui um dos elementos chave no desenvolvimento da sociedade, pois, é uma prática, entre outras, que lida com conhecimento, podendo

dar uma contribuição para que as classes populares consolidem e ampliem o seu próprio conhecimento.

Contextualizando os termos vale destacar que *crianças de rua*, são crianças sem tecto que vivem nas ruas da cidade, vila ou aldeia, maioritariamente estão sujeitas a abuso, exploração ou, em casos extremos a morte. Já as *crianças na rua*, são crianças largadas a própria sorte, desamparadas pelos familiares ou mesmo as que abandonam os seus lares por razões várias, como por exemplo, pais alcoólatras, abuso sexual, uso de drogas, violência doméstica dentre outras razões.

Existem três grupos de crianças que vivem nas ruas, umas com suas famílias, geralmente em torno da figura da mãe, outras são crianças que trabalham nas ruas e que mantêm os vínculos familiares e/ou escolares, vivendo em situações de vulnerabilidade. O terceiro grupo é composto por crianças com rupturas dos vínculos familiares e escolares, que vivem de forma independente nas ruas, muitas vezes em situação de abandono.

A situação de vulnerabilidade descrita torna-se explícita quando se questiona os motivos que as levam para as ruas. De forma geral, a vulnerabilidade destas crianças e das suas famílias é revelada na violência quotidiana de que falamos, na necessidade de se buscar o sustento da casa e na falta de actividades que lhes sejam significativas no contexto familiar assim como escolar. Além disso, a ocorrência de doenças dos pais e uso de drogas e álcool pela figura paterna e pelas próprias crianças também estão presentes.

Ao procurar definir toda esta questão da exclusão social a que estas crianças estão sujeitas, compreendemos que é uma das expressões mais concretas da marginalização social. (Graciani, 2001, p. 102) “Sustenta que se pode assumir o menino de e na rua não como um marginal social, mas como um oprimido e relegado pelo sistema social”.

Portanto, impõe-se criar um processo de conhecimento na sociedade, dentro das relações sociais dadas (relações de classes, relações de formação social), para permitir uma integração das crianças de e na rua num processo de educação formal ou mesmo

informal para que as crianças não sejam discriminadas pelo simples facto de estarem na rua ainda que isso seja de maneira voluntária.

Pretendemos encontrar elementos explicativos que ajudem a entender o fenómeno da pobreza e as consequências que advêm de uma política económica baseada na renda, que forma uma sociedade baseada em desigualdades, penalizando os desprivilegiados, no caso crianças produzidas por essa mesma sociedade, proporcionando um registo visual da presença, nas cidades e nos locais de maior afluência de trânsito ou de aglomerações de crianças abandonadas, de estruturas formais que se misturam a população quotidiana, num verdadeiro contraste com esta.

Tal contraste traduz-se na forma das crianças se vestirem, se relacionarem com os outros, em suas atitudes, hábitos, costumes e actividades, o que será objecto de análise, olhando para a pedagogia de rua como educação especial uma saída de inclusão e de certa forma procurando garantir um dos direitos fundamentais da criança, o direito a educação.

As inquietações motivadoras para o desenvolvimento deste estudo surgiram diante da trajetória da proponente como Docente de Didáctica e cidadã preocupada com a situação de vida das crianças de e na rua.

Em Moçambique cresce o número de instituições e projectos governamentais e não-governamentais que atendem a criança e ao adolescente com direitos violados no âmbito social, entretanto a nosso ver pouco se olha para o desenvolvimento e formação intelectual/instrucional e cultural destas crianças. Quando se pensa no termo Educação, em Moçambique, é praticamente inevitável remeter-se a educação escolar. Entretanto, o termo Educação ultrapassa os limites da educação escolar considerada formal e pode sim ser compreendido em suas diversas possibilidades. Uma delas é a Educação Social de Rua.

Torna-se importante destacar que a noção de exclusão social é definida aqui como a fase extrema do processo de marginalização e é entendida como um processo descendente, ao longo do qual se verificam rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.

Entretanto, esta problemática tem sido discutida, principalmente em função de duas escolas distintas, a britânica e a francesa. A 1ª preocupa-se com aspectos distributivos (pobreza) e a 2ª interessa-se pelos aspectos relacionais (exclusão social) portanto, a ruptura ao nível das relações sociais. E como nos perguntar, excluídos de quê? Pois esta asserção implica a existência de um contexto referencial, do qual se é, ou se está excluído. Deste modo, a exclusão tem a ver com a cidadania e a cidadania está intimamente relacionada com a participação na sociedade.

Assim,

se temos crianças, adolescentes, adultos excluídos do sistema educacional no país, entendemos que estas não fazem parte do conjunto da sociedade, isto é, não estão integrados, significando estarem fora dos chamados Sistemas Sociais Básicos os quais incluem cinco domínios: social, económico, institucional, territorial e referências simbólicas. (DA COSTA, 2004, p. 14-15)

Nesta ordem de ideias, pretendemos olhar para o *domínio Institucional*, mais precisamente na área da educação, pois este domínio inclui também sistemas de prestação de serviços de saúde, justiça dentre outros.

Acreditamos existir maior preocupação com a inserção dessas crianças nos centros de acomodação/centros sociais, em dar assistência alimentar e algumas vezes em prepará-los para algum ofício prático de modo que consigam sobreviver no futuro do que com a educação, instrução como tal, com o desenvolvimento e progressão escolar destas crianças de modo a contribuírem de forma significativa para o desenvolvimento do país, pois a importância da escola é reconhecida formalmente, contudo há quem não se tem beneficiado dela por várias razões.

Existem estudos que mostram a dificuldade de integração de crianças em situação de risco social e pessoal nos centros de acomodação, em famílias e que dirá na comunidade escolar tradicional. Assim, é neste contexto que achamos ser este o momento de Moçambique desafiar o Sistema Nacional de Educação, olhando

para a *escola aberta* como um sistema de ensino flexível adaptado à rotina e às necessidades da criança que vive na rua.

Esta escola pode sim, a nosso ver, ser considerada como um espaço de desenvolvimento integral e intelectual tendo como objectivo a transição dessas crianças/alunos para o sistema formal de ensino. A escola, além de escolarizar, deve ter também como objectivo intervir socialmente na educação destas constituindo deste modo um instrumento que pretende modificar as condições de vida das crianças de nível social baixo, isto é, proporcionando-lhes novos hábitos culturais e preparando-as para a inserção nas práticas de trabalho.

É importante salientar que o início de uma pesquisa requer uma problemática e não um problema.

Deste modo levantamos vários questionamentos, mas a questão de base mais genérica é: *De que forma o Quadro Legal e institucional de protecção social em Moçambique promove a inclusão socioeducativa das crianças em situação de rua?*

E como objectivo geral pretendemos estudar estratégias de **protecção social da criança** em situação de rua em Moçambique, partindo-se do princípio de que a educação formal concentrada na escola não leva em consideração os meninos em situação de rua, porquê não pensar em fomentar novas práticas educacionais de rua e buscar a responsabilidade do estado moçambicano na inclusão destas crianças.

Destarte, com vista a buscar um recurso metodológico para a problemática apresentada e mostrar uma possível solução a ser posteriormente testada levantamos algumas hipóteses que nortearão o estudo em referência.

Hipótese (i) A dificuldade de inserção destas crianças em famílias adoptivas (no caso das crianças órfãs, essa circunstância constitui um dos factores do sentimento de exclusão); *Hipótese (ii)* O envolvimento com drogas e maus tratos faz com que as crianças prefiram a rua e conseqüentemente estejam desvinculadas de qualquer sistema educativo; *Hipótese (iii)* A falta de políticas claras de acolhimento institucional das crianças em situação de rua por parte

do Governo favorece a exclusão das crianças; e por fim a *Hipótese (iv)* A indefinição da fronteira divisória existente entre o Ministério do Género, Criança e Acção Social, por um lado, e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, por outro, é um dos factores que dificulta uma sólida política de inclusão das crianças em situação de rua.

A pesquisa em referência classifica-se em termos de abordagem do problema como sendo qualitativa - estudo de caso, método este bastante utilizado em ciências sociais simples ou aplicadas onde o fenómeno é observado em seu ambiente natural e a complexidade do caso é estudada intensamente tendo como principal objectivo explorar, descrever, explicar, avaliar e /ou transformar determinada realidade.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Educação Social de Rua

Um dos objectivos fundamentais da Educação Social de Rua é exactamente o de estimular estas crianças a discutirem, entenderem e aceitarem de forma digna as regras e os limites necessários ao exercício da cidadania.

Para sua total efectivação a pedagogia Social de Rua, precisa de dois requisitos fundamentais: uma equipe interdisciplinar competente e flexibilidade pedagógica.

Acreditamos que a Pedagogia Social de Rua tem como principal objectivo garantir o respeito à identidade cultural da criança de e na rua, a partir da apropriação e da produção de conhecimentos relevantes e significativos para eles, de forma crítica, numa perspectiva de compreensão e transformação da realidade pessoal e social.

Educar significa trazer à luz algo de dentro (que pode ter sido interiorizada) para fora, e esse algo é um saber – sentido ou não. Pedagogia se refere ao campo da intervenção do educador, a utilização de Didáticas específicas (métodos e técnicas de ensino; conteúdos oficiais/ reais/ dentre outros; objectivos claramente estipulados).

Conforme sustenta Graciani (2001), a Pedagogia Social de Rua apresenta características especiais, porque se destina a um público também especial e diferenciado, crianças e adolescentes que vivem em abandono e nos perigos da rua, parte deles são consumidores de drogas e praticantes de actos infracionais, prostituídos, violentados moral e fisicamente, explorados, rejeitados pela família, pela sociedade, sem disciplina, sem limites e principalmente sem referências (modelos positivos de conduta). Portanto, trata-se de uma pedagogia que busca despertar as potencialidades intrínsecas de emancipação destas crianças, reintegrando-as em famílias ou instituições adequadas, onde possam reaprender o seu desenvolvimento como pessoas e como cidadãos.

Com base nisto, acreditamos que poderíamos ter instituições formais preocupadas em recuperar, ou seja, conquistar esses menores promovendo e reinventando práticas educativas inclusivas, criando momentos de partilha de saber e troca de experiências, munindo-os de conhecimentos e preparando-os de certa forma para o futuro. Diante dessa “porta fechada”, pois não existe esse espaço nas escolas, surge a necessidade desse tipo de educação, que acontece no social e na rua, onde nas angústias e alegrias desses menores o conhecimento possa surgir e fluir.

Muitas são as dimensões e vertentes do fazer educativo que atendem as necessidades básicas da aprendizagem; no entanto, as que privilegiam a vida, o ser humano como sujeito de sua própria história, a construção do conhecimento e da história social de sua comunidade e da sociedade como totalidade, são as que provavelmente contribuirão para uma prática educativa emancipadora e libertadora do nosso povo. (GRACIANI, 2001, p. 237)

Portando, esta visão extingue o modelo tradicional de ensino onde prevalece a hierarquia, a autoridade e a superioridade do professor/educador tornando possível a aprendizagem ocorrer sim numa sala de aula aberta e livre de todos esses pressupostos o que implica aproveitar a inteligência, a experiência de vida dessas crianças possibilitando o confronto de ideias, da opinião pessoal de cada uma

delas acompanhando e orientando-as na construção autónoma de sua aprendizagem.

Esses menores precisam e podem ter acesso a uma aprendizagem emancipatória significativa e consistente se realmente o assunto merecer atenção de toda a sociedade, sociedade essa que tem tendência apenas em reclamar sobre o que não vai bem e tem dificuldades em abraçar iniciativas e projectos dessa natureza. Parafraseando Freire (1988), para que esta educação aconteça, é necessário muito mais que atitudes isoladas e acções esporádicas, é preciso ter em conta o contexto em que se desenvolvem as acções educativas, os envolvidos no processo, a coerência dos procedimentos que se adoptam; o que se tem, o que se pode e é possível fazer, clareza e pesquisa sobre o cerne de toda a problemática envolta na educação, maiores adesões conscientes na luta por uma educação realmente para todos.

O Educador Social de Rua pode ser discriminado pela sociedade, pois muitos podem ver como sonhador, alguém que pratica algo que aos olhos dos que o rodeiam é impossível, inserir uma criança em situação de rua na sociedade, pois, passa por processos de resistência, tanto por elas próprias como pela sociedade. Esta tem dificuldades em aceitar e acreditar na possibilidade de mudança e credibilidade em seu trabalho, portanto acreditamos que é possível sim termos uma sociedade diferente, mais positivista e sensível às dificuldades do próximo, crente num futuro melhor para estas crianças.

É necessário compreender que o direito de ser criança enfrenta outras barreiras além da frequência a uma instituição que respeite sua condição específica, pois numa sociedade consumista como a nossa torna-se cada vez mais difícil aceitar o outro. A educação é um direito de todos e do Estado, entretanto vale questionar, será que o Estado estará apto e disponível para oferecer uma educação cidadã aos meninos e meninas de rua?

Na América Latina, o Uruguai destaca-se como um país cujo sistema público da Educação Social é organizado e reconhecido socialmente. Assim, conhecer a constituição e as características daquela realidade pareceu-nos fundamental, pois nos permitiria aprender

com uma experiência consolidada, em uma instância da educação cuja concretização ainda se pretende buscar em Moçambique.

A Educação Social, como área profissional, de estudos, pesquisa e ações está em constituição no Brasil, já em países como Portugal, Espanha e Uruguai, a Educação Social se encontra em outro estágio de desenvolvimento, pelo menos no que se refere ao tempo de existência da área no âmbito da formação institucionalizada. Portanto, acreditamos que é possível sim que Moçambique se desafie no sentido de institucionalizar esse processo e comece a pensar em criar cursos de nível superior que formem educadores sociais e que realmente incluam as crianças de e nas ruas.

Pensar a formação inicial e continuada, dos educadores, requer estar ciente da importância de propiciar os caminhos de desenvolvimento bem, como agregar os elementos que estão contidos e constituem o código genético de uma pedagogia edificada por sujeitos comprometidos, com a transformação real e que satisfaça as necessidades humanas e materialize outra realidade, construída pelo/para os homens e mulheres, seres sociais. (VÁZQUEZ, 2011)

Deste modo, a educação social é sem dúvida uma responsabilidade colectiva, que perpassa todas as instâncias. Se temos indivíduos mal-educados, teremos famílias mal-educadas, crianças mal-educadas e sem nenhuma orientação ou ‘modelo’ a seguir. O que se pretende é formar profissionais devidamente qualificados que possam trabalhar nessa área especificamente, uma regulamentação não apenas da profissão, mas do campo da educação social de rua como um todo. Em razão das profundas mudanças sociais ocorridas nos últimos tempos, a educação precisa acompanhar o fluxo das mesmas e, ao mesmo tempo, dar respostas eficazes aos novos desafios que se impõem. Neste contexto, precisamos de profissionais de educação comprometidos com os ideais da justiça social, profissionais estes que estarão a trabalhar directamente com indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconómica, exercendo deste modo um papel de destaque na construção de uma sociedade mais justa.

O Educador Social

A figura do educador de rua é fundamental neste processo. Freire (1988) sustenta que este educador compromete-se com a população a estar com ela, retomando sua humanização, resgatando sua força organizacional enquanto categoria explorada, caminhando com a população para torná-la efectiva e transformadora e para estar inserido neste universo o educador deve abandonar os parâmetros ideológicos da classe dominante.

Este educador tem como principal objectivo motivar os menores a abandonarem as ruas, orientando-os sobre os riscos que a situação de rua oferece e sobre a necessidade de se manterem em um ambiente familiar saudável.

É preciso compreender como inicialmente referenciamos que o educador social de rua tem de lidar com pessoas, de emoções e razões cheias de altos e baixos, alegres e tristes, inseguros, desempregados, tristes, agressivos, desesperados, sem sonhos e sem expectativa de futuro de mudança e tem de ser um indivíduo com conhecimentos básicos não só de Psicologia do Desenvolvimento/ Aprendizagem, mas também de Relacionamentos de Ajuda, Clínica, Legislações, Ética, Estética, deve aprender a conhecer e sentir a família, resgatando dela aspectos negativos, mas principalmente os positivos, o sincero amor pelo próximo é fundamental. Saber escutar, ser bom observador e capturar significados e detalhes em cada momento.

Ele é e deve ser um profissional que trabalha frontalmente com a vida afectiva (sentimentos, emoções, desejos etc.) de si mesmo e do outro, e defende a posição de que é o afecto que conduz a vida cognitiva (pensamentos, raciocínios, modos de atentar-se e de memorizar intencionalmente, modos de solucionar problemas, dentre outros).

Segundo Gomes (S/D), em alguns países da Europa, como a Espanha, a formação em Pedagogia Social caracteriza o educador social cuja formação é reconhecida e valorizada, ou seja, são profissionais preparados por instituições formais para lidar com problemas específicos de sua área de actuação de maneira multidisciplinar.

Torna-se evidente nestes estudos a necessidade de superação humana, a preocupação com os excluídos, onde a Pedagogia Social se insere no campo da Educação não-formal², não como correctiva dos atropelos das instituições formais, sobretudo a escola, mas como alternativa de trabalho educativo, de que tanto se carece nas mais variadas instâncias sociais. Assim, a Pedagogia Social como ciência oferece um suporte de trabalho a profissionais que desempenham funções que requerem habilidades muitas além de suas formações iniciais.

A demanda nestes países é grande. O trabalho volta-se para o atendimento dos excluídos visando à socialização e intervenções de desvios.

De a cordo com Oliveira, as Universidades e profissionais de diferentes concepções e áreas se uniram em prol dos excluídos para reivindicar condições humanas de existência porque a sociedade procurava ‘invisibilizar’ estes menores, por meio das instituições: reformatórios e manicómios.

Esses profissionais, ao final dos anos 70, estavam pressionados pela urgência do problema das crianças nas ruas. Com apoio político da Igreja Católica e inspirados nas propostas referenciais das pedagogias libertárias, alguns deles foram para as ruas encontrar as crianças e adolescentes, considerando esta uma actividade profissional e de solidariedade humana. Isso ocorreu em 1979. Uma dúzia de jovens, a maioria graduados em antropologia, sociologia ou teologia, sob os auspícios da Pastoral do Menor, começou a trabalhar, organizadamente, no centro de São Paulo, sobretudo na praça da Sé. Esse grupo foi o primeiro no mundo a se denominar Educadores Sociais de Rua ou, simplesmente, Educadores de Rua. (OLIVEIRA, 2007, p. 06)

Assim estes primeiros educadores de rua não tinham uma formação específica para actuar com as crianças e adolescentes e estavam mais relacionados às igrejas. Tratar a criança e o adolescente no seu contexto e família pode repercutir em acções mais efectivas do

2 A Pedagogia Social se firmou como ciência no âmbito da educação não-formal, contudo, pelo seu carácter provisório, há polémicas que já a reconhecem como campo da educação formal, uma vez que vem se institucionalizando, como, por exemplo, é oferecida como pós-graduação na USP.

que vislumbrar a primeira isolada. Vale ressaltar que vários projectos como o Projecto Alternativas³ buscavam difundir as experiências vividas pelos educadores de rua da praça da Sé em São Paulo.

Deste modo, acreditamos que a reflexão sobre a emergência do assunto em questão deve ser contínua e consciente. Que o Governo, em especial o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano moçambicano olhe com muita atenção para o assunto e comece a idealizar estratégias urgentes de modo que se parta para a concretização e materialização deste processo de formação de educadores sociais de rua para uma posterior e devida integração da criança de e na rua.

Existem a nosso ver duas dimensões que se precisa observar; uma, no sentido do trabalho directo com a criança, procurando ser uma presença efectiva e afectiva. Outra, no sentido da comunidade, mobilizando-a para que se comprometa solidariamente cada vez mais com esta causa.

Saber articular-se, principalmente com os movimentos populares, buscando sempre um diálogo com as entidades e instituições responsáveis pelo atendimento as crianças, é a garantia de um trabalho consequente e com mais chances de uma transformação da sociedade. A sensibilização da comunidade é crucial, pois é ela que irá de certa forma legitimar o trabalho do Educador Social de Rua. É importante partilhar a nova postura, a visão crítica de que se tem da questão.

Ir a rua não é apenas observar e pesquisar, mas é muito além disso, é muito mais profundo, é conquistar a criança para o projecto político pedagógico. Ir a rua implica realmente empenhar-se na busca de alternativas de atendimento à realidade das crianças de rua, é buscar interpretar a realidade deles e buscar dessa forma construir alternativas em conjunto. Em vários países ocorrem experiências bonitas e de criatividade tamanha que atestam ser sim possível

3 O Projecto Alternativas de atendimento aos Meninos de Rua, criado em 1982 pelo Unicef e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), procurava desenvolver abordagens de intervenção comunitária, disseminar e avaliar as experiências dos educadores da praça da Sé e alguns projectos considerados de sucesso. Mais informações encontram-se em Oliveira (2008, p.15).

desenvolver esse projecto, proporcionando atendimento diferenciado as crianças de e na rua.

Estas crianças comunicam consigo mesmas assim como com outras pessoas, seja em relação de trabalho (guardadores de carro, vendedores ambulantes etc.) ou em situação de conflito, como no caso de situações de risco (violência, maus tratos e outros) adquirindo conhecimento que são utilizados para expor e interpretar o processo de comunicação na vida diária. Com isso, é sem dúvida alguma necessária a formação, o preparo do educador social de que anteriormente falávamos.

É inegável que sempre haverá obstáculos à frente daqueles que sonham com uma educação emancipatória que deflagre processos de consciência e de busca de um lugar para os que estão à margem das condições de vida. Um lugar diferente de quem espera exercer sua condição de sujeito no mundo e não ficar a mercê das políticas internacionais porque “o ser humano é maior do que os mecanismos que o minimizam” (FREIRE, 1996, p. 130).

Portanto, essa população infantil invisível aos olhos da sociedade também tem direitos. Direitos esses que estão devidamente estatuídos, de acordo com a (FDC, 2009) Moçambique aprovou em 2008, três importantes leis para a protecção da criança a citar: Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, a Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas e as Leis de Organização Tutelar de Menores.

Na Lei n.º 7/2008 de 9 de Julho, Lei de Promoção de Protecção dos Direitos da Criança, especificamente os artigos 40 e 68 afixam que o Estado tem o dever de criar, de forma progressiva, condições para que seja assegurado a criança o ensino básico, obrigatório e gratuito, atendimento ao ensino primário, através de programas suplementares de material didáctico-escolar. Já no artigo 68, o Governo deve adoptar medidas de atendimento especial adequado, incluindo legislativas, administrativas, sociais e educativas tendentes a protecção das crianças em situação difícil ou de risco. Mais uma vez se testam os direitos fundamentais das crianças (que a nosso ver

têm sido violados) e a obrigação do Governo em olhar com especial atenção para a situação da criança de e nas ruas de Moçambique.

CONCLUSÃO

Conforme explicitado anteriormente, este artigo pretendeu trazer um outro olhar sobre a educação social da criança de e na rua em Moçambique, trazendo desta forma a reflexão em torno da exclusão social a que estão sujeitas. Consideramos ser imperioso que o Governo se desafie e passe a pensar na possibilidade de criar espaço para que realmente a Educação seja para todos sem excepção como é o caso dos meninos e meninas de e nas ruas.

Que o Sistema Nacional de Educação olhe com muita atenção para o assunto e comece a idealizar estratégias e políticas claras de inclusão socio educativa junto do Ministério de Género, Criança e Acção Social de modo que se materialize este sonho para muitas crianças e adolescentes de rua. Parafraseando Freire (2000, p. 94) na linha destas reflexões há uma exigência fundamental, um ponto de partida sem o qual nada é possível e que se coloca não apenas à educação de adultos, mas à educação em geral. A quem as faz. Um certo saber indispensável inclusive a quem reacionariamente pretende imobilizar a história. Portanto, mudar é difícil, mas é possível. Com todo cenário descrito acreditamos que a educação Social de Rua, em Moçambique, é sim uma utopia realizável. É importante que se quebre a barreira existente entre os dois Ministérios que devem garantir a execução desse projecto.

Acreditamos que a sociedade precisa reflectir e de forma consciente sobre a emergência do assunto em questão, pois a exclusão social origina crise social e aumenta as possibilidades de violência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ricardo et al (2014). **O que é Exclusão Social?** Lisboa. Escolar Editora.

GRACIANI, Maria Stella (2001). **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire.

FREIRE, Paulo (1998). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (2000). **Pedagogia da indignação cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo -Editora Unesp.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE (2009). Projecto de Promoção dos Direitos da Criança – Divulgação das Leis de Protecção da Criança.

NATALI, Paula Marçal (2016). **Formação Profissional na Educação Social: Subsídios a partir de experiências de Educadores Sociais Latino Americanos** - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

OLIVEIRA, W. F. de. (2007). Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **Hist. cienc. Saúde – Manguinhos**, v.14 n.1, Rio de Janeiro.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (2011). **Filosofia da práxis**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular.

Cinema e Interculturalidade no contexto escolar moçambicano

Augusto Alberto¹

Introdução

O estudo sobre Cinema e interculturalidade no contexto escolar moçambicano discute em tornada projecção de filmes nos programas de ensino das escolas secundárias em Moçambique. Especificamente, pretende-se com o estudo descrever a importância simbólica do cinema e de excertos fílmicos na sala de aula na formação intelectual do homem e por sua vez analisar criticamente a cinematografia moçambicana no contexto escolar.

Os alunos das escolas secundárias em Moçambique recorrem aos manuais escolares, especificamente para aprendizagem da história de Moçambique, nos manuais da 11^a e 12^a classes, onde constam de forma sistematizada conteúdos sobre a História de Moçambique. Esses manuais têm conteúdos sobre a memória de Moçambique, dentre eles acontecimentos históricos, personalidades, datas inesquecíveis (assim canonizados), tal como se pretende transmitir. Essa narrativa tem como base o passado, através do qual se vive o presente e dela

1 Doutorando em Língua, Cultura e Sociedade na Universidade Zambeze - Moçambique, Docente na Universidade Licungo, Extensão da Beira, Investigador do Projecto Culture, Past & Present para a construção do Museu Virtual da Lusofonia, Coordenado pelo Professor Catedrático Moisés de Lemos Martins, Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) na Universidade do Minho - Portugal. Correio eletrónico: augustoalberto26@gmail.com

inventar o futuro de um país ou uma determinada sociedade. Para que este tempo histórico esteja presente e bem construído nos alunos das escolas moçambicanas, exige-se dos educadores a adopção de estratégias pedagógicas diversificadas para compreender, aprofundar e interiorizar os seus fundamentos e a sua utilidade. São jovens que, na sua maioria, saem de distritos onde não há escolas secundárias com estrutura administrativa e pedagógica que permita a constituição de bibliotecas que possam assegurar o desenvolvimento de uma epistemologia historiográfica segura e sustentável. Na maior parte das escolas secundárias, o ensino da história é feito na base de repetição de saberes feitos/acabados, muitas vezes reproduzidos pelo professor através dos apontamentos e manuscritos menos seguros.

O recurso aos filmes pode ser sustentáculo para o desenvolvimento de políticas de integração social, de inclusão e de compreensão do mundo, assim como de construção da memória colectiva tal como da identidade sociocultural. Assim, entendemos que a sociedade actual não é concebida com base em determinações societárias, pois baseia-se na diversificação de políticas de interculturalidade e a escola é um espaço onde a compreensão do outro se torna vital, razão pela qual é indispensável também a diversificação de estratégias de ensino e aprendizagem. O presente estudo constrói-se através de uma análise ampla baseada no método bibliográfico através de revisão teórica de conteúdos e de vários estudos em torno da matéria.

Aculturação, endoculturação e interculturalidade

De acordo com Markonje Lakatos (2008, p.146) “aculturação é a junção de duas culturas diferentes, que entrando em contacto contínuo, originam mudanças nos padrões de culturas de ambos os grupos”.

Nos contactos contínuos efectuados entre culturas e sociedades diferentes, resulta uma troca de elementos culturais e, nessa aculturação, uma das fases mais importantes é a assimilação, processo mediante o qual os grupos vivem em um território comum e adquirem uma solidariedade cultural. (Marconi & Lakatos, 2008, p.147).

Endoculturação é “o processo de aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância” (Marconi & Lakatos, 2008, p.148). Por outro lado, ainda que as pessoas adquiram as crenças, atitudes, os modos de vida na sociedade, a que pertence, elas estabelecem um intercâmbio cultural, construindo assim a interculturalidade.

Oliveira e Candau (2010, p.25) afirmam que a interculturalidade funciona como norma que guia os pensamentos, ações e novos focos epistémicos. A interculturalidade está preocupada em respeitar e valorizar o outro, e é considerada como projecto político.

Cinema e a interculturalidade

O filme é um instrumento que ajuda a sociedade a reflectir sobre o tempo, a memória e o seu futuro. Através do filme, o ser humano aprende e sabe valorizar os costumes ou hábitos culturais. Por meio do cinema é descoberto e valorizado o outro. O cinema torna-se assim instrumento de socialização (Alves & Macedo, 2010, p. 20),

O filme é médium que produz uma dinâmica reflexiva sobre o mundo social para além da tela do cinema. O cinema é a mais completa arte do século XX capaz de ser a síntese total das mais diversas manifestações estéticas do Homem. O cinema como a arte total tem a função de apresentar a verdade de conceitos e a categoria das ciências sociais através de situações humanas típicas elaboradas por meio de uma série de técnicas de reprodução aprimorada a partir de outras intervenções estéticas como por exemplo a literatura, pintura, arquitetura e música (Alves & Macedo, 2010, p. 20).

O cinema, ao fazer isto, consegue demonstrar que a realidade socio-histórica efectiva é maior e mais complexa que conceitos e categorias abstractas que procuram aprendê-la cientificamente. Por meio do filme podemos não apenas aprender categorias e conceitos constituídos a partir da reflexão científica prévia (o que significa aplicar o que já sabemos), mas desenvolver e desvelar por meio de *insights*, sugestões ou pistas postas no artefacto artístico, um conhecimento novo do ser social (Alves & Macedo, 2010, p. 21). Eles afirmam ainda que o filme não é apenas um texto, mas um pré-texto capaz de nos conduzir a autoconsciência reflexiva do mundo social e

numa perspectiva hermenêutica, uma forma de conversação com nós mesmos e com o nosso mundo sócio existencial.

Oliveira (2006) afirma o seguinte:

A relação existente entre o cinema e a ciência é antiga. Antes dos irmãos Lumiere encantarem o público parisiense em 1895, com a projecção de cenas impressionantes que inauguraram como uma forma fabulosa e forma de entretenimento, as técnicas de criar imagens em movimento com consequências de fotografias serviram a propósitos científicos (p. 134).

A exibição de cinema baseado nas imagens começa no início do Século XX², tendo ao longo do tempo superando o desafio de possuir um código próprio que não existia em 1895, que também encontrava-se associado a várias formas de manifestação cultural, sendo dentre eles espetáculos de lanterna, teatro, revistas e cartões postais.

O desenvolvimento de cinema baseado na imagem, não se limitou apenas na construção do palco da cena cultural, mas também influenciou nas outras formas de diversão popular, tais como circos, parques de diversões, gabinetes de curiosidades e espetáculos (Vasconcellos, 2006, p. 17).

Esta utilidade social das imagens, evidencia de facto, que o cinema é uma arte extremamente importante porque ajuda o ser humano no desenvolvimento sociocultural e promove o reconhecimento, a valorização de culturas entre os povos

No entanto, o cinema não só leva consigo o filme enquanto acção, mas também a linguagem de uma comunidade, cultura e hábitos, memórias, representadas através de símbolos fílmicos. Todavia, estas linguagens são construídas em duas dimensões, a primeira sobre quem a comunidade retrata no filme e a outra é a comunidade receptora do mesmo.

Entretanto, compreende-se que neste período apesar de fazer parte da evolução histórica do cinema, representa outrossim um período de revolução científica no sector do cinema, razão pela qual a

2 A evolução para um cinema baseado em imagens neste período, deve-se pelo facto de ser um momento de desenvolvimento técnico-científico.

conjugação de esforços filmicos e exibição resultaram na identificação de um paradigma específico no sector, sem que seja ignorada a diversidade científica da época.

Um cinema diferente, que desafia os historiadores durante muito tempo, o cinema dos primeiros 20 anos foi considerado de pouco interesse para a história do cinema, como apenas um conjunto de desajeitadas tentativas de chegar a uma forma de narrativa intrínseca ao meio, que se estabeleceria depois.

Os filmes teriam aos poucos superado suas limitações iniciais e se transformado em arte ao encontrar os princípios específicos de sua linguagem, ligados ao manejo da montagem como elemento fundamental da narrativa. Não se trata apenas de uma narrativa presente no filme projectado, mas também construídos pelos seus assistentes e o seu público, adequando ao contexto sociocultural em que os mesmos estão inseridos.

Professor, cinema e interculturalidade

O debate sobre o cinema é apresentado por Bergala (2017), baseando-se na concepção de que a questão deve ser desenvolvida por professores de arte, apesar da sua recomendação a todos os professores.

O cinema como detentor de valor de interculturalidade é analisado a luz das implicações que ele apresenta sobre a diversidade social, assim, para Cabecinhas e Macedo (2019, p.29) citando Deleuze, (2008), “o cinema pode contribuir para contestar representações cristalizadas de identidade, criando interstícios entre imagens fixas de pensamento”.

Ao mesmo tempo, os filmes estrangeiros, em particular, podem constituir um veículo para a literacia intercultural, uma vez que é um dos meios pelos quais se acede a outros discursos culturais. É importante apresentar aos estudantes as histórias que outra cultura conta sobre si mesma (Cabecinhas e Macedo, 2019).

Duarte (2009) entende que o cinema é aplicado na educação para dar o sentido da diversidade epistémica e interpretativa, entretanto, estas dimensões são desenvolvidas no âmbito da conectividade

do professor com a arte e interpretação da arte ao mundo real no ambiente escolar.

Esta pesquisaconvoca-nos para uma reflexão profunda sobre a influência como instrumento/meio que nos auxilia a construir vínculosda interculturalidade, embora estasacções evinculem a uma dada construção social. Baseando se nas considerações de Cabecinhas e Macedo (2019), o estudo do cinema pode ser proveitosamente informado por discursos sociais que nos recordam que todos os textos são situados e que todas as leituras são parciais, obrigando -nos a fazeruma abordagem crítica com distanciamento, problematização e análise.

No contexto educacional, Macedo (2017, apudPegrum, 2008) entende que os educadores de diferentes níveis de ensino podem preparar este material para aprofundar o conhecimento dos alunos sobre a diferença, melhorar as suas competências analíticas, aumentar o mecanismo de entendimento e acrescentar as suas visões em relação a discursos e práticas culturais, bem como dos discursos e práticas que os cercam todos dias.

O cinema, neste âmbito, é a peça central numa época da revolução tecnológica, por isso podeter um papel central na promoção da “literacia intercultural” (Cabecinhas &Macedo, 2019, p. 29), promovendo assim a interculturalidade e valorizando a diversidade no contexto educacional.

Contextualização da Escola

A escola é instituição onde se aprende e que a base central consiste na transmissão de valores seculares, desta feita estas acções devem estar vinculadas com o desenvolvimento sociocultural. No que concerne a mecanismos da sua participação na actividade social da escola, as matérias curriculares certificam o ensino e aprendizagem do conhecimento onde há uma maior preocupação por parte da escola.

Na parte familiar, as preocupações principais já são outras, entre elas o processo de socialização da criança, como também a protecção, as condições básicas e também o crescimento nas áreas social, afectiva e cognitiva de seus componentes.

Dessen e Polonia (2007) citados por Ramos(2016), defendem que a instituição familiar se encontra presente em todas as sociedades, e é neste ambiente em que a criança tem o seu primeiro contacto social, funcionando como intercessor dos padrões, modelos e influências culturais dentro da sociedade na qual esse indivíduo está inserido.

Cinema em Moçambicano depois da Independência

Depois da independência, Moçambique experimentou um modelo de cinema que tinha como objectivo principal difundir seus ideais revolucionários e consolidar as orientações marxistas que vinham de Cuba e da URSS. Moçambique acabava de ficar independente, e havia um número considerável de pessoas não letradas, o que muitas vezes dificultava muito em questões da língua portuguesa, contribuindo negativamente no desenvolvimento cinematográfico do país (Saranz, 2014, p.148).

No entanto, a concepção da língua portuguesa, como língua de unidade e oficial, dificultou o alargamento do público do cinema e consequentemente a sua importância ou valorização na sociedade. Neste contexto, para além de ser mecanismo de divulgação dos ideais marxistas, também posicionou-se como veículo de exclusão social das camadas não letradas. Outrora, não se trata de uma exclusão planificada ou tencionada, mas movida pelo contexto: era o fim do colonialismo, haviam altas taxas de analfabetismo, a preocupação de estabilidade social orientava a sociedade para outras prioridades e poucos realizadores e quase inexistentes através de língua local, o que hoje, com muitos anos depois da independência não se pode dizer o mesmo.

Com vista a superar estas barreiras, não faltou a solidariedade internacional, visto que Moçambique independente precisava de quadros formados na área de cinema. Para resolver esta lacuna, o cineasta francês Jean-Luc Godard desenvolveu um projecto pioneiro da televisão experimental, enquanto Jean Rouch chegou a Moçambique para ajudar na formação de jovens na área de cinema.

Estes avanços mostraram-se retrocedidos ao longo do tempo, dada a conjuntura mundial, referente a Guerra Fria, tendo em conta

que depois da independência a Frelimo³ usou o cinema como meio para registrar a Guerra Fria. Os países socialistas enviaram seus operadores a Moçambique com conhecimento profundo e continuaram a ajudar Moçambique na formação e os cineastas moçambicanos no tempo da guerrilha foram considerados praticamente inexistentes (Saranz, 2014, p.150).

Num prisma moderno, cuja independência mostra-se democraticamente aplicável em todos os ângulos da sociedade, o cinema em Moçambique continua sendo um instrumento importante para a transmissão de valores, de representação social e de construção da identidade. Facto é que há mais visibilidade nas planificações e agendas políticas que na realização e projecção dos mesmos, se pretendermos olhar para a dimensão nacional. No entanto, reconhecemos também que este retrocesso esteja a ser condicionado pelo desenvolvimento tecnológico e da liberalização de filmes e meios cinematográficos.

Olhar crítico do cinema em Moçambique

O cinema em Moçambique é uma arte que paulatinamente está ganhando novos contornos. Os locais ou as casas onde se projectavam filmes estão sendo abandonados e até algumas casas já foram transformadas em igrejas. Na cidade da Beira⁴ por exemplo, tínhamos o Novocine, casa 3 de Fevereiro, onde os adolescentes iam assistir filmes. Actualmente, estes lugares ganharam nova valorização económica, deixando-se de se especializar apenas como lugar de projecção de filmes. Será que os moçambicanos ainda não descobriram que esta arte está sendo marginalizada? As autoridades governamentais moçambicanas e as sociedades em geral têm sido pacíficas sobre o desaparecimento de casas de cinema, facto que coloca a reflexão sobre a falta de compreensão do seu papel na sociedade.

No resguardo, pensamos que há necessidade de resgatar esses locais para que os trabalhos realizados nos anos anteriores continuem

3 Frente de Libertação de Moçambique.

4 A segunda Cidade de Moçambique.

e que possam ser introduzidos nas escolas secundárias moçambicanas concretamente nas aulas de História para permitir o contacto memorial com o passado e uma comunicação diversificada com o passado moçambicano, assim como para que os alunos entendam, não apenas como conteúdo transmitido, mas sim também como ponto de reflexão sobre a história de Moçambique.

No sistema nacional de educação (SNE) não existe obrigatoriedade de uso de excertos fílmicos na aula de História, pois embora seja encorajado como meio didáctico alternativo, o que nos permite recomendar que as políticas da educação devem promover a introdução do cinema nas escolas secundárias moçambicanas, visando construir um currículo que promove a reflexão e estimule o conhecimento diversificado com base na análise crítica do passado histórico moçambicano.

Além de contexto educacional, no geral, em Moçambique no nosso entender não são visíveis e efetivas as políticas sobre o programa de projeção de filmes para facilitar a assimilação dos conteúdos transmitidos na disciplina de Histórias nas escolas secundárias e na sociedade.

A História, sendo uma disciplina que estuda o passado, deve ser acompanhada com a projeção de filmes para que a nova geração possa melhor contemplar os acontecimentos passados como por exemplo a história das guerras⁵ em Moçambique.

Numa sociedade multicultural como Moçambique, o cinema no contexto escolar tem um papel preponderante na promoção da interculturalidade tomando em consideração que cada aluno cresceu num contexto cultural diferente do outro. Na projecção de filmes os alunos podem aprender e saber lidar com a diversidade cultural.

Na prática este intercâmbio e compreensão da diversidade cultural era presente nos primeiros momentos de projeção cinematográfica em Moçambique, tal como refere Convents (2011), as salas de cinema marcavam a vida noturna através de projeção da

5 Luta de Libertação Nacional; Guerra Civil e conflitos étnicos.

cultura europeia, que não era apenas única, mas também de grupos (embora de forma recessa) da população moçambicana (p. 41).

Por outro lado, a projeção de filmes permite que os alunos das escolas secundárias tenham capacidade de interpretar o passado histórico em sala de aula e entendam o mundo e o seu país em particular, permitindo assim a criação de um ambiente favorável de representação social da história.

Dada a falta da cultura de concepção do cinema como factor de interculturalidade, espera-se que maior parte dos integrantes no mundo globalizado concebam que este estudo permite projectar a alteridade como instrumento positivo com vista a desenvolver políticas de integração social. Neste âmbito, é importante que as considerações dos académicos produzam impacto positivo ao nível político, cultural social e científico inspirando a reforma educativa em Moçambique.

Conclusão

A actual modernidade caracteriza-se pela difusão da tecnologia e valores culturais diversificados. Vivemos, portanto, no mundo globalizado. As culturas são difundidas facilmente usando meios tecnológicos sofisticados, como é o caso de telefones, televisores e espaços digitais. A sofisticação dos ecrãs permite a partilha das culturas e dos seus produtos através de novelas e outros programas similares. Hoje, provavelmente em muitos países do mundo, existem nas escolas programas de projecção de filmes que ajudam de certa maneira na compreensão dos conteúdos transmitidos pelos professores nas escolas.

Em Moçambique, vários acontecimentos históricos (luta anticolonial; luta dos 16 anos), fazem parte do programa de ensino de história, cujo meio de transmissão deste conhecimento é responsabilizado ao manual escolar, representando assim um vazio metodológico para uma aprendizagem crítica sobre a memória social. Todavia, os excertos filmáticos existentes sobre estes acontecimentos constituem um alicerce indispensável para reforçar este vazio, sendo que ainda não são obrigatórios a sua aplicabilidade nas escolas

moçambicanas, isto é, os professores que assim procedem aplicam por inovação, facto que legitima a necessidade de construção de um quadro histórico-metodológico para uso de cinema nas escolas moçambicanas.

As autoridades governamentais devem ter políticas que permitam resgatar as casas de cinema que já estão ocupadas pelas instituições subalternas ao cinema para incutir novamente o hábito de projecção de filmes e de promoção da interculturalidade.

A educação cinematográfica é muito importante para toda sociedade porque permite maior possibilidade de interação entre o aluno e o professor, visto que o aluno aprende baseado na memória representada na tela. Portanto, com a Pandemia da COVID-19, reforça ainda a necessidade do cinema na Escola, pois o ecrã foi a alternativa mais aplicada pelo Governo através do Projecto de Telescola e as plataformas digitais, são meios mais usados, sendo verdade que o ensino de história de Moçambique recomendando o uso de excertos filmicos sobre matéria escolar permite uma compreensão e reflexão no aluno.

Referências

ALVES, Gionanni e MACEDO, Filipe. **Cineclube, Cinema e Educação**, Editora Praxis, 2010

BERGALA, Alain. **A hipótese-Cinema**: Pequeno Tratado de Transmissão do Cinema dentro e fora da escola, Lararts, Barcelona. Tradução de Núria Aildelman e Lia Collel. 2007

CABECINHAS, Rosa e MACEDO, Isabel (Anti) racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas. Instituto de Ciências Sociais, **Revista Online de Mediações Universidade do Minho**, Portugal, 2019

CONVENTS, Guido. **Os Moçambicanos perante o Cinema e o Audiovisual**. Uma História Político-Cultural do Moçambique Colonial até à República de Moçambique (1896-2010). Edições Maputo, Dockanema e Afrika Film Festival, 2011

DE VASCONCELLOS, Maurício Teixeira Leite. (2006), Comentário: Eunice Pinho de Castro Silva, o despontar da pesquisa por amostragem na Saúde Pública Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, **Revista Saúde Pública** 40 (5), 2006, pp.769-71.

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva, Maria. **Sociologia Geral**. 7ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2008

OLIVEIRA, Bernardo. Jefferson. Cinema, e Imaginário Científico, **História, Ciência, Saúde, Manguinhos**, Belo Horizonte, V. 13, (Suplemento), Outubro, 2006, pp. 133-50.

OLIVEIRA. Luiz, Fernandes, e CANDAU, Vera, Maria, Ferrão, Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil, **Educação em Revista**, Belo Horizonte, V.26, n.01 abril. 2010, p, 15-40.

RAMOS, Patrícia. Karla. Bezerra. **A Importância da Participação da Família na Educação Infantil** (Trabalho de Licenciatura) Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SARANZ, Gustavo, Saranz. O Instituto Nacional de cinema e outras experiências audiovisuais em Moçambique no seu período pós-colonial. **Revista contemporânea de comunicação e cultura**. UFBA, Brasil. V.12 – n.01 – jan-abr, 2014 – pp. 147-164 | ISSN: 18099386.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para Ensino Médio na nova BNCC

Cleber Duarte Coelho¹

Este trabalho objetiva analisar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas à luz da nova Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), onde a disciplina de História (e também as disciplinas de Filosofia, Sociologia e Geografia) pode ser diluída num componente curricular de “humanidades”. A nova BNCC (promulgada em sua terceira e última versão no ano de 2018) apresenta quatro componentes curriculares (acrescentado ainda por formação técnica e profissional), indicando que muitas disciplinas deixarão de ser ofertadas enquanto saberes autônomos, passando a ser inseridas em determinados componentes curriculares. No caso da História, este componente é o das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde outros três campos do saber também se inserem: Filosofia, Geografia e Sociologia. Assim, um docente incumbido de ministrar este componente curricular Ciências Humanas e Sociais Aplicadas terá que ser, simultaneamente, professor de quatro disciplinas diluídas num único componente curricular. Objetivamos analisar as consequências dessas mudanças para o ensino de disciplinas como História e Filosofia, uma vez que a referida Base enfatiza, em suas

¹ Professor do Departamento de Metodologia de Ensino na UFSC. Doutor em Filosofia. cleberamasofia@gmail.com

diretrizes para o Ensino Médio, a importância dos estudantes terem boa capacidade de abstração e argumentação. Além disso, a BNCC convoca os estudantes a exercerem a dúvida sistemática, a elaboração de hipóteses e argumentos com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. No entanto, a diluição das disciplinas de Ciências Humanas num único componente curricular não as enfraquece enquanto campos autônomos (embora dialoguem entre si) do saber? É o que pretendemos aqui investigar.

Partiremos de um argumento inicial que nos esforçaremos para demonstrar ao longo de nossa escrita: diluir as disciplinas num único componente curricular de Ciências Humanas não é vantajoso para os professores, tampouco para os alunos. A manutenção da disciplina autônoma, seja ela a História, Filosofia, Geografia ou Sociologia, é de fundamental importância em função da perspectiva epistemológica peculiar a cada campo do saber. Entretanto, a nova Base não assegura essa permanência individual das disciplinas. Ao contrário: propõe diluí-las num único componente curricular de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e tentaremos aqui analisar quais os intentos da nova BNCC quando discorre sobre esta área de humanidades. Importante também contextualizar que, no Brasil, algumas disciplinas da área de Ciências Humanas costumemente sofreram com a exclusão curricular, ou diminuição de carga horária. As disciplinas de Filosofia e Sociologia, por exemplo, foram excluídas do Ensino Médio por décadas durante a ditadura militar (1964 – 1985), sendo necessária muita mobilização dos professores destas áreas para conseguirem a reinserção de suas disciplinas, na forma de saberes autônomos, dentro das escolas. Nem mesmo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB 9394/96), promulgada em 1996, assegurou este retorno. Somente em 2008, com *Lei* nº 11.684, Filosofia e Sociologia conseguiram retomar sua autonomia disciplinar no campo do Ensino Médio nas escolas brasileiras. Nesse sentido, torna-se importante lembrar que a luta pela manutenção e permanência das disciplinas enquanto saberes autônomos não se restringe ao momento atual. As disciplinas de Filosofia e Sociologia foram muitas vezes optativas ou complementares (podendo estar no

currículo ou não), e a disciplina de História teve sua carga horária restrita, por décadas em nosso país, para que outros saberes “morais e cívicos” fossem inseridos, atendendo aos interesses ideológicos dos governantes. A nova BNCC, criando o componente curricular Ciências Humanas e Sociais aplicadas, retira da Filosofia e da Sociologia o status de saberes autônomos disciplinares, reconquista perdida de modo demasiado célere. O mesmo critério é utilizado para as disciplinas de História e Geografia, que, como já mencionamos, se junta à Filosofia e Sociologia para formarem um único componente curricular de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Como podemos perceber, a luta pela existência e manutenção dos saberes autônomos das disciplinas na área de Ciências Humanas não é de agora. Encontramos em um documento do governo Federal, publicado em 2006 (**Orientações Curriculares para o Ensino Médio**), a seguinte afirmação a respeito do ensino de Filosofia nas escolas: “Tendo deixado de ser obrigatória em 1961 (Lei nº 4.024/61) e sendo em 1971 (Lei nº 5.692/71) excluída do currículo escolar oficial, criou-se um hiato em termos de seu amadurecimento como disciplina” (OCN’s, 2006, p. 16). Hiato este que reverbera até hoje nas escolas, uma vez que a disciplina de Filosofia retornou à grade curricular como saber autônomo em 2008, mas com a nova BNCC esta reconquista já se desfez. Ou seja, parece evidente que esse constante ir e vir causa instabilidade para a afirmação curricular de um determinado campo do saber, pois gera nos incautos a sensação de que há disciplinas menos importantes que outras, uma vez que estas disciplinas não se consolidam nas grades de forma estável. Além disso, podem ser disponibilizadas em caráter complementar, optativo, ou mesmo sequer serem ofertadas.

Ainda sobre o flagelo imposto à Filosofia nas décadas de 60 a 90 do século passado, não podemos deixar de citar aqui preciosa contribuição de Geraldo Balduino Horn sobre este momento histórico:

Na origem desse descarte estava a “cooperação” dos Estados Unidos com a educação brasileira, por meio dos acordos MEC-Usaid – Agência Norte-

Americana para o Desenvolvimento Internacional. O Brasil passou, então, a receber assistência técnica e cooperação financeira que resultaram nas Leis 5.540/68 (ensino universitário) e 5.692/71 (ensino de 1^o e 2^o Graus). Sob o signo do desenvolvimento, realizou-se a inclusão de disciplinas técnicas no currículo, o que exigiu a exclusão de outras, a exemplo da Filosofia. Destarte, a Lei n^o. 5.692/71- complementada mais tarde pela Lei n^o. 7.044/82- intermediou o despojamento de formação de massa crítica no país, também reduzindo a carga horária de outras disciplinas que instigam à reflexão, como a História. A Filosofia, na sua parte diversificada, “poderia” se fazer presente no currículo pleno da escola, mas continuava sendo concebida em todos os cursos de 2^o grau como disciplina optativa para complementar o currículo pleno. (HORN, 2009, p.30)

Essa breve contextualização nos aponta restrições evidentes às disciplinas de Ciências Humanas (ou mesmo sua inexistência) num passado histórico recente em nosso país. Se pensarmos no momento atual, onde estamos na iminência da nova BNCC ser implementada (a partir de 2022) em todo território brasileiro, compete-nos tentar analisar de que modo esses saberes diluídos num único componente curricular podem efetivamente continuar existindo:

A nova BNCC apresenta dez competências gerais para a Educação Básica, onde “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2018, p.08).

Cabe ressaltar que as dez competências gerais apontadas pela BNCC são fundamentais sob o ponto de vista pedagógico e apontam para questões bastante importantes para serem refletidas, inclusive, em tempos de pandemia, como o que estamos vivendo neste ano de 2021. Para exemplificar: entre as dez competências encontramos a exaltação da valorização científica, a investigação, reflexão e análise crítica, a criticidade e elaboração de hipóteses. Nos deparamos com o chamado para o reconhecimento da diversidade cultural, o respeito ao outro e aos direitos humanos. Agir “com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BNCC, 2018, p. 10). Assim, ao lermos as dez competências gerais da nova BNCC, fica

evidente que a referida Base convoca, entre outras coisas, à percepção, aceitação e afirmação de uma sociedade plural e diversa. Sendo assim, contrária a concepções totalitárias acerca de conceitos tais como “Deus” e “família”, por exemplo.

Além de dez competências gerais, a BNCC apresenta competências específicas para cada componente curricular. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para Ensino Médio nos deparamos com seis (6) competências a serem exploradas. Mas antes de analisarmos estas competências, consideramos fundamental mencionar que a BNCC se estabelece como um documento norteador, em nível federal, de aspectos gerais a serem contemplados em todo o Brasil, mas define que os currículos precisam ser pensados de acordo com as realidades locais (dentro dos próprios Estados e municípios):

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos (BNCC, 2018, p. 16).

Vale ressaltar que essa autonomia dos sistemas ou das redes de ensino mencionada pela BNCC delega aos Estados e municípios definirem suas propostas curriculares e, inclusive, manterem ou não em suas redes de ensino determinadas disciplinas enquanto saberes autônomos. Diante disso, tem sido grande a luta em diversos Estados e municípios do Brasil para que a disciplina de Filosofia e Sociologia não sejam excluídas da grade curricular (lembrando que Filosofia é também disciplina no Ensino fundamental em muitos municípios). Importante também esclarecer que parece bastante vantajoso delegar aos Estados e municípios constituírem seus currículos conforme a realidade local, pois vivemos num país continental. Isso permite,

por exemplo, que em Santa Catarina a nova Base curricular estadual, ao estabelecer categorias, objetos de conhecimento e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, direcione seus enfoques para questões essenciais à luz das realidades regionais. Para ilustrarmos como isso ocorre no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (caderno 2 – Formação Geral Básica), na categoria “identidade” encontramos várias habilidades mencionadas, entre elas: “Propor ações de reconhecimento da alteridade dos sujeitos históricos nos lugares de vivência” (BCSC CADERNO 2, 2020, p. 82). Esta habilidade é acompanhada do seguinte objeto de conhecimento: “identidades históricas, identidades caboclas e alteridade” (BCSC CADERNO 2, 2020, p. 82). Mencionamos esta passagem da nova Base catarinense para evidenciarmos a referência ao povo caboclo da região conhecida como Vale do Contestado (menção à Guerra do Contestado, existente entre 1912 – 1916). Os municípios desta região ao longo da história costumeiramente foram negligenciados pelo poder público, o que gerou nessas populações um sentimento de esquecimento estatal em relação ao povo caboclo do contestado. Atualmente, muitas ações afirmativas são tomadas para exercer o turismo nessa região, além do reconhecimento, exaltação e valorização da identidade cabocla. Assim, poder trabalhar nas escolas de todo o Estado a percepção e entendimento de que todas as culturas que compõem a formação do povo catarinense (indígenas, africanos, caboclos, açorianos, alemães, italianos, húngaros, letos, poloneses, etc.) são igualmente valiosas e devem ser respeitadas dentro de suas características, torna-se de fundamental importância.

Ainda mencionando a Base catarinense, na categoria “sociedade” encontramos uma habilidade de extrema importância para reconhecimento da pluralidade étnica existente em Santa Catarina (que também possui uma região chamada de “Vale Europeu”).:

Identificar o racismo estrutural nas sociedades, para com ele se sensibilizar, ressoando nas sociedades ao longo da história, considerando sua historicidade e suas territorialidades nas diversas escalas, considerando a realidade étnica no território catarinense, bem como as diversas manifestações de racismo, xe-

nofobia e preconceito que influem na reprodução de tais desigualdades (BCSC CADERNO 2, 2020, p.83 – 84).

Para apresentarmos um último exemplo referente à Base catarinense, Estado onde atuamos profissionalmente, na categoria “saúde” encontramos duas habilidades que, entendemos, estão relacionadas às outras habilidades anteriormente aqui mencionadas. Vejamos:

Compreender e abordar as relações de poder no contexto do Contestado, identificando os diferentes saberes, a alteridade e as subjetividades humanas. Reconhecer, no contexto do Contestado, as múltiplas lutas pela terra, pelo modo de vida, pelas práticas culturais e a linguagem cabocla (BCSC CADERNO 2, 2020, p. 100).

Esta habilidade é acompanhada do seguinte objeto de conhecimento: “Filosofia do Contestado e cosmovisões”. Esta expressão nos causou bastante espanto, porque a Guerra do Contestado (se pensarmos, por exemplo, na tradição dos monges e religiosidade cabocla) é costumeiramente estudada na Licenciatura em História. Estando inserida no componente curricular Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, nos perguntamos se um Licenciado em Filosofia (ou mesmo Sociologia e Geografia) estaria apto a trabalhar com esta habilidade junto a seus alunos. Nos referimos aqui ao problema apontado no início deste trabalho: a especificidade epistemológica peculiar a cada área distinta das Ciências Humanas. Embora a habilidade utilize o termo “Filosofia do Contestado”, sabemos que na imensa maioria das licenciaturas em Filosofia não há sequer menção à Guerra do Contestado. Compreender as nuances e aspectos relacionados à religiosidade, modo de vida, tradições e filosofias ligadas ao messianismo e relação da própria Igreja, Estado e elites locais com a Guerra, parece-nos objeto de estudo de uma entre as quatro licenciaturas elencadas no componente curricular Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A outra habilidade da categoria “saúde” que gostaríamos de mencionar é: “Reconhecer o protagonismo das mulheres rurais na

construção do espaço rural, na garantia dos direitos à terra, à água, à educação, à saúde, à assistência à social, à memória, à história, à identidade, à segurança, às subjetividades, entre outros” (BCSC CADERNO 2, 2020, p. 100). Esta habilidade apresenta como objeto de conhecimento as mulheres rurais. Novamente nos questionamos como cada uma das quatro áreas de investigação das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aborda essas questões ao longo da formação de seus licenciados. Quando nos deparamos com esse tipo de habilidade e objeto de conhecimento, as vemos como bastante distantes de um estudante da Licenciatura em Filosofia, por exemplo. Evidentemente, nossa intenção aqui não é comparar as áreas para coloca-las como superiores ou inferiores umas às outras. Sabemos que todas as áreas são igualmente importantes, no entanto, seus objetos epistemológicos são bastante distintos. Por exemplo: uma pesquisa de campo que objetive, entre outras coisas, determinar a porcentagem de mulheres do campo (mulheres rurais) que são vítimas de violência doméstica e os motivos que levam a esta violência, parece ser campo de trabalho (e de investigação, estudo, aprofundamento) pertencente à área da Sociologia. Nesse sentido, parece-nos que as categorias, habilidades e objetos de conhecimento encontrados na Base catarinense são tão múltiplos e variados, que qualquer docente de uma das quatro áreas pertencentes (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) a este componente curricular se verá com grande dificuldade para trabalhar determinadas categorias e habilidades que não são contempladas (ou talvez sequer mencionadas) de modo direto em sua formação.

Tomamos a Base catarinense como exemplo pelo fato de ser o Estado onde atuamos profissionalmente. Se pensarmos na multiplicidade cultural de um país com dimensões continentais como é o Brasil, vislumbramos a complexidade e variedade da construção dos currículos levando em consideração a realidade local dos vinte e seis Estados da federação, e também no distrito federal. Entretanto, é preciso lembrar que todos os currículos regionais possuem na BNCC um denominador comum norteador. Esta Base Nacional, vale lembrar, possui dez competências gerais. Cada componente curricular possui suas competências específicas. No componente curricular Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, a BNCC apresenta seis (6) competências. São elas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. 3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. 4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. 5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Estas seis competências apresentadas pela BNCC para nortear as construções dos currículos locais na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas convocam, como bem enfatiza em tantos momentos a própria Base, ao protagonismo juvenil das diversas juventudes. As diversas categorias de pensamento elencadas na área de Humanas (tais como tempo, espaço, território, fronteira, indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética, política e trabalho) podem ser analisadas de modo bastante distintos de acordo com o método investigativo (ou abordagem epistemológica) de cada uma das quatro disciplinas que compõem este componente curricular. Nesse sentido, defendemos que diluir as disciplinas num único componente curricular de “humanidades” não integra as disciplinas, porque sem disciplinaridade (entendido aqui como existência autônoma de cada

uma das disciplinas) não pode haver interdisciplinaridade. Além disso, como também procuramos evidenciar neste trabalho, um docente formado em qualquer uma dessas quatro áreas distintas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) não está habilitado a lecionar as demais, o que também constitui um problema. Vale lembrar também que a disciplina de Filosofia não pode ser circunscrita ao rol das Ciências Humanas, uma vez que também investiga e desenvolve conceitos na área de Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens. Deste modo, defendemos que circunscrever a Filosofia ao componente curricular Ciências Humanas e Sociais Aplicadas acaba sendo uma arbitrariedade, além de restringir, na origem, o lugar da Filosofia na própria estrutura da Base.

A leitura minuciosa da nova BNCC nos permite constatar que o referido documento possui aspectos bastante positivos, como por exemplo, a ênfase à percepção de que a sociedade é plural e diversa, que direitos humanos precisam ser valorizados. A nova BNCC estimula os jovens a formularem suas próprias hipóteses e argumentos, construam diálogos, exerçam a dúvida sistemática (atitude filosófica tão necessária ao método investigativo das ciências). Por outro lado (e nos esforçamos aqui para evidenciar essa tese inicial deste trabalho) um único conceito pode ser abordado de modo bastante diferenciado entre essas quatro disciplinas colocadas no “pacote” do componente curricular Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, alguns conceitos (ou categorias) elencados pouco são investigados em algumas dessas quatro áreas. Temos a impressão de que algumas categorias (por exemplo: Território e fronteira) são campo de estudos muito investigados em algumas áreas, mas, paralelamente, pouco estudados em outras áreas. Assim, a categoria “Ética” é objeto de estudo dentro da Filosofia, de modo que um licenciado em Filosofia passa pela graduação cursando diversas disciplinas de Ética, conhecendo as principais teorias éticas desenvolvidas ao longo da História da Filosofia, dos gregos até o século XXI. O mesmo não pode ser dito sobre as demais disciplinas colocadas no rol das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Parece-nos evidente que não há isonomia no aprofundamento das categorias

pelas distintas áreas. É o que constatamos na própria BNCC quando se refere à categoria “tempo” como objeto de estudo da História:

Na História, o tempo assume significados e importância variados. O fundamental é compreender que não existe uma única noção de tempo e que ele não é nem homogêneo nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados. Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado. (BNCC, 2018, p. 563)

A nova BNCC amplia e reforça a compreensão de que vivemos numa sociedade plural, múltipla, onde a diversidade e as inúmeras manifestações culturais, crenças, valores locais dos povos tradicionais precisam ser respeitados e conhecidos. Por outro lado, a Base se faz injusta com os docentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, pois exige deles habilidades investigativas pertencentes a posturas epistemológicas distintas de suas formações de origem. Na prática, quem assumir este componente curricular na condição docente terá que se esforçar para agir como se possuísse quatro licenciaturas, o que se torna injusto para todos os envolvidos no processo. É preciso ainda aguardar a nova Base se assentar nos Estados para que análises mais concretas sejam feitas, mas de antemão podemos inferir (e concluir) que a luta dos professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para que suas disciplinas continuem existindo enquanto saberes autônomos é inerente aos vinte e seis (26) Estados da federação e também no distrito Federal.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cespe.unb.br%2Fvestibular%2F1vest2010%2Fguiadovestibulando%2Fbook_volume_03_internet.pdf&ei=6e4pVLvsGKfCsATbwIKoDA&usg=AFQjCNE52W0IpeNsW-OEEFj-JsbYUTTUIZA&bvm=bv.76247554,d.cWc Acesso em 29 de novembro de 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Território Catarinense. Caderno 2 – Formação Geral Básica. 2020.** Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2068-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-2/file> Acesso em 29 de novembro de 2021.

HORN, G. B. **Ensinar Filosofia.** Pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: Unijuí, 2009.

A proposta educacional rompendo fronteiras: uma identidade histórica do luteranismo no sul do Brasil

Marcio Nilander Avila Barreto¹

Introdução

Este artigo apresenta como tema central a relação histórica que vincula a imigração alemã, o luteranismo e a interligação entre estes e as questões voltadas para o cenário educacional. Hoje é possível afirmar que esta aproximação remonta aos primeiros períodos relativos a chegada dos imigrantes alemães em solo brasileiro. E ao longo dos anos esta configuração se estabeleceu e se diversificou conforme as demandas de cada período histórico pelos quais foram sendo perpassados.

Atualmente, valendo-se dos aportes historiográficos que atuam no campo teórico e metodológico, determinadas observações podem ser realizadas de forma que estas contemplem as relações existentes entre distintos temas que de uma forma ou outra se interligam por conta dos estreitamentos que os unem em torno de um mesmo

¹ Aluno da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Doutorando do programa de pós graduação do PPGE/FaE/UFPEL. Linha 1: Filosofia e História da Educação. E-mail(intergi11@gmail.com).

assunto. No exemplo aqui em evidência, esta aproximação está voltada para a questão da imigração alemã e o cenário educacional.

Dentro do campo de estudos da história da educação, cada vez mais, observa-se uma ampliação no que se refere aos temas principais de estudos e pesquisas. Estas novas perspectivas podem fornecer subsídios que, por vezes, enriquecem um determinado debate acerca de algo que está sendo investigado. Deste modo, é importante observar que esta ação dos pesquisadores cada vez mais pode ser considerada como provocadora. Isso ocorre porque eles buscam contextualizar, ao apresentarem os resultados de suas investigações ao público leitor, não só o objeto estudado em sua totalidade exclusiva, mas sim todo o entorno por onde ele transita.

A prática historiográfica, conforme apontamento feito por Luca (2008), alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX com a terceira geração dos Annales. Respeitando a relevância das questões de ordem estrutural, eles não as negaram, mas, ainda assim, realizaram deslocamentos com vistas à observação de “novos objetos, problemas e abordagens”. Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar.

A partir da construção deste cenário possibilitou-se que, dentro de determinada análise, possam ser estabelecidas relações que tragam para o debate principal, questões que até então poderiam passar despercebidas aos pesquisadores e leitores. Descrito este cenário inicial, a discussão a seguir trata de apresentar, ainda que brevemente, cada um destes lados – imigração e educação - destacando um pouco mais suas relações históricas e suas respectivas trajetórias e especificidades singulares que, se bem observadas, podem ser aproximadas, ressaltadas e problematizadas.

A imigração e as três vertentes do luteranismo

Conforme foi apresentado anteriormente, a gênese desta discussão deve voltar-se diretamente para o contexto do início da imigração alemã na região sul brasileira. Sobre este fato, (Kreutz, 2011) afirma que, após a Proclamação da Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822, mais precisamente em 1824, é que se identifica a primeira corrente imigratória sistemática formada por alemães que se deslocaram então para o sul do Brasil.

E vários são os motivos para que este movimento tivesse início. (DREHER, 2010) destaca que era importante povoar esta área, pois neste local, ocorriam diversos conflitos com os países vizinhos. E quase todos giravam em torno das questões ligadas aos limites territoriais. De acordo com a então política de imigração, neste período, esta acabava sendo a principal razão para que se buscasse um denso povoamento desta região.

Sendo assim, é importante notar que um dos atrativos para alcançar êxito em tal empreendimento, se dava na ação de garantir que, em território brasileiro, cada família de imigrantes receberia uma pequena propriedade, próxima a uma vila na qual se organizava uma estrutura que favorecesse a vida comunitária: *escola, igreja, comércio, artesanato, cemitério e clube* (KREUTZ, 2014, p.152, grifos meus).

Aqui fica evidenciada a configuração da formatação de uma particularidade. A questão da religiosidade e seu vínculo com a educação, apresenta-se como uma amostra do que seria um cenário e o que representaria na vida social dos imigrantes a junção entre a escola e a igreja. Certamente estes eram requisitos considerados como essenciais para uma melhor ambientação destes novos habitantes recém chegados.

Sobre a religiosidade, dentre esses imigrantes que ao Brasil chegaram, ainda que, não em sua totalidade, é sabido que a questão do luteranismo havia sido trazida com alguns destes indivíduos, quando da viagem entre a Alemanha e o Brasil. Segundo (DREHER, 2010) na primeira leva que chegara a cidade de São Leopoldo-RS no ano de 1824, num total de 39 pessoas, 33 declararam ser evangélicos.

Por isso, quanto à vida religiosa, já em solo brasileiro, a imensa maioria dos protestantes que vieram e se estabeleceram nos primeiros quarenta anos raramente foram acompanhados por pastores formados em teologia ou ordenados para tal fim. Na prática, as igrejas territoriais de origem os ignoraram. (RIETH, 1998).

E justamente por conta da configuração deste formato que demonstra o cenário religioso da imigração alemã nos primeiros períodos, é que surgirá as três vertentes distintas de luteranismo que ainda hoje são encontradas nesta mesma região, assim como em território brasileiro: o luteranismo independente (que não estabeleceu vínculo com nenhuma instituição religiosa luterana), o Sínodo Riograndense atualmente conhecido como IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e o Sínodo de Missouri, atual IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

IELI – Igreja Evangélica Luterana Independente

Basicamente formada por imigrantes alemães vindos da Pomerânia, os chamados “pomeranos”, estiveram ligados diretamente a religião luterana que se organizou em forma de igrejas, escolas em território brasileiro. Certa parcela destas comunidades, que também são denominadas ou consideradas “livres”, passaram, parte delas, posteriormente, a integrar os sínodos ou associações no RS. Porém, ainda hoje é notada certa quantidade dessas comunidades “livres” que assim continuaram ao longo dos anos desde sua fundação. (OSWALD, 2014).

A vertente do luteranismo de caráter independente é também conhecida como CL (Comunidades Livres), caracterizada pelos movimentos de desvinculação dos sínodos. As comunidades-livres (*Freigemeinden*) são núcleos eclesiais - comunidades ou congregações - que se mantiveram independentes, ou seja, que não se filiaram aos sínodos - organizações para reunir e unir as comunidades (TEICHMANN, 1996). No início do processo de imigração, por terem sido desamparados pelo governo brasileiro e alemão, os imigrantes se organizaram de maneira independente formando suas igrejas e núcleos escolares vinculados a esse formato.

Desdeo início do movimento migratório alguns anos se passaram e maior era o número de alemães que ao sul do Brasil chegavam. Mas no campo da religiosidade este período ainda era caracterizado pelo “independentismo religioso” que regravava as então “colônias” ocupadas pelos imigrantes alemães. Nestas localidades, dentre os habitantes, eram selecionados os “pastores-colonos” ou “pseudo-pastores” que assumiam as tarefas litúrgicas religiosas. Esta configuração que contemplava as pequenas comunidades/pastores-colonos/igreja começaria a sofrer alterações a partir da década de 1860. Neste período começaram a chegar, ordenados na própria Alemanha, pastores formados em faculdades de teologia ou casas de missão. Um traço marcante pelo qual eles ficaram reconhecidos se deu pela forma taxativa na qual referiam-se aos pastores-colonos como “pseudo-pastores” (RIETH, 1998).

Conforme aponta (TESSMANN, 2013), gradativamente foram desaparecendo estes pastores e ingressando em seu lugar os pastores oriundos das casas de missão, da Igreja Evangélica da Prússia e da Federação Martim Lutero da Baviera. Os pastores das casas de missão – Sociedade Missionária de Basileia (Suíça) e da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (Alemanha). Esta tentativa teria por principais motivações, justamente, “enfrentar o independentismo das comunidades, combater os populares pastores-livres, bem como criar instâncias representativas dos protestantes frente a um Estado oficialmente católico até a Proclamação da República em 1889 e extra-oficialmente católico depois desta (DREHER, 2014).

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Seguindoeste período histórico, é importante destacar que a IECLB, surgiria por conta deste movimento que tinha por intenção principal formar um sínodo que representasse os protestantes luteranos. É com a efetiva participação de Wilhelm Rotermund², que

² Nascido em Stemmen -Alemanha- em 25 de novembro de 1843 e falecido em São Leopoldo em 5 de abril de 1925. Foi um pastor luterano, professor e jornalista teuto-brasileiro. Ajudou a fundar o Sínodo Rio-Grandense, em 1886, bem como fomentou na região a imprensa,

começou a atuar no sentido de convencer as lideranças comunitárias, entre elas professores e pastores, da necessidade da criação de tal órgão representativo. Após conseguir efetivamente o apoio pretendido, nos dias 19 e 20 de maio de 1886, ocorre em São Leopoldo-RS, a fundação do Sínodo Riograndense³.

Desta forma, nas décadas iniciais do século XX, o que existia era o Sínodo Riograndense (ainda ligado à Alemanha). Já no ano de 1949 foi consolidada a integração entre os, agora, mais novos três sínodos existentes: o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados; Sínodo Evangélico de Santa Catarina e, por fim, o Sínodo Evangélico do Brasil Central. Juntos, fundaram a Federação Sinodal, que, no ano de 1968, passaria a se chamar, então, IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (TESSMANN, 2013).

IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil

O Sínodo de Missouri, atual IELB, chega em território brasileiro em 1900 por intermédio de missionários norte-americanos, oficializando-se como igreja no Brasil em 1904 (WARTH, 1979). Porém o início da missão, conforme (WEIDUSCHADT, 2012) foi conflituoso e repleto de tensões entre as expectativas doutrinárias do sínodo e a realidade brasileira apresentada.

Segundo a autora,

Nas reportagens do periódico *Der Lutheraner*, aparecem possibilidades de a missão estabelecer-se com vantagens e desvantagens na avaliação da Comissão de Missão. Era praxe os missionários realizarem uma sondagem na realidade em que eles pretendiam instalar-se. Era comum realizar trabalhos de missão em diferentes lugares e apresentar projetos missionários para difundir a instituição. (WEIDUSCHADT, 2012, p. 38)

gráfica e edição de livros didáticos e religiosos. Maiores informações ver: Dreher, 2014.

3 Maiores informações em Ana Carolina Walzburger: Sínodo Riograndense completa 130 anos de fundação. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/noticias/historia/sinodoriograndense-completa-130-anos-de-fundacao>>. Acesso em: 20set. 2021.

Conforme (WARTH, 1979, p.36) vindo dos Estados Unidos, chegado Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Novo Hamburgo-RS, no dia 30 de março de 1900, o pastor luterano C. J. Broders, enviado pelo Sínodo de Missouri. Ao deslocar-se para região de Pelotas, especificamente na Colônia São Pedro, Broders conversa com um morador, o Sr. August Gowert, que aceita os préstimos do pastor. Em 1º de julho de 1900 é fundada a primeira comunidade do Sínodo de Missouri na América (WEIDUSCHADT, 2012). Logo depois, o pastor Broders começa a propaganda pelas colônias da região meridional do Rio Grande do Sul, no interior de Pelotas e São Lourenço do Sul, onde grande parte é de descendência pomerana. (WEIDUSCHADT, 2012, p.39).

Logo o Sínodo de Missouri percebeu na região Sul, um campo propício à evangelização, já que não havia aqui um sínodo consolidado. Desta maneira, ao se estabelecer aqui, direcionou suas atividades, sobretudo à valorização da escola e do ensino, oferecendo professores com formação e material didático trazidos, num primeiro momento, dos Estados Unidos, onde ficava a sede e a editora do sínodo. (ALBRECHT, 2019, p.63).

Desta forma, a partir do acolhimento de uma comunidade que aceitou os préstimos de cunho religioso nos moldes apresentados pelo Sínodo de Missouri, nota-se que este tornou-se um fator determinante para o desenvolvimento desta instituição religiosa no Brasil.

Esta é a configuração de origem das três vertentes do luteranismo que foram sendo formadas em território brasileiro, mais especificamente na região sul. Este cenário apresentado busca retratar, ainda que de forma superficial, a questão da imigração alemã para o Brasil. Dele surge a identificação que este grupo possuía frente a sua vinculação ao campo educacional que se formaria no Rio Grande do Sul nos anos seguintes a chegada dos primeiros imigrantes alemães.

O luteranismo e a educação

Uma marca presente na origem do luteranismo no Brasil, quer seja ele pertencente a qualquer uma das três vertentes dá conta de sua estreita relação entre religião e escola. Este fenômeno ocorre em todos

os segmentos religiosos onde a imigração alemã se fez presente. Este é um traço que encontra-se imbricado no histórico destes indivíduos e deste campo religioso em específico.

No que se refere as comunidades livres ou independentes (IELI), segundo Oswald (2014), geralmente eram formadas por pomeranos ligados diretamente a religião luterana que se organizaram em forma de igrejas e escolas. As comunidades consideradas “livres” também possuem a característica marcante do luteranismo, no que se refere a condição de promover ações visando o desenvolvimento educacional.

Já na perspectiva histórica do Sínodo Riograndense (IECLB), conforme aponta Streck (2000), a relação entre esta instituição religiosa e as escolas, segundo a autora, remonta as primeiras famílias que fundaram escolas comunitárias ao lado do seu templo ou até no mesmo prédio. Criaram os sínodos, que organizaram a vida comunitária e escolar dos imigrantes e seus descendentes. Mais tarde, as escolas confessionais criadas pela IECLB surgiram por conta de dois fatores preponderantes: o panorama político do país; a realidade educacional brasileira.

Normalmente o que acontecia era isso mesmo: organizava-se a escola primeiro; a igreja vinha depois. Todos os imigrantes eram alfabetizados e não queriam ver seus filhos crescerem analfabetos. Assim, a construção e a instalação da escola era a primeira tarefa comunitária. (Prof. Friedhold Altmann) (STRECK, 2000, p. 12).

Para o Sínodo de Missouri (IELB) o campo educacional brasileiro logo foi percebido pelos missionários como um meio de propagar seus ideais confessionais. Segundo Rehfeldt (2003) o investimento na educação garantiria o sucesso da missão.

O binômio igreja e escola, sempre foi o campo de atuação do Sínodo de Missouri desde sua fundação e no Brasil não foi diferente (WEIDUSCHADT, 2012). Seu projeto consistia em difundir a doutrina luterana, baseada em princípios doutrinários e ortodoxos. Logo a sua preocupação em influenciar a educação secular e religiosa. Afinal era através de uma escolarização doutrinária fortemente

institucionalizada que o Sínodo propagava seus ideais confessionais e arregimentava seus fiéis (ALBRECHT, 2019).

O Sínodo de Missouri, tão logo se estabeleceu no Brasil, passou a investir em escolas, professores, materiais didáticos, paradidáticos, entre outras literaturas, possibilitando a aproximação entre a igreja e a escolarização. Assim a educação ocupou um lugar central na adesão dos fiéis (WEIDUSCHADT, 2007).

Sobre o histórico educacional da imigração, pode-se afirmar que:

Apesar de ainda existirem lacunas sobre o funcionamento das instituições escolares nos primeiros anos de colonização alemã no Brasil, muitos dos estudos elencados ao longo dos textos afirmam a vinculação do luteranismo ao contexto escolar do Rio Grande do Sul. (ALBRECHT, 2019, p.62)

A atuação dos sínodos no campo educacional, por vezes, também se deu de forma distinta em áreas específicas deste ambiente, como por exemplo, na confecção de cartilhas e livros didáticos para uso nas escolas pomeranas luteranas no sul do Rio Grande do Sul.

Conforme (WEIDUSCHADT, TAMBARA, 2016) analisaram tais impressos no recorte histórico compreendido (1900-1940), o Sínodo de Missouri procurou, pelas cartilhas, o incremento e fortalecimento da doutrina luterana e pouco envolvimento com questões de cunho ideológico.

Enquanto isso, o Sínodo Riograndense apostou no uso das suas cartilhas em escolas étnicas fora do seu viés doutrinário, como, por exemplo, nas escolas católicas e nas independentes, a fim de fortalecer o movimento germanista e a formação geral.

Como resultado, apesar de afirmar que as ações de ambos seja muito próximas, os pesquisadores destacaram que o processo de análise do material didático foi importante para confirmar e revelar o projeto educacional diferenciado das referidas instituições analisadas.

Quanto ao campo educacional este pode ser considerado um importante indicador no sentido de demonstrar que existem aproximações entre os sínodos evangélicos, assim como distanciamentos. Pesquisas mais aprofundadas neste

tema podem evidenciar tais contrastes de forma que as intenções de cada uma das instituições religiosas possam ser observadas ao longo de seus históricos.

A atual configuração educacional: luteranismo e escola

O legado do luteranismo no que se refere as iniciativas que fomentaram a disponibilização da educação aos imigrantes e seus filhos que fizeram parte das primeiras comunidades alemãs no Brasil é algo que pode ser comprovado historicamente. Com o surgimento de escolas sejam elas confessionais, paroquiais ou sinodais, eles criaram uma relação que perdura até os dias de hoje.

Desde o início, o Sínodo de Missouri já tinha observado:

Se quisermos ter sucesso na missão, precisamos, com certeza valorizar a escola paroquial [...] eles gostam muito da escola, mas os cultos são pouco procurados [...] a escola deve ocupar o primeiro plano nas nossas congregações. É especialmente por causa das escolas que se formam as congregações (REHFELDT, 2003, p. 51).

Sendo assim, esta percepção parece ter sido observada pelo luteranismo em geral. Conforme pode ser observado atualmente, nota-se através de pesquisas acadêmicas desenvolvidas na área da história da educação, que esta iniciativa não se restringiu apenas ao Sínodo de Missouri. Ela acabou sendo reforçada desde então por estas instituições religiosas que no sul do Brasil se estabeleceram.

Por exemplo, a IECLB, atualmente possui vínculo diretamente com escolas sinodais de ensino fundamental e ensino médio. Também atua no ensino superior através de universidades que disponibilizam diversos cursos nas mais variadas áreas.

Estas escolas e universidades formam a Rede Sinodal de Educação. Ele é o órgão responsável pelo setor educacional escolar e universitário, prestando serviço às escolas vinculadas com Comunidades ou Paróquias Evangélicas. Ela é integrada por todas as 51 escolas filiadas e sua Assembleia Geral é o foro máximo de deliberação (PORTAL LUTERANOS, 2021).

Enquanto isso, a IELB, seguindo um formato bem próximo a este, possui igualmente vínculo educacional com escolas, quer sejam de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, nas mais variadas localidades em território brasileiro. Juntas elas formam a Rede Luterana de Educação. Neste âmbito são coordenadas pela (ANEL) Associação Nacional de Escolas Luteranas (IELB, 2021).

Considerações finais

Neste artigo procurou-se expor, ainda que de forma abrangente e não detalhada, o histórico da estreita relação entre os imigrantes alemães, a questão da religiosidade e sua vinculação aos temas voltados aos propósitos educacionais que tais indivíduos apresentaram ao longo de sua trajetória em território brasileiro.

Pode ser considerada como importante a suas contribuições frente ao cenário educacional que foi estabelecido a partir de suas próprias iniciativas. Os movimentos realizados em busca de alcançar os objetivos que uniam os fiéis luteranos em torno da imbricada relação igreja/escola também é uma marca que pode ser observada até os dias de hoje.

Em suma, vincular o luteranismo ao campo educacional parece ser considerada uma importante afirmação que procura observar, repetindo o contexto histórico da imigração alemã no Brasil, como uma relevante marca desta vertente religiosa que se estabeleceu neste país desde a primeira metade do século XIX.

Referências

ALBRECHT, Elias Kruger: **Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sinodos Luteranos no Rio Grande do Sul: usos e memórias (1923-1945)**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

DREHER, Martin Norberto. **Wilhelm Rotermund: Seu Tempo – Suas Obras**. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2010. 184 p.

IELB. **Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Disponível em: <https://www.ielb.org.br/organizacao/sobre/anel&r=1&r=1>. Acesso em: 20 set. 2021

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. In: LUCHESE, Terciane Ângela, KREUTZ, Lúcio (orgs.). **Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. II : século XIX. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) PPGH Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Pelotas, 2014.

PORTAL LUTERANOS. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/rede-sinodal-de-educacao-2>. Acesso em: 09 nov. 2021

RIETH, Ricardo Willy. Dois modelos de igreja luterana: IECLB e IELB. In: DREHER, Martin N. (org). **Populações Rio-grandenses e modelos de igreja**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1998.

REHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

STRECK, Gisela Isolde Waechter. Panorama histórico das escolas comunitárias do Sínodo Rio-Grandense/IECLB e da Rede Sinodal de Educação. **Revista Educação do Cogeime** – Ano 25 – n. 48 – janeiro/junho 2016.

TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja: As comunidades - Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, Instituto Ecumênico de Pós Graduação, Dissertação (Mestrado em Teologia), São Leopoldo, 1996.

TESMANN, Mario Francisco Tessmann. **Caderno de Teologia/Fatev**. Breve história da IECLB. 2013.

WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900- 1974)**. Porto Alegre, Concórdia S. A ., 1979.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)**. 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia, TAMBARA, Elomar Callegaro. **Cartilhas e livros didáticos nas escolas pomeranas luteranas no sul do Rio Grande do Sul (1900-1940)**. Revista História da educação (Online).v.20, n.50.Set./dez.2016. p.275-296. Porto Alegre, 2016.

A revista “O Jovem Luterano” e a educação da juventude luterana

Elias Kruger Albrecht¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o programa educacional luterano para jovens desenvolvido por meio da revista O Jovem Luterano, sob a coordenação da *WaltherLiga Brasilians*², órgão oficial que congregava a juventude do Sínodo de Missouri (atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil). Com circulação nacional, a revista foi por muito tempo o principal espaço de socialização dos propósitos educacionais, sociais e religiosos da instituição religiosa em questão para com os seus jovens.

Como um veículo de comunicação, vinculado à imprensa religiosa, a revista “O Jovem Luterano” circulou ininterruptamente de 1929 até 1973, com edições mensais, sendo os primeiros dez anos em língua alemã com o nome de *Der Waltherliga-bote*. Após esse

1 Doutorando em Educação, com ênfase em História da Educação pelo programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). e-mail: eliask.albrecht@gmail.com.

2 Waltherliga Brasilians foi o nome dado a primeira organização de grupos de jovens luteranos da América Latina em maio de 1925. O nome era uma homenagem ao primeiro presidente do Sínodo de Missouri Carl Ferdinand Wilhelm Walther. Somente em 1950 o nome foi alterado para “juventude luterana” e em 1960 para ter uma maior identificação com a IELB alterou novamente o seu nome para “Juventude Evangélica Luterana do Brasil – JELB”. Para saber mais sobre ver: Warth, (1979) e Cruz, (2003).

período devido à nacionalização do ensino e proibição da circulação da literatura estrangeira a revista passou a ser redigida em língua portuguesa sob o título “O Jovem Luterano”.

A instituição luterana, provedora da revista, segundo estudos de Weiduschadt (2007; 2012), Albrecht (2019) e Romig (2021) mantinha um sistema escolar de ensino e aprendizagem que se entrelaçava com a religiosidade. Nesse contexto, o Sínodo de Missouri destacava-se pela produção de material didático e paradidático³ com o objetivo de promover atividades educacionais e doutrinárias complementares e adaptadas para idades específicas (WEIDUSCHADT, 2012). Com isso, entende-se que a revista se tratava de um veículo de formação continuada de jovens após passarem pelo rito da confirmação⁴.

A pesquisa encontra respaldo teórico-metodológico em Chartier (1990) e Bastos (2002) que observam a importância da imprensa em estudos histórico-educacionais. E tem em Bacellar (2008) e Tânia de Luca (2008), o suporte necessário para entender o contexto de produção e circulação do impresso juvenil, bem como interpretar o seu conteúdo dentro das relações sociais estabelecidas. Entende-se que esse periódico, enquanto meio de comunicação e difusão doutrinária, serviu como uma importante ferramenta educativa, destinado a influenciar a formação do pensamento sociocultural de jovens e adolescentes.

Alguns apontamentos sobre a educação da juventude luterana

A revista “O Jovem Luterano”, é aqui percebida como uma ferramenta de educação continuada de jovens após a sua confirmação,

3 Instrumentos produzidos para fins de ensino, porém sem as características funcionais de composição do manual didático. Para saber mais sobre ver: Munakata (1997).

4 Confirmação é um ritual praticado pelos luteranos equivalente à crisma católica, em que o jovem, após passar por um período preparatório que enfatiza a educação dos principais temas inerentes à fé cristã segundo a perspectiva luterana, é submetido a um exame de aptidão para fazer a primeira comunhão e prestar votos de fidelidade à religião. Esse ritual é praticado entre 12 e 14 anos, aproximadamente. Para saber mais sobre, ver Romig (2021).

pois segundo Warth (1979), a instrução do jovem luterano não terminava na confirmação.

Os adolescentes confirmados não devem pensar que agora sabem tudo o que um cristão precisa saber. Também os pais não devem nutrir a opinião de que seus filhos confirmados agora sabem se comportar, como cristãos, dando-lhe plena liberdade de ação. A responsabilidade dos pais na esfera espiritual continua sempre. (WARTH, 1979, p. 200).

Para minimizar a ausência dos jovens nos atos religiosos, após a confirmação a própria Igreja Luterana traçava estratégias para manter e reaproximar este adolescente da instituição eclesial, dos cultos e demais atividades religiosas. Entre estas estratégias estavam a revista “O Jovem Luterano” e os grupos juvenis⁵ onde o periódico aqui abordado era também estudado. A esse respeito Reimnitz (1947, p. 15), observa,

A Igreja luterana, porém, não se contenta com a confirmação dos seus jovens membros, para depois os entregar a seus caminhos sem se importar mais com eles. A igreja mãe ainda tem a Liga Walther, “WaltherLeague” cuja tarefa suprema é orientar os jovens da igreja e levar avante o seu conhecimento Cristão.

Segundo Warth, (1979), entre outras finalidades a *Waltherliga Brasilians*, teve por objetivo, contribuir para a conservação dos jovens no seio da igreja, bem como, promover a socialização entre as uniões juvenis e ganhar novos jovens para a igreja. Enquanto organização grupal cabia a ela promover publicações no sentido de promover os interesses da igreja e também preparar material para a instrução e o entretenimento das uniões juvenis.

Com relação à educação da Juventude Luterana, a revista “O Jovem Luterano” observa que, “o programa de educação cristão da *Waltherliga* complementa o da escola paroquial, continua a edificação

5 Também chamado de “departamento de jovens”, são encontros geralmente semanais onde os jovens após serem confirmados se reúnem na igreja para momentos de estudo, reflexão e comunhão. Estas atividades são geralmente mediadas pelo pastor ou por algum líder jovem. Além desses, são também promovidas pelo sínodo encontros distritais, regionais e nacionais direcionados ao jovem luterano.

da fé dos jovens e ensina a servir a nossa amada igreja”. (abr/maio 1941, p. 58). Ressalta ainda que “a Liga oferece um programa digno, definitivo, unificado e adequado. [...] as matérias de caráter educacional, recreativo e administrativo são dignas de confiança” (O JOVEM LUTERANO, nov./dez, 1941, p. 184). Enquanto órgão oficial da Juventude Luterana a revista teve uma participação relevante na promoção do ensino e na doutrinação dos jovens leitores do periódico.

Ao analisar o programa educacional luterano para jovens desenvolvido por meio da revista “O Jovem Luterano”, observa-se que a necessidade de influenciar a juventude luterana aparece no momento da criação do periódico, que nasceu de um acordo firmado entre o Sínodo Missouri que detinha especial atenção à educação religiosa e moral e a *Waltherliga* como era chamado o agrupamento dos jovens ligados à referida instituição religiosa, cujo objetivo era “oferecer instrução e entretenimento a todos os jovens” (WALTHERLIGA BRASILIANS, ago. 1928, p.1). A motivação era auxiliar os jovens a manter o juramento de fidelidade a Deus feito no momento de sua confirmação e contribuir para que fossem preservados dentro dos muros da igreja através de atividades recreativas e divertimentos que não ofendessem a religião e dignificassem o jovem perante Deus e a sociedade. Weiduschadt (2007) observa que o Sínodo de Missouri sempre trabalhou para que os seus fiéis fossem educados e admoestados na fé e doutrina verdadeira e também, possuir modos de conduta desejáveis que coincidissem com os preceitos da instituição.

Segundo Weiduschadt (2007),

O Sínodo de Missouri procurou no seu projeto educacional e religioso formar uma identidade alinhada aos princípios hierárquicos de uma igreja que deveria estar preocupada em formar, através da educação, alunos e fiéis nos conhecimentos ortodoxos da religião luterana e promover uma conduta moral aceitável na vida pessoal (WEIDUSCHADT, 2007, p. 235).

Para a autora o projeto educacional do Sínodo de Missouri visava uma instrução que os diferenciasse, tanto na questão comportamental, quanto nos aspectos confessionais. Tão logo, entre as finalidades da

Waltherliga estava educar e instruir os futuros membros da igreja. Assim ressaltam que,

A Liga oferece material para uma instrução sistemática dos jovens depois da confirmação. Complementa de certo modo o ensino religioso dominical. [...], O seu programa constitui a ponte maior entre a instrução na escola e a dos adultos. A liga conserva o equilíbrio entre o 'saber' e o 'fazer' cristão (O JOVEM LUTERANO, nov/dez. 1940. p. 184)

Era pretensão da igreja promover programas para instruir a juventude nos princípios da instituição e preservar os jovens das “armadilhas mundanas” (WALTHERLIGA-BOTE, abr. 1929). Por conseguinte, cabia a *Waltherliga*, enquanto provedora da revista, “ajudar a educar a juventude na doutrina e na aplicação dos princípios cristãos [...] procurando dar bons conselhos e fornecer materiais para a instrução dos jovens. (O JOVEM LUTERANO, jul. 1940, p. 113)”. Segundo a revista “a *Waltherliga* não apresenta somente o plano, os materiais e os métodos para trabalhar entre os jovens, mas também dava as diretrizes de como os jovens podem servir a congregação (O JOVEM LUTERANO, jul. 1940, p. 113)”. Assim, observa-se que ela “não deixa de reconhecer a necessidade duma mocidade luterana fiel, instruída, inteligente, fundada e arraigada na palavra de Deus, membros futuros que conhecem a sua responsabilidade, tanto quanto os seus privilégios” (O JOVEM LUTERANO, nov/dez, p. 142).

Conforme a revista, quanto mais instruídos e aparelhados os jovens estivessem, tanto melhor para a igreja do futuro. Desta maneira entendiam que as lições publicadas mensalmente no periódico “O Jovem Luterano”, iriam “contribuir muito para ampliar o saber dos jovens. Uma sabedoria útil, da qual tiramos proveito frequentemente para o nosso bem espiritual e na convivência com o nosso próximo.” (O JOVEM LUTERANO, jul. 1940, p. 100). Logo a revista pode ser vista como um espaço educativo, em caráter complementar, integrativo ou paliativo, com potencial de “promoção da educabilidade humana em face de demandas que marcam os contextos de inserção do sujeito nas dinâmicas sociais” (SEVERO, 2015, p. 566). Ou seja, uma educação voltada aos interesses da comunidade de inserção, servindo como

sustentáculo para a difusão de um ideário de jovem cristão, trazendo as recomendações para vivência de moças e rapazes e seu papel na sociedade. Além de contribuir para que a juventude permanecesse fiel à igreja, mediante atividades reflexivas, engajamento e aprofundamento cristão, e divertimento tutorado pela instituição religiosa, além de integrar os jovens na vida da comunidade.

Pensada para uma formação humana, religiosa e social, a revista “oferece esboços para as discussões nas reuniões juvenis, notícias e atividades nos mais diversos campos, leitura recreativa e comunicação social”. (O JOVEM LUTERANO, mar. 1943, p.36). Conforme o exemplar de setembro de 1940, a sociedade juvenil possuía funções educativas individuais e coletivas. As reuniões da juventude são percebidas pela revista como curso secundário⁶ para a aquisição de conhecimentos para os jovens.

La os jovens aprendem o que é cooperação; auxílio mutuo, trabalho com e para o próximo. Um ensina o outro: há perguntas e respostas, há discursos e debates ninguém fica inativo todos contribuem todos aproveitam. O jovem tem a oportunidades de desenvolver seus talentos musicais, arte culinárias e manuais, além de enriquecer os seus conhecimentos em literatura, geografia, história, agricultura, engenharia, e outras matérias sem cursar uma escola secundária e ou superior. (O JOVEM LUTERANO, mar. 1943, p. 37- 38).

A União Juvenil era percebida dentro desse programa educacional luterano para jovens, como um encontro para estudo, portanto um meio para instruir a juventude nas atividades proposta e desenvolvidas na e pela revista, bem como um espaço de incentivo, orientação e socialização de atividades recreativas, esportivas e culturais, tidas como propícios a jovens cristãos luteranos.

Conforme a revista de junho de 1945, o grupo juvenil era visto como um importante espaço educativo e de socialização de jovens luteranos. Para tanto a *Waltherliga* investiu na criação de um comitê

6 Esse ensino secundário equivaleria ao ensino médio de hoje. Seria um aprofundamento dos conhecimentos básicos aprendidos na escola, uma vez que a maioria dos jovens que viviam nas colônias onde a instituição luterana tinha maior inserção não possuíam mais do que o ensino primário.

para orientar por intermédio da revista “O Jovem Luterano” a fundação de uniões juvenis em todas as comunidades ligadas ao Sínodo. Ao mesmo tempo observa-se que a revista cada vez mais busca se colocar como “órgão de instrução, informação, orientação e estímulo”. O editorial ainda reforça que buscam trabalhar na promoção de “um curso de estudo dos métodos, as possibilidades e os materiais a serem usados em uma união juvenil” (O JOVEM LUTERANO, jun. 1945, p. 85). E complementam que,

está sendo preparado um programa educacional, cultural e recreativo, fazendo sugestões para discursos instrutivos, por exemplo, sobre certos pontos na literatura, na música, na história do mundo, do Brasil, da igreja, noções e cousas interessantes acerca de botânica, zoologia, astronomia, mineralogia, etc., tudo apresentado e avaliado à luz da palavra de Deus. (O JOVEM LUTERANO, jun. 1945, p. 86).

O programa educacional do Sínodo de Missouri tinha por finalidade educar seus membros para que tivessem uma maior escolarização e acesso cultural, para isso os jovens precisavam ser instruídos nas bases bíblicas que fundamentam a instituição provedora do impresso. Nesse sentido podemos observar em Certeau (2011, p. 40) que “é impossível eliminar do trabalho historiográfico as ideologias que nele habitam”.

Outro fator relevante era a presença do professor ou do pastor nas reuniões de jovens e nas atividades recreativas. A participação deste não deveria ser a de um “guarda civil”, mas como um amigo orientador no sentido de cooperar para o crescimento social e espiritual da juventude, e assim evitar que os mesmos caiam nas armadilhas que o mundo oferece. (O JOVEM LUTERANO, Jul. 1945). Isso ressalta a preocupação do Sínodo em orientar a vida social e religiosa dos jovens e adolescentes.

A revista contava com um departamento teatral e musical, dedicado a produzir material de cunho cultural e também na promoção, organização e incentivo de eventos que posteriormente era repercutido no próprio periódico. No exemplar de jan./fev. de 1951, há uma comunicação de que o departamento cultural está

trabalhando na confecção de material recreativo, teatral, musical e educativo e que o envio dessas produções podem ser solicitadas pelas uniões juvenis, através do Conselho Geral.

Já em fevereiro de 1962, o editorial informa que o departamento cultural já está disponibilizando o material de palestras a serem apresentadas pelos pastores nas uniões juvenis, bem como os estudos e as atividades para auxiliar as lideranças juvenis a conduzir as reuniões da juventude. Lembram ainda que “já está disponível o devocionário juvenil organizado a pedido dos jovens que vem acompanhado por um programa litúrgico” (O JOVEM LUTERANO, fev. 1962, p. 2), que poderia ser utilizado como suporte devocional na ausência do pastor ou do professor na reunião. No mesmo exemplar é salientado ainda que o manual de líderes já foi atualizado e disponibilizado para as juventudes e que está sendo programada a realização de cursos regionais para a formação de novas lideranças.

A formação de lideranças era uma constante, mobilizada, por exemplo, no exemplar de jun./ jul. de 1953 que aborda a “educação de guias da juventude”, promovida pela comissão de educação da juventude.

Foram realizadas conferências de duas semanas com a finalidade de apresentar aos guias responsáveis nos diversos distritos do Sínodo, pastores, professores, leigos, servas e jovens, o programa e a maneira de interessar os jovens, conseguir sua colaboração e como leva-los a permanecer fiéis a igreja. (O JOVEM LUTERANO, jun./jul. 1953, p. 70).

Denotam-se assim algumas das estratégias educativas e formativas pensadas e utilizadas pela instituição luterana provedora do impresso com o objetivo de influenciar a formação da juventude luterana. Certeau (2011) nós auxilia a pensar esse empreendimento editorial como uma estratégia para consolidar determinados interesses e objetivos que são exigidos, tanto da instituição, como dos integrantes da comunidade, numa perspectiva de construir uma linha de pensamento uniforme e alinhado com a proposta do Sínodo.

Ao buscar essa uniformização incentivava-se a criação e manutenção de um departamento esportivo. Tal departamento

tinha por finalidade orientar e incentivar o desenvolvimento de programas recreativos e esportivos, como voleibol, futebol, jogos de tabuleiros, entre outras atividades desportivas, que foram divulgados e debatidos nas páginas da revista, bem como a socialização dos eventos esportivos. Ao mesmo tempo oferecia-se orientações sobre os benefícios da prática esportiva, com base nas recomendações da SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária,

A educação não deve desenvolver apenas o físico, tornando o homem apenas um animal forte. Deve ser antes a “educação pelo físico”, destinado a melhorar moral e socialmente o cidadão. A prática de educação física e desportiva feita sem essa finalidade superior desenvolve nos indivíduos o instinto de agressividade. Nos jogos desportivos o corpo e o espírito devem ajudar-se mutuamente em benefício da saúde física e mental do cidadão. (O JOVEM LUTERANO, set./out. 1958, p. 10).

Esses princípios da esportivização estavam dentro da ideologia higienista (STEPHANOU, 2006) em que era preciso fomentar a prática de esportes, atrelado aos discursos da melhora das qualidades morais e sociais do sujeito. Paralelo a isso existia orientação sobre os divertimentos mundanos, com recomendações para a vivência de moças e rapazes. São apresentadas dicas de comportamento e de lugares propícios para serem frequentados pelos jovens luteranos, ressaltando espaços que devem ser evitados para que a imagem do jovem não seja desacreditada perante a sociedade e o nome de Deus seja honrado.

O programa educacional dos jovens luteranos estava, também, voltado ao campo literário que era promovido através do caderno de cultura dedicado a orientar a aquisição de obras literárias religiosas e seculares, trazendo na íntegra alguns resumos desses materiais bem como orientações para a leitura. Além disso, incentivava-se e intermediava-se a criação de bibliotecas nos departamentos juvenis. É destacado na revista de Maio de 1944, que, “foi organizada uma lista de livros que se recomenda aos nossos jovens e que servirão para serem integrados nas bibliotecas que estão se formando pouco a pouco. Os interessados devem dirigir-se a redação (p. 94)”. O

caderno de cultura oferecia ainda conhecimentos gerais, históricos e contemporâneos, além de questionários cultural, religioso, bíblicos e outras atividades utilizados principalmente nos encontros de jovens. Além disso, a revista trazia ainda novelas de leitura de cunho educativo, com pequenas histórias, contadas em capítulos mensais.

Outra estratégia educativa bastante interessante era a mobilização dos grupos juvenis a produzirem material comunicativo local, tratava-se de pequenos folhetins artesanais onde eram noticiados assuntos e artigos de interesse dos jovens daquela região. Tal jornalzinho local produzido poderia ser enviado para a redação da revista “O Jovem Luterano”, e assim os redatores poderiam extrair dele as informações sobre as atividades desenvolvidas por cada departamento, dispensando assim a cronista de cada juventude do envio do relatório mensal a ser publicizado (abr. 1968). Nota-se que se tratava de uma estratégia de incentivo a produção de conhecimento local e também de controle do que estava acontecendo nos departamentos juvenis, uma vez que o envio do folheto à redação da revista permitia ao conselho geral ter acesso a informações que talvez pudessem ser omitidas em um relatório destinado com exclusividade à revista.

Por conseguinte, o jovem era estimulado através do espaço do leitor, onde ele era convidado a participar e compartilhar suas experiências, divulgar as atividades desenvolvidas pelos jovens em suas comunidades, como eventos religiosos, culturais e esportivos que aconteciam em diferentes espaços do Brasil, como se fosse um *feedback* sobre como o trabalho da liga de jovens e sua revista repercutiam dentro das sociedades juvenis.

Os congressos organizados a nível local, regional e nacional, eram também importantes espaços de ensino e aprendizagem no que diz respeito à sociabilidade dos jovens. Amplamente divulgados pela revista “O Jovem Luterano” como chamariz para atrair os jovens para esses eventos e participar das palestras com temas diversificados com abordagens e perspectivas religiosas, sociais, políticas, matrimoniais, econômicas entre outras. Como por exemplo, a palestra promovida pelo pastor Reinardo Albrecht, sobre “a escolha da/o companheira/o da vida”, em congresso realizado na localidade de Solidez no

município de Canguçu – RS, com orientações para a escolha do futuro cônjuge e a construção de um lar cristão e feliz (O JOVEM LUTERANO, jul. 1948). Observa-se que muitas vezes estas palestras repercutiam nos relatórios de uniões juvenis e até mesmo na própria revista, dependendo do impacto que ela tinha na sociedade juvenil em que era proferida.

As diferentes abordagens de ensino ressaltam a mobilização de um processo de educação não escolar (SEVERO, 2011), mas com fins específicos de orientar a vida social e religiosa dos jovens e adolescentes, segundo as recomendações da igreja cristã luterana. O que nos leva a compreender que a revista funcionava como uma espécie de filtro educativo que possibilitava aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista da ética luterana⁷

Algumas considerações

A revista “O Jovem Luterano” foi o meio utilizado pela organização juvenil luterana, para colaborar no sentido de levar até aos jovens uma leitura jovial de bases religiosas e com ênfase na educação e instrução dos jovens, para que viessem a se tornar membros da igreja bem informados (WARTH, 1979). A revista foi também o veículo de comunicação e aproximação entre os jovens de diferentes regiões do país. Além de servir material de apoio para o trabalho nos encontros juvenis

A revista se colocava como uma produtora de conhecimento em potencial, abarcando vários âmbitos educacionais e informacionais. Isso pode ter implicado em uma estratégia da instituição promotora da revista para atender às demandas impostas pela modernidade. E, assim, pode-se manter como espaço de referência na circulação de informações religiosas e culturais, fazendo com que o jovem não se dispersasse com outras leituras.

⁷ A ética luterana considera Os Dez Mandamentos como a base para a convivência humana de forma justa e ordeira. Pode ser resumida em “amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”. “Tem por base o livro “Das Boas Obras”, escrito por Martim Lutero e traduzido na versão atualizada como Ética Cristã”. (WARTH, 2002).

Enquanto meio de comunicação e difusão doutrinária o periódico, “O Jovem Luterano” serviu como uma importante ferramenta educativa, destinado a influenciar a formação do pensamento sociocultural de jovens e adolescentes, uma vez que visava orientar a vida social e religiosa da juventude, segundo as recomendações da igreja cristã luterana.

Referências

ALBRECHT, Elias Kruger. **Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sínodos Luteranos no Rio Grande do Sul: usos e memórias (1923-1945)**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação. IN: SOUZA, José Carlos Araújo e GATTI, Décio Júnior (Orgs). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, Autores Associados, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 17 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertand, 1990.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto; (org). **Em Busca de um Sonho: a História da Juventude Evangélica Luterana do Brasil**. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1997.

Volume 3: Trajetórias, memórias e cultura histórica

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano I, jan. 1940.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano I, set. 1940.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano I, nov./dez. 1940.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano II, abr/maio. 1941

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano IV, mar. 1943.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano IV, nov./dez.. 1943.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano V, maio. 1944.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano VI, jun. 1945.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano VI, jul. 1945.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano VII, jul. 1948.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XII, jan./fev. 1951.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIV, jun./Jul.. 1953.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIX, set./Out.. 1958.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXIII, fev.. 1962.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXIX, abr. 1968.

ROMIG, Karen Laiz Krause. **O rito da confirmação luterana e o processo escolar dos pomeranos na Serra dos Tapes – RS (1938-1971)**. 2021. 226 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2021.

REIMNITZ, Elmer. As fontes de energia do Sínodo de Missouri. Igreja Luterana: **Revista Técnica para Pastores e Professores da Igreja Luterana**. Porto Alegre, nº 1 e 2, p. 12-17. Jan./ Fev, 1947.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/SgHzCz9mYprkCV6RtTR368v/?lang=pt>. Acesso em 11 out. 2021.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, Educação e Saúde**. v 4, n 1, p. 35 -44, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wTKjXHQScqMxKNdtjH58Mnj/?lang=pt#>. Acesso em 11 nov. 2021.

WALTHERLIGA BRASILIANS. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ago. 1928.

WALTHERLIGABOTE. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano I, abr. 1929

WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900- 1974)**. Porto Alegre, Concórdia S. A., 1979.

WARTH, Martim Carlos. **A ética de cada dia**. Canoas, ULBRA, 2002.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)**. 2012. 275f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

O rito do batismo na religião luterana: suas características históricas e culturais

Karen Laiz Krause Romig¹

Introdução

O presente trabalho foi apresentado no V Encontro Internacional de Fronteiras e Identidades da Universidade Federal de Pelotas. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado² em Educação, realizada na área de estudos da história da educação. A pesquisa maior trata sobre os ritos de passagem que fazem parte do contexto religioso e cultural do grupo étnico dos pomeranos. O objetivo deste trabalho é abordar as características históricas e culturais do rito de batismo pelo viés da religião luterana, especialmente em comunidades de descendência pomerana da Serra dos Tapes-RS. Neste trabalho busca-se uma maior ênfase no rito do batismo, considerado como um rito de inicialização da vida religiosa.

Este estudo tem por base o recorte temporal dos anos de 1940 a 1970, dentro da área geográfica da Serra dos Tapes, região localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul. Essa área tem uma

1 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: karenlaizromig@gmail.com.

2 Título da Dissertação: O Rito da Confirmação Luterana e o Processo Escolar dos Pomeranos na Serra dos Tapes – RS (1938-1971).

forte influência histórica da colonização pomerana, em que ainda é possível perceber na atualidade a presença de igrejas luteranas, da língua pomerana, e demais hábitos e costumes característicos deste grupo étnico cultural.

Dentre esses hábitos e costumes pomeranos, estão os ritos ou rituais de passagem, que estão fortemente atrelados à religião luterana e são fundamentais para o entendimento da cultura pomerana. Esses rituais foram sendo ressignificados ao longo do tempo e, ainda durante a atualidade, permanecem no ideário das práticas culturais deste grupo de descendentes de pomeranos que habitam a região em análise.

Os ritos de passagem são marcados, por cerimônias, que são etapas de um ciclo que se deseja marcar e revelar (GENNEP, 2013). Nessa perspectiva, a vida humana em sociedade é composta por momentos simbólicos que representam modificações de contextos sociais, compreendidos como rituais de passagem.

Segundo Bahia (2011, p. 136) “[...] os ritos de passagem marcam os momentos críticos no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois determinam a sua tarefa de reprodução e renovação”. Desta forma, no contexto rural³, cada membro da família possui tarefas e atribuições que com os ritos de passagem podem se intensificar ou ganhar outro significado. Nas palavras de Gennepe (2013): “O próprio fato de viver, exige passagens sucessivas de uma situação social a outra, e que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas” (GENNEP, 2013, p. 24). Em que cada etapa possui seu significado.

Para Rodolpho (2004, p.141), “[...] o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios”. Esses rituais de passagem podem ser religiosos ou festivos, mas são responsáveis por marcar mudanças na vida de indivíduos, por meio de atos simbólicos característicos de determinada cultura, que trazem marcos simbólicos para a vida dos sujeitos que deles participam.

3 Os descendentes de pomeranos tem um histórico de dedicação predominante para atividades rurais e agrícolas.

Este trabalho discute o ritual do batismo por meio de alguns registros documentais e narrativas de história oral. Os relatos são de pessoas pertencentes a religiosidade luterana. Tais sujeitos vivenciaram os ritos de passagem junto a igreja luterana, incluindo o rito do batismo. O trabalho conta com o uso da metodologia de história oral privilegiando narrativas de sujeitos que passaram pelos rituais de batismo, confirmação e casamento. Dentro do recorte da pesquisa também foram analisados documentos, como lembranças e certidões de batismo.

O rito de batismo no luteranismo

Os rituais de passagem dizem respeito ao tempo cultural dos descendentes de pomeranos, tempo esse que é marcado por ciclos que definem um momento cultural da vida dos indivíduos. Segundo Luchese (2012, p. 278), “[...] uma das dimensões regulatórias do tempo de vida das comunidades de imigrantes era a celebração dos sacramentos religiosos – o batismo, a crisma, o casamento e a extrema-unção”. Neste contexto cultural e religioso dos pomeranos, os ritos de passagem representam uma organização religiosa dentro de um contexto social.

Desta maneira, o batismo é o primeiro de uma série de ritos eclesiais e sociais que acompanham as transições na vida de pessoas (BAHIA, 2011). Desta maneira é um ritual que demarca o início da vida religiosa do indivíduo, por ser praticado, principalmente, quando as crianças são recém-nascidas.

Conforme trazido por Manske (2013), uma das primeiras preocupações da família pomerana depois do nascimento da criança é o batismo que, por intermédio da igreja, a criança é conduzida ao cristianismo, sendo, um ato religioso considerado uma obrigação familiar, de apresentação da criança para a comunidade religiosa.

O batismo é considerado o momento da inserção do indivíduo na vida da igreja (THUM, 2009). A criança, ao ser batizada, recebia e ainda recebe identidade e reconhecimento social, sendo percebida enquanto ser religioso. O batismo é visto como um rito obrigatório para as famílias e é comumente justificado pelo fato de ser um

rito somente limitado à religiosidade. O batismo é também um acontecimento de cunho social entre os pomeranos, momento de apresentação da criança para a comunidade (MANSKE⁴, 2013).

Segundo Bahia (2011, p. 141), “[...] o nascimento de um menino era sempre desejado, pois garantia um herdeiro e a continuidade da vida camponesa, através da manutenção da tradição pomerana e da autoridade centrada na figura masculina”. Isto é, desde o nascimento das crianças, a desigualdade de gênero dentro das comunidades pomeranas era algo aceito pela maioria.

Algo também considerado importante para o rito do batismo é a escolha dos padrinhos e madrinhas pois, como assegura Bahia (2011, p. 156), “[...] acredita-se que as virtudes morais dos padrinhos são passadas para as crianças”.

O batismo atribui importância para a vida dos indivíduos, justamente por determinar que essa criança, pela passagem no ato do batismal, era reconhecida para a igreja e para Deus. Dessa forma, conforme a religiosidade, estaria, assim, protegida de forma divina. As crianças que nasciam mais fracas ou com alguma doença eram batizadas às pressas para que, segundo a religião, Deus pudesse intervir na saúde delas. Nadalin (2001, p. 58) explicita o significado dessa prática: “*Die Nottaufe*, batismo de urgência, previsto na prática luterana em caso de perigo de morte da criança”, com esse batismo de urgência a criança já estaria protegida por Deus.

Em relação ao local de prática do batismo, necessariamente desde o início da imigração até a década de 1970 e anos posteriores, o rito do batizado era feito em casa, devido à distância em relação às igrejas, mas, posteriormente, com o aumento de acesso a meio de transportes mais modernos melhorando a locomoção, facilitaria o deslocamento até aos templos religiosos, então os batizados passaram a ocorrer, em sua maioria nas igrejas luteranas. Conforme relata Salamoni (1995) até quase final do século XX, os batismos eram feitos em casa:

4 A dissertação de Manske (2013) foi elaborada e pesquisada no contexto de um município do estado brasileiro do Espírito Santo.

Pelas distâncias e dificuldades de levar a criança até a igreja para batizar, eram realizadas em casa, onde arrumavam um altar e o pastor da comunidade realizava aquele ato e todos cantavam hinos decorados, sem a necessidade do uso de hinários⁵ (SALAMONI, 1995, p. 52).

Algo bastante característico da cultura pomerana, em se tratando do batizado, são as cartas de batismo, também chamadas de lembranças de batismo, *Patsedal* ou *Patbrief*, conhecidas em português como batistel ou batistério. Esta é uma prática muito comum ainda nos dias atuais, conforme destaca Salamoni (1995, p. 52): “[...] há a tradição de darem uma caixinha às crianças, conhecida como batistel”. A mesma autora destaca que em anos anteriores, essas caixinhas continham grãos de trigo e feijão, no caso dos meninos, para o desejo de prosperidade na agricultura, e agulha e linha, no caso das meninas, para que estas desenvolvessem boas técnicas domésticas. Neste sentido, as lembranças de batismo representaram e representam uma prática recorrente e cristalizada na simbologia que envolve o batismo. Elas são cuidadosamente acondicionadas em caixas e confeccionadas em forma de cartão que serve de lembrança às crianças desse momento. Como se pode observar nas imagens abaixo:

5 Pequenos livros que contém hinos religiosos, usado em cultos e rituais luteranos.



Figura 1 - Lembranças de batismo.
Fonte: autora, 2019.



Figura 2 – Lembranças de batismo.
Fonte: autora, 2019.

Ao tratar sobre as lembranças de batismo, utiliza-se apesquisa de Storch e Thies (2016) que ajuda nessa discussão sobre as lembranças batismais:

A lembrança de batismo é um artefato presenteado pelo(s) padrinho(s) e/ou madrinha(s) aos seus afilhados no dia do Batizado. Cada padrinho ou madrinha presenteia o afilhado com uma lembrança, ou seja, se a criança tiver 5 padrinhos ela receberá 5 lembranças que normalmente são dadas no final do ato religioso na igreja. Este gesto representa uma tradição significativa para os pomeranos que costuma ser passada entre as gerações e que ainda prevalece na atualidade, como uma forma de demonstrar tudo que se deseja para a vida futura do afilhado, sendo também, como já se refere, uma lembrança do padrinho ou madrinha (STORCH & THIES, 2016, p. 771).

Algumas questões chamam atenção ao observar as fotos das lembranças de batismo, como a diferenciação de gênero, pois podemos observar a presença das cores azul e rosa, geralmente as lembranças na cor rosa eram direcionadas às meninas e as na cor azul eram direcionados aos meninos. Outro aspecto que pode ser explorado em pesquisas futuras, seria o fato da presença de imagens de santos, pois os luteranos não cultuam santos, mas essas imagens apareceram recorrentemente nas lembranças de batismo.

A presença de artefatos dentro das lembranças de batismo, como grãos de feijão, linha, penas e versículos bíblicos, estava, segundo alguns testemunhos orais, sempre relacionada com os desejos dos padrinhos, para o futuro de seus afilhados. Já criando, intrinsecamente, um estereótipo para o futuro daquela criança, de que ela deveria ser agricultora e boa dona de casa.

Além do objeto das lembranças de batismo, dentro da doutrina luterana as crianças recebiam também a certidão de batismo, sendo uma espécie de documento religioso que comprova o ato batismal. Alguns dos entrevistados da pesquisa, disponibilizaram essas lembranças, como B. S., que mostrou sua certidão de batismo, datada do ano de 1943, de uma comunidade luterana, na época, vinculada ao

Sínodo de Missouri⁶. A imagem da certidão de batismo é apresentada a seguir:



Figura 3 - Certidão de Batismo de B. S., 1943.

Fonte: Filha de B.S, 2020.

6 As igrejas anteriormente vinculadas ao Sínodo de Missouri, atualmente estão vinculadas a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Este Sínodo se estabeleceu no sul do Brasil, como uma instituição religiosa fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães. Essa instituição estabeleceu-se nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região meridional do Rio Grande do Sul, em 1900 (WEIDUSCHADT, 2007).

Nesta certidão de batismo percebe-se a presença de elementos e imagens sacras e trechos das escrituras sagradas que denotam sentido ao momento do rito, tornando-o especial na vida dessas crianças que agora estavam adentrando a vida religiosa. Pois, como denota B. S., sobre a importância das datas dos ritos da igreja em sua vida: “eu nasci em 7 de fevereiro de 1943. Batizado em 21 de fevereiro de 1943 e confirmado em 13 de janeiro de 1957”, percebendo-se, assim, que, mesmo após muitos anos, essas datas especiais são marcos importantes na vida desses indivíduos, reforçando a importância da relação afetiva com artefatos religiosos, como essas lembranças.

Na imagem anterior também é apresentado um versículo bíblico, também utilizado por Lutero em suas escrituras, reafirmado pelo pai do luteranismo (LUTERO, 2011, p.329-330) “[...] nosso amado Senhor Jesus Cristo diz em Mt [sc. 19.14]: ‘Deixai vir a mim as crianças e não as impeçais, porque a elas pertence o reino dos céus’”. Nesta frase Lutero expressa sua afirmação de que as crianças devem estar presentes em ações e estudos voltados para Deus e suas escrituras sagradas, e essa mesma frase bíblica é também reforçada na certidão de batismo apresentada anteriormente.

A seguir é apresentada outra certidão, do entrevistado E.Q., outro entrevistado que foi batizado em 1951. Ao olhar as duas certidões percebem-se diferenças nos elementos que as compõem, apesar das duas certidões apresentadas serem da mesma comunidade religiosa. A segunda imagem apresenta menos elementos e detalhes sacros, mas mesmo assim apresenta a imagem que representa Jesus próximo da criança, simbolizando a importância das crianças próximas aos acontecimentos religiosos.



Figura 4 - Certidão de Batismo. Ano de 1951.

Fonte: E. Q., 2020.

Ao longo das entrevistas, também foi mencionado que somente passa pelo rito da confirmação o indivíduo que recebeu o sacramento do batismo, denotando um aspecto de continuidade, de um rito estar vinculado a outro. Pois os padrinhos do batismo, precisam estar

presentes no momento da confirmação, o que expressa essa ideia de momentos interligados.

Algumas considerações

Foi perceptível, de uma maneira geral, que o rito do batismo simboliza a inserção da criança dentro da igreja luterana, e que tal rito é também um acontecimento de cunho social entre os pomeranos, considerado o momento de apresentação da criança para a comunidade (MANSKE, 2013).

Pode-se aferir que os significados dos ritos de passagem, como o rito do batismo, sofrem alterações com o passar dos anos, mas a essência de sua importância religiosa frente a comunidade continua a permanecer.

Pelo ato do batismo, a criança passa a ser reconhecida para a igreja e para Deus. Dessa forma, conforme a religiosidade, estaria, protegida de forma divina. As crianças que nasciam mais fracas ou com alguma doença eram batizadas às pressas para que, segundo a religião, Deus pudesse intervir na saúde delas (NADALIN, 2001).

Somente passa pelo rito da confirmação o indivíduo que recebeu o sacramento do batismo, o que denota os ciclos e acondicionamento de um rito a outro. Ao longo deste trabalho também foram apresentados elementos como as lembranças e certidões de batismo, que caracterizam esse rito e simbolizam a importância desse ato religioso para os descendentes de pomeranos.

Com esse estudo constatou-se que as práticas do ritual de batismo são parte de um conjunto de códigos culturais que fazem parte das características culturais e religiosas dos descendentes de pomeranos que habitam a região da Serra dos Tapes-RS, palco de análise da pesquisa.

Referências

BAHIA, Joana. **O tiro da Bruxa**: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GENNEP, Arnoldo van. **Os ritos de passagem**. Tradução Mariano Ferreira. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

LUCHESE, Terciane Ângela. Entrelaçando tempos de infância e escolarização: a relação entre idade e frequência nas escolas da Região Colonial Italiana do RS de 1875 a 1930. **Educação** (PUCRS. Impresso), v. 2, p. 277-284, 2012.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas - Ética**: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. 2ª ed. Tradução de Martin Dreher, Editora Sinodal, São Leopoldo, 2011. 516 p.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **Educação e Religião**: Representação na História e na Identidade Pomerana em Santa Maria de Jetibá. 2013. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2013.

NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil**: ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. 249p. 2ª ed.

QUANDT, E. W. Entrevista realizada por escrito [jul. 2020]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2020, Canguçu. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

RODOLPHO, A. L.; Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. **Os Pomeranos**: Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SIEFERT, B. H. Entrevista [set. 2020]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2020, Canguçu. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

STORCH, L. S.; THIES, V. G; Lembranças de batismo: a cultura escrita em três gerações de uma família pomerana. In: **Anais do 22º encontro da Asphe-UNIPAMPA**, 2016. v. 01. p. 769-782.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória**: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. 383 f. Doutorado em Educação – Programa

de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar.** 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

A formação das jovens aristocratas de Lesbos: um estudo sobre a educação feminina no Período Arcaico através da análise dos fragmentos de Safo

Ana Beatriz de Santana Bandeira Santos¹

A História da Grécia Antiga é geralmente percebida através de locais como Atenas e Esparta, evidentemente por causa dos documentos literários provenientes principalmente do Período Clássico e dos conflitos em que as duas *poleis* se envolviam. Entretanto, aquilo que se conhece por civilização grega compreende diversos outros territórios e povos: jônicos, arcádios, eólios.

A Ilha de Lesbos, localizada nas ilhas eólicas ao oeste da Ásia Menor, provavelmente teve sua colonização iniciada entre o fim da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro (HANSEN; SPENCER; WILLIAMS, 2004: 1018). É um importante território que participou de eventos chave na história grega, como as Guerras Greco-Pérsicas e a Guerra do Peloponeso, além de ser um povo envolvido no movimento de fundação de *apoikiai*. Algumas das *poleis* que compõem essa ilha são Metímna, Antissa, Eresos, Pirra e Mitilene.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: anabiiia.absbs@gmail.com

Segundo os pesquisadores Mogens Herman Hansen, Nigel Spencer e Hector Williams, Mitilene seria uma *pólis* no sentido urbano, político e territorial, sendo também a maior das *poleis* eólicas (2004, p. 1026). Das cidades lésbias é a que mais possui destaque histórico devido ao envolvimento em conflitos territoriais com Atenas e aos dois poetas mélicos² que compõem o cânone dos nove grandes poetas do Período Arcaico³, Safo e Alceu, os quais, apesar de escreverem em geral sobre assuntos diferentes, viveram no mesmo período e, por vezes, se confundem na história da lírica grega.

O Período Arcaico lésbio possui muitas lacunas. O que temos conhecimento é a disputa por territórios como Sigeon e Sestos com Atenas, o conflito entre as oligarquias e os tiranos, a forte prática religiosa na região (GOMES, 2019) e os seus célebres poetas Safo e Alceu. Esses personagens, inclusive, auxiliam na pesquisa sobre a história da ilha durante essa época, já que os poemas de Alceu carregam um certo cunho político⁴ e através de Safo podemos detectar nomes de pessoas e famílias da região, além das práticas poético-musicais.

Safo de Lesbos teria vivido em uma das principais cidades da Ilha de Lesbos, Mitilene, entre os séculos VII e VI a.C., e sua vida, de maneira geral, é uma incógnita. Muito do que sabemos provém de testemunhos tardios de autores que viveram vários séculos depois como Estrabão, Heródoto e Ovídio. Platão também foi um pensador que citou Safo em suas obras, denominando-a como *décima musa*⁵, demonstrando respeito e admiração pela poesia criada por ela. A partir desses relatos montamos o quebra cabeça sobre a vida de Safo,

2 Segundo Giuliana Ragusa, “Mélica, essa palavra não dicionarizada em nosso vernáculo, é o termo que os antigos identificavam à lírica, rigorosamente, o gênero da canção para a lira”. (2011, p. 13)

3 Composto pelos nomes de Álcman, Alceu, Safo, Estesícoro, Íbico, Anacreonte, Simônides, Baquilides e Píndaro, sendo Safo a única mulher.

4 Um exemplo está nos fragmentos 129 e 130B de Alceu, onde o poeta fala sobre um duelo que Pitaco, tirano no poder de Mitilene na época, propôs a alguns companheiros seus. (CAMPBELL, 1990, p. 15)

5 Platão. Antologia Palatina 9.189

que pode ter sido casada, tido uma filha chamada Cleis, três irmãos, Caraxo, Eurígio e Lárico, além de um pai chamado Escamandrônimo.

Compreender Safo não é apenas valioso do ponto de vista biográfico, mas principalmente em relação ao seu trabalho e à herança cultural que foi deixada. A mélica sáfica possui diferentes métricas e temáticas ao abordar questões mitológicas e ritualísticas, trazer personagens do ciclo heroico como Heitor e Andrômaca para tratar a questão do casamento, também faz o mesmo ao usar nomes de meninas que frequentariam o *tíaso*⁶ que Safo coordenava. Essas garotas estimulam a imaginação de autores desde a Antiguidade, quando se construiu a hipótese de que Safo teria relações amorosas com as frequentadoras de seu círculo, ponto que é debatido até os dias atuais.

A mélica sáfica sobreviveu através de fragmentos, exigindo paciência, dedicação e imaginação de tradutores e estudiosos em sua leitura e decodificação. Várias lacunas são encontradas, palavras adicionadas através de suposições, nomes questionados. Essa será mais uma pesquisa de análise destes fragmentos, na qual iremos destacar o envolvimento das garotas pertencentes à aristocracia da Ilha de Lesbos nas práticas educacionais do *tíaso* sáfico, buscando compreender qual seria a condição das mulheres do período arcaico antes do casamento.

Os fragmentos de Safo

A poesia de Safo é chamada mélica, sendo esse o nome correto que podemos dar à lírica da época, mais especificamente, no caso de Safo, devemos chama-la de mélica sáfica. Essas canções são compostas por diversas métricas, fator inclusive que foi decisivo para a organização da mélica em nove livros no período helenístico pelos bibliotecários de Alexandria⁷. Entretanto, o que temos atualmente do

6 Do grego θίασοϋ. É utilizado na maioria das menções como um grupo de fiéis que se reúnem para celebrar o deus Dioniso, porém, também existiam círculos que cultuavam deuses como Zeus e Afrodite. (VIAL, 2013: 368)

7 O Livro 1 (fr. 1-42) é constituído de Estrofe Sáfica; o Livro 2 (fr. 43-52) de Glicônico ou Tetrâmetro Sáfico; o Livro 3 (fr. 53-57) é composto por Asclepiadeu Menor; o Livro 4 (fr. 58-

trabalho de Safo são fragmentos, alguns compreensíveis, outros em que não é possível formar ao menos uma palavra, e apenas um que se encontra completo – o Hino a Afrodite.

Em seus fragmentos, a poetisa fala sobre amor, dor, histórias mitológicas, casamentos e por vezes cita nomes que possivelmente pertencem às garotas que faziam parte do seu *tíaso*. Átis, Anactória, Cípris, Dica, Gorgo, são alguns dos nomes femininos que são citados e que se encontram em fragmentos nos quais Safo apresenta elementos ritualísticos e expõem seus próprios sentimentos sobre saudade e juventude.

Essas garotas que frequentavam o *tíaso* sáfico só permaneciam até o casamento, pois esse grupo servia para o aprendizado das jovens, ao casarem elas estariam agora cumprindo seus deveres como esposas dos cidadãos de Lesbos, ou de outros locais se ocorresse um casamento com um estrangeiro. Dessa forma, temos nesse contexto uma modalidade de educação voltada ao público de jovens garotas da aristocracia, que iriam naquele círculo aprender elementos do universo ritualístico e do casamento.

Para compreender a realidade dessas garotas, é importante ter em mente que as fontes sobre elas são escassas, dificultando o trabalho de análise sobre elas. Esse contexto é fruto do silenciamento das mulheres durante a Antiguidade grega, que não é novidade, mas uma realidade que pode ser percebida apenas ao lermos os grandes clássicos do Período Clássico grego. Ao lermos obras como o *Economico* de Xenofonte ou a *Política* de Aristóteles, temos uma concepção masculina existente em Atenas onde as mulheres deveriam obedecer a seus maridos, cuidar de seus filhos e do lar. O papel feminino da mulher na Atenas clássica seria então de esposa e mãe, sempre resguardadas por um olhar masculino.

91) de Hiponacteu ou Tetrâmetro Jônico Maior; o Livro 5 (fr. 92-101A) é formado por uma variação de métricas onde se pode perceber vários tipos de Glicônico e Ferecrácio; nenhum fragmento pertencente ao Livro 6 foi encontrado; o Livro 7 é composto atualmente apenas com o fr. 102, que é constituído por uma mistura métrica de Iambo, Glicônico e Báquico, com a possibilidade de possuir também um Dímetro Jônico; o Livro 8 (fr. 103, 103A e 103B) não possui uma conclusão métrica conclusiva; o Livro 9 (fr. 104-117A) é o composto pelas canções epitalâmicas. (FLORES, 2017).

Os fragmentos de Safo se tornam, nesse contexto, uma fonte importante para o entendimento da realidade das jovens mulheres gregas, além de também apresentar elementos pertencentes ao contexto ritualístico da Ilha de Lesbos, espaço que permitia a participação feminina. Além disso, essa fonte nos oferece um olhar feminino sobre a realidade feminina, se diferenciando de uma análise unicamente focada nas narrativas masculinas sobre as mulheres gregas.

As garotas do tíaso sáfico

Nos fragmentos de Safo é possível perceber a presença de alguns nomes que seriam supostamente de garotas que participavam do seu tíaso. Alguns fragmentos que podemos citar são os fr. 16, 68, 71, 81, 82 e 131. Entretanto, também é possível encontrar citações à essas garotas em testemunhos de autores da Antiguidade, que citam Safo. É possível encontrar no *Suda*, uma biografia sobre Safo que faz citação aos nomes de garotas que seriam suas discipulas:

Safo, filha de Símon, ou de Eumeno, ou de Eerigio, ou de Écrito, ou de Semo, ou de Cámon, ou de Eparco, ou de Escamondrônimo, e sua mãe se chamava Cleis; era Lésbia de Éreso, poeta lírica, nascida na 42ª Olimpíada [612/608 a.C.], quando vivam Alceu, Estesícoro e Píndaro. Tinha três irmãos: Láríco, Caraxo e Eurígio. Casou-se com um homem riquíssimo, Cércilas de Andro, e dele fez uma filha chamada Cleis; tinha três parceiras e amigas, Átis, Telesipa e Mégara; por causa dessas amizades torpes, foi difamada. Suas discipulas foram Anágora de Mileto, Gôngula de Colofão e Eunica de Salamina. Escreveu nove livros de cantos líricos. Foi a primeira a inventar o plectro. Escreveu também epigramas, elegias, iambos e monodias. (SUDAΣ 107. In: FLORES, 2017, p. 614)

De acordo com o *Suda*, as discipulas de Safo seriam Anágora de Mileto, Gôngula de Colofão e Eunica de Salamina, enquanto Átis, Telesipa e Mégara seriam apenas amigas da poetisa, mas são ditas como “amizades torpes”. Esse termo demonstra que essas mulheres de alguma forma influenciaram Safo, possivelmente sendo as responsáveis pela poetisa ter relações com mulheres, o que seria a difamação da qual o *Suda* cita.

Outra fonte à qual também podemos encontrar os nomes das alunas de Safo é na obra *Orações*, de Máximo de Tiro:

O [amor] dalésbia [...] seria outra coisa que não a arte erótica de Sócrates? Pois me parecem terem praticado o desejo a seu modo, ela por mulheres, ele por homens. Também dizem que amaram e eram tomados por todas as belezas. E o que Alcibiades, Cármenes e Fedro foram para ele, foram para ela Girino, Átis e Anactória; e tal como os rivais artísticos de Sócrates foram Pródico, Górgias, Trasímaco e Protágoras, as de Safo foram Gorgo e Andrômeda; pois ora ela as critica, ora as questiona, ironizando como Sócrates.” (Máximo de Tiro, *Orações* 18.9. In: FLORES, 2017, p. 614)

Na citação, Máximo de Tiro compara Safo com Sócrates por meio de suas relações amorosas. Dessa forma, Máximo de Tiro cita os nomes de amantes e inimigos de ambos como forma de demonstrar suas semelhanças. Mesmo que os nomes de Girino, Átis e Anactória sejam citados como amantes de Safo, devemos levar em consideração as teorias que são propostas desde a Antiguidade de que Safo mantinha relações com as garotas de seu *tíaso*.

Outro ponto importante que deve ser considerado ao analisar às garotas que seriam discipulas de Safo é a participação delas no contexto ritualístico. Esse inclusive era o espaço feminino no contexto da Antiguidade grega, o que explica a presença dele nos fragmentos de Safo, principalmente quando voltados ao contexto dos rituais de casamento. Nos fragmentos é possível perceber como essa participação feminina nos rituais são naturais, Safo cita nomes de garotas com palavras carinhosas, além de trazer também elementos que ligados ao universo feminino. Um exemplo é o fragmento 81:

]deix . [
]rápid[
]env[

Ah Dica o melhor é coroar flores nos teus cabelos
colhendo rebentos dos anetos nas mãozinhas jovens
pois Graças sagradas †contemplaram† às bem coroadas
e às descoroadas devotaram desconfiança
(SAFO. Fragmentos Completos, IV, fr. 81)

Neste fragmento podemos perceber a importância do uso da coroa pelas meninas durante o sacrifício. Dica é possivelmente uma das jovens que faziam parte do *tíaso* de Safo, se isso for levado em conta podemos perceber o caráter educativo da canção, onde a poetisa estaria aconselhando uma de suas “alunas” acerca das vestimentas necessárias para um momento religioso específico. A educação que teríamos no grupo de Safo, dessa forma, é de caráter ritualístico, voltado para ensinar às jovens virgens as regras e instrumentos necessários para a participação das mesmas nos rituais da *pólis*.

Um aspecto importante que devemos recordar ao analisar a educação grega é a sua diferença com o contexto atual. Por isso o melhor termo para representar a educação desse período é “*paidéia*” que é constituída por um conjunto de conceitos que exprime como o ensino era realizado na Antiguidade grega.

Segundo o pesquisador, Werner Jaeger:

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os gregos entendiam por *paidéia*. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregar-los todos de uma só vez. (1995, p. 1)

No Período Arcaico, em específico, a cultura que incorporava a *paidéia* era a oral e musical, onde os “estudantes” – que recebem diferentes nomes dependendo do círculo que participavam⁸ – aprendiam o uso de instrumentos musicais, de cantos para a performance e, unido a isso, as práticas da vida social e política, no caso dos homens da aristocracia. Para isso, os jovens gregos teriam tutores e participavam de eventos sociais e ritualísticos onde faziam apresentações para o público.

O caso da *paideia* voltado para a formação de mulheres é mais complexo de se analisar, mas é possível perceber-las ao investigarmos os *partenios* de Álcman, em Esparta e o próprio *tíaso* de Safo, em

⁸ Nos círculos pederásticos, onde havia uma interação masculina, os meninos eram chamados de *erômenos*, já no caso dos círculos femininos, principalmente no contexto da mélica, as garotas eram chamadas de *pathernoi*.

Mitilene. Porém, algo explícito é essa relação entre educação e o mundo ritualístico da cidade-estado, que é perceptível na mélica de Safo, através de citações sobre instrumentos musicais e ornamentos, o último sendo citado no fragmento 81, já analisado anteriormente.

A presença dos instrumentos musicais, das festas, da celebração pode ser percebida no fragmento 58 A, onde Safo chama das musas para que seja feita uma celebração.

fa]ça-se agora a f]esta
] sob o chão me abrace
a glória das Mus]as mais imensas como [bem] mereço
que todos se espan]tem como agora sobre o chão me chamam
de linda andorinha] cristalina [s]e ao tocar na harpa
no bárbito ou mesmo na tes]tude nestas casas canto.
(SAFO, Fragmentos completos, IV, fr. 58A)

A menção das musas e de instrumentos musicais dão ao fragmento um tom festivo, além disso, se conectado ao que supostamente seriam o restante do mesmo fragmento (FLORES, 2017, p. 177), as citações sobre os mesmos elementos continuam trazendo também a reflexão sobre a velhice. Safo, como uma tutora de jovens virgens, via a velhice com melancolia, lembrando como a juventude é importante e que as suas meninas deveriam aproveitá-la enquanto podiam.

Outros fragmentos que também auxiliam na compreensão da ligação da mélica sáfica com o contexto ritualístico são os que estão presentes no livro de canções epitalâmicas, as também conhecidas como canções de casamento, rito estritamente ligado ao *tiaso* de Safo. Dessa forma, através dessa análise, é possível perceber a presença dos elementos ligados ao universo ritualístico da Ilha de Lesbos, além da presença das garotas virgens do local, nos fragmentos anteriormente citados.

Considerações finais

Realizar a análise de uma fonte com mais de dois milênios de existência pode ser visto por alguns pesquisadores como uma

repetição, ainda mais quando essa fonte são os fragmentos sáficos, que possuem diversos estudos e mesmo que ainda não estejam disponíveis em sua totalidade para interpretações, pode parecer algo cansativo e velho. Entretanto, o papel dos historiadores há muito tempo não é mais apresentar algo inédito, com fontes nunca antes vistas, recém-descobertas. A História é feita de interpretações, cada historiador tem seu ponto de vista sobre uma fonte, o que faz com que ela possa ser usada diversas vezes.

A mélica sáfica, apesar de milênios de existência ainda pode ser uma fonte atrativa para os pesquisadores, com suas diversas características, uma delas levando em conta a análise das meninas que formariam o *tíaso* de Safo. Apesar de ser um estudo complexo, ele se torna extremamente necessário para compreender a realidade das meninas da aristocracia de Lesbos durante o Período Arcaico. A riqueza dos fragmentos de Safo e a presença de uma narrativa feminina sobre o universo ritualístico de Mitilene e das garotas desse local enriquece ainda mais esse estudo que nos ajuda a compreender a realidade das jovens lesbianas e da própria sociedade, além de elementos culturais pertencentes aos rituais da Grécia Arcaica.

Fontes utilizadas

SAFO. **Fragmentos Completos**. Edição, Tradução e Introdução por Guilherme Gontijo Flores. São Paulo: Editora 34, 2017.

SAFO DE LESBOS. **Hino a Afrodite e outros poemas**. Organização e tradução por Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2011.

Referências

ANKERSMIT, Frank. Representação e Referência. In: ANKERSMIT, Frank. **A escrita da história: a natureza da representação Histórica**. Londrina: Eduel, 2012, p. 185-226.

CLÜVER, Claus. Intermedialidade. **Pós**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-23, nov. 2011.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas, volume I:** Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra a ideia e a coisa. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira:** nove reflexões sobre a distância. SP: Companhia das Letras, 2011. p. 85 – 103.

JAEGER, Werner. **Paidéia:** A Formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues. **Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e ideias da existência de uma voz feminina:** reflexões sobre História, Linguística e Literatura. Campinas, 2009.

MATA, Giselle Moreira da. As práticas “homossexuais femininas” na antiguidade grega: Uma análise de Safo de Lesbos (século VII a.C.). **Alétheia:** Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo. v. 1, p. 1-15, jan./jul. 2009.

POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives, & Slaves:** Women in Classical Antiquity. Londres, Pimlico, 1994.

RAGUSA, Giuliana. A coralidade e o mundo das *parthénoi* na poesia mélica de Safo. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 85-111, 2019.

RAGUSA, Giuliana. **Lira grega:** antologia de poesia arcaica. São Paulo: Hedra, 2013.

RAGUSA, Giuliana. Safo de Lesbos: De liras e neblinas. In: REDE, Marcelo. **Vidas Antigas:** Ensaios biográficos da Antiguidade. São Paulo: Intermeios, 2010, p. 211-238.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História:** Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SKINNER, Marilyn B. Woman and Language in Archaic Greece, or, Why is Sappho a Woman? In: GREEN, Ellen. **Reading Sappho:** Contemporary Approaches. Berkeley, University of California Press, 1996, p. 175-192.

VIAL, Claude. **Vocabulário da Grécia Antiga.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

VRISIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga.** São Paulo: Odysseus, 2002.

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPeI
com recursos PROAP/CAPES



9 786586 625455

ISBN: 978-65-86625-45-5